

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

NÚMERO COMEMORATIVO DO V CENTENÁRIO
DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE



COIMBRA

1961

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

DIOGO PACHECO DE AMORIM	<i>Presidente</i>
FRANCISCO TEIXEIRA DE QUEIRÓS	<i>Secretário</i>
ALBERTO MOREIRA DA ROCHA BRITO	»
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES	»
LUÍS REIS SANTOS	»
FRANCISCO DE SOUSA NAZARÉ	»
JOSÉ CAMPOS DE FIGUEIREDO	<i>Tesoureiro</i>
CORONEL BELISÁRIO PIMENTA	<i>Director da Biblio- teca</i>

O INSTITUTO

Composto e impresso nas oficinas da «Coimbra Editora, Limitada»

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

NÚMERO COMEMORATIVO DO V CENTENÁRIO
DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE



COIMBRA

1961

COMISSÃO DE REDACÇÃO

DIOGO PACHECO DE AMORIM

TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Ilha n.º 1

COIMBRA

O INSTITUTO DE COIMBRA
NAS COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO
DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE

No dia 1 de Julho de 1954 foi publicado o Decreto-Lei n.º 38713 cujo artigo 1.º diz :

Será constituída e funcionará na Presidência do Conselho uma comissão que, sob a orientação da Academia de História e a presidência do seu Presidente, se encarregará de promover as comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique a realizar em 1960, segundo programa a submeter à aprovação do Governo.

Com a mesma data foi publicada no *Diário do Governo*, II série, uma portaria que indicava, para constituir a comissão nacional prevista no art. 1.º do Decreto-Lei acima mencionado, as seguintes individualidades :

Presidente — *José Caeiro da Mata, presidente da Academia Portuguesa de História.*

Vogais — *Alberto Faria de Moraes, coronel, director do Arquivo Histórico Militar.*

António Augusto Esteves Mendes Correia, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Augusto de Castro, escritor e Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe.

Avelino Teixeira da Mota, primeiro-tenente da Marinha.

Carlos Viegas Gago Coutinho, vice-almirante.

Damião Peres, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Diogo de Macedo, director do Museu de Arte Contemporânea.

Francisco de Melo Ferreira de Aguiar, engenheiro civil.

Gustavo Cordeiro Ramos, presidente do Instituto de Alta Cultura.

Henrique Gomes da Silva, director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Idalino Ferreira da Costa Brochado, escritor.

João Rodrigues da Silva Couto, director do Museu Nacional de Arte Antiga.

João Paulo Nazaré de Oliveira, engenheiro civil.

Joaquim Leitão, secretário da Academia de Ciências de Lisboa.

Joaquim Manso, escritor.

José Manuel da Costa, secretário nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.

Luís Cristino da Silva, professor da

*Escola das Belas-Artes de Lisboa.
Manuel Lopes de Almeida, professor
da Faculdade de Letras da Universi-
dade de Coimbra.*

*Manuel Moreira de Sá e Melo, direc-
tor-geral dos Serviços de Urbani-
zação.*

*Esta Comissão tem a faculdade de agregar
outras entidades que, pelos seus relevantes méri-
tos, possam prestar útil concurso.*

O Presidente do Conselho,

António de Oliveira Salazar

Fizeram também parte desta Comissão os Drs. Eduardo Brazão e César Henrique Moreira Baptista, nomeados posteriormente.

A esta comissão nacional foi dada posse pelo Ministro da Presidência, Doutor João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), a 14 de Julho do mesmo ano.

Neste acto solene, o Senhor Doutor Costa Leite, ilustre Ministro da Presidência, pronunciou o seguinte discurso:

«Ao dar posse à Comissão das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique devo, em nome do Governo, agradecer a VV. Ex.^{as} terem aceite o encargo que lhes foi cometido e que não é isento de dificuldades.

Planear, dirigir e coordenar — com o melhor

aproveitamento de iniciativas e boas vontades—as homenagens que a Nação deve ao Infante, ao completarem-se 500 anos sobre a sua morte, não é, na verdade, tarefa simples.

Para tanto, são necessários devoção à figura do Infante e patriotismo vivo, esclarecidos e servidos por conhecimentos da história nacional, sobretudo na era dos descobrimentos, sensibilidade artística, capacidade e poder de comunicar a toda a Nação o entusiasmo próprio pelas celebrações em vista, avivando nela a consciência do dever que representam.

Por isso o Governo, ao constituir a Comissão Nacional sob a égide da Academia Portuguesa de História, representada pelo seu ilustre presidente, Sr. Dr. José Caeiro da Matta, procurou reunir nela personalidades que, comungando naqueles sentimentos, realizassem no conjunto os predicados indispensáveis para lhe dar projecção prática numa verdadeira comemoração nacional.

Essa consagração não será apenas manifestação de agradecimento à figura da nossa História de maior projecção mundial, ao Infante que, formada a consciência nacional e consolidado o domínio territorial no Ocidente da Península, definiu a Portugal novos objectivos e o lançou deliberadamente na sua prossecução; é também a afirmação da vitalidade da Nação que os realizou e que, meio milénio depois, se mantém una, possuída dos mesmos ideais e confiante nos seus destinos.

Mais que fazer votos, exprimo a VV. Ex.^{ca} a confiança do Governo em que a Comissão Nacional

realizará plenamente a alta missão que lhe foi confiada.

A estas palavras do Senhor Ministro da Presidência respondeu o Senhor Presidente da Comissão Nacional, nos seguintes termos :

«Quero começar por agradecer a V. Ex.^a, Senhor Ministro, prestigiosa figura de professor e de homem de Estado, as palavras que acaba de nos dirigir e a confiança que elas traduzem quanto à acção que vai ser desenvolvida pela Comissão Nacional encarregada de promover as comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Ao Senhor Presidente do Conselho, a cuja superior visão política se ficará devendo mais um acto de relevante interesse nacional — a sua obra (porque não dizê-lo mais uma vez?) é, ao mesmo tempo, a obra de um grande renovador do País e de um seguro construtor de História — e que quis confiar à Academia Portuguesa de História a honra da presidência da Comissão, apresento, com as homenagens da Academia, a expressão do meu reconhecimento. E também do reconhecimento de nós todos.

Com o acto de hoje vão iniciar-se os trabalhos da organização do programa daquelas comemorações, a submeter oportunamente à aprovação do Governo. Desse programa, um número está já assente por disposição de lei e terá em breve efectivação: o da abertura do concurso para a construção, no promontório de Sagres, de um monumento

que, além de constituir particular homenagem ao Infante, represente a consagração do primeiro ciclo dos descobrimentos dos Portugueses e do movimento que abriu o mar à civilização do Ocidente.

Velha aspiração é a da construção do monumento, que será a expressão máxima das comemorações. Como se acentuou no relatório do Decreto n.º 23 405, de 27 de Dezembro de 1933, não se trata apenas da estátua de um príncipe, mas da síntese de uma época.

Bem o tem compreendido a Imprensa portuguesa. E uma referência especial é bem devida ao Dr. Joaquim Manso pela tenacidade e pelo carinho com que há duas dezenas de anos vem fazendo, com a maior elevação e com o maior brilho, a sua propaganda e a sua defesa.

Estou certo de que a feliz iniciativa do Governo, de tão elevada significação, não suscitará simplesmente o apoio unânime do País: passando além-fronteiras, não deixará de ter repercussão em todos os grandes centros de cultura. É que se o «Príncipe do Atlântico», como lhe chamava há pouco, em um dos seus magistrais, fulgurantes artigos, o Dr. Augusto de Castro, é uma das mais altas, se não a mais alta figura portuguesa de todos os tempos, é também um dos grandes artífices do mundo moderno. A sua personalidade não cabe no quadro estritamente nacional. O Infante D. Henrique simboliza para a História a glória dos descobrimentos e um momento de renovação profunda e simboliza também para nós, Portugueses, a criação da consciência da nossa uni-

versalidade espiritual. Bem poderíamos dizer que ele foi, ao serviço da Cristandade e da grandeza da Pátria, um verdadeiro descobridor do Mundo. Com aquela admirável constância, que se alimenta de esperança, o Infante Navegador transpôs, primeiro que ninguém, o abismo que separava, desde há muito, um grande sonho da realidade. O grande sonho da nossa expansão marítima... Homens como o Infante ensinam a Humanidade a recuperar a fé em si própria.

Vai-se fazer reviver uma grande figura da História — a História que é a política do passado. Mais do que nunca, nesta hora caracterizada pela perturbação das ideias e pela incerteza das convicções, debatendo-se o Ocidente entre o temor e a ilusão, e em que, em nome da paz, tanto se fala da reorganização do mundo atlântico, vem a propósito a consagração daquele que, trazendo na alma a chama generosa, aventureira, descobridora, deu, primeiro do que todos e para sempre, o Atlântico à Humanidade.

As comemorações centenárias de 1960 vão relembrar uma daquelas épocas históricas que contribuíram para aumentar o património milenário no qual o homem soube incorporar a série jamais terminada das suas aventuras.

A hora da maior coragem e heroísmo na história da Europa, disse-o um dos mais nobre espíritos do nosso tempo, é a hora do esforço português.

Saibamos recordá-la ao Mundo através das comemorações que vão realizar-se. Vamos trabalhar para isso.

A 28 de Maio de 1955 foi publicado o Decreto-Lei n.º 40 173, em cujo artigo 1.º se diz :

Para levar a efeito o programa das comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, a elaborar pela comissão nacional constituída ao abrigo do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 39 713, de 1 de Julho de 1954, será designada uma comissão executiva, assistida de um delegado da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Por portaria de 18 de Agosto, publicada no *Diário do Governo*, II série, de 22 do mesmo mês e ano, o Senhor Presidente do Conselho nomeou, para constituir esta comissão executiva, as seguintes individualidades :

Presidente — *Prof. Doutor José Caeiro da Matta, presidente da Academia de História.*

Vogais — *Engenheiro Manuel de Sá e Melo, director dos Serviços de Urbanização.*

Engenheiro João Paulo Nazaré de Oliveira, director dos Serviços de Melhoramentos Urbanos da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.

Idalino Ferreira da Costa Brochado, escritor.

Secretário — *Licenciado Diogo de Castelbranco de Paiva de Faria Leite Brandão, secre-*

tário da Presidência do Conselho. Delegado da Direcção-Geral da Contabilidade Pública—Licenciado José de Sousa Nunes Ferreira, chefe da 2.ª Repartição da mesma Direcção-Geral.

Foram nomeadas delegações para Lisboa, Porto, Coimbra, Algarve, Batalha, Tomar, Viseu, Funchal, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

Para a Delegação de Coimbra foram nomeadas as seguintes individualidades :

Presidente — Reitor da Universidade: Prof. Doutor Maximino José de Moraes Correia.

Vogais — Presidente da Câmara Municipal: Dr. Joaquim de Moura Relvas.

Presidente do Instituto de Coimbra: Prof. Doutor Diogo Pacheco de Amorim.

Director da Faculdade de Letras: Prof. Doutor João da Providência e Costa.

Director da Faculdade de Ciências: Prof. Doutor João Pereira Dias.

Professor de História da Faculdade de Letras: Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida.

Director do Museu Machado de Castro: Prof. Luís Reis Santos.

Presidente da Direcção da Associação Académica: estudante Manuel Henriques Mesquita.

Para investir em funções a Delegação de Coimbra, veio expressamente a esta cidade o Prof. Doutor Caeiro da Matta, presidente da Comissão Executiva, com o Eng. Sá e Melo, Eng. Nazaré de Oliveira, Dr. Nunes Ferreira e Dr. Leite Brandão, vogais da mesma comissão.

O acto de posse realizou-se na Sala do Senado da Universidade, a 16 de Maio de 1959.

Abriu a sessão o Senhor Doutor Caeiro da Mata, que proferiu o seguinte discurso:

*Magnífico Reitor,
Senhores Professores,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,
Estudantes:*

É com o mais vivo prazer que volto hoje a Coimbra, a esta velha e prestigiosa fonte da Cultura portuguesa, com a grata e honrosa missão de pedir a Mestres e aos estudantes, por intermédio do Presidente da Associação Académica, alguns momentos de atenção para as comemorações do Infante D. Henrique.

Investido pelo Senhor Professor Doutor Oliveira Salazar na presidência das Comissões nacio-

nal e executiva, encarregadas de promover em 1960 as comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, pensei desde logo na Universidade de Coimbra, à qual me ligam recordações inesquecíveis dos melhores tempos da minha vida, como sendo o meio de eleição para, na figura do Infante, prestarmos homenagem ao espírito científico dos descobrimentos que nos dariam para sempre lugar do maior relevo na História da Civilização.

Pensando na gloriosa Universidade, um nome se impôs imediatamente: o do seu magnífico Reitor, Doutor Maximino Correia, grande professor e grande e nobre figura de português, como natural presidente da Comissão que nesta cidade deve dirigir as comemorações henriquinas. Tendo-se Sua Excelência dignado aceitar este encargo, foram solicitados para dela fazerem parte os Senhores:

Dr. Joaquim de Moura Relvas, Presidente da Câmara Municipal

Prof. Doutor Diogo Pacheco de Amorim, Presidente do Instituto de Coimbra

Prof. Doutor João da Providência e Costa, Director da Faculdade de Letras

Prof. Doutor João Pereira Dias, Professor da Faculdade de Ciências

Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, Professor da Faculdade de Letras

Prof. Luís Reis Santos, Director do Museu Machado de Castro

Estudante Manuel Henrique Mesquita, Presidente da Associação Académica.

A Comissão Executiva sente-se profundamente reconhecida a tão distintas personalidades pela gentileza com que se prestaram a colaborar connosco, e que são a garantia segura do êxito da nossa missão. Quis, por isso, vir a Coimbra com o intuito exclusivo de dar posse a esta Comissão e agradecer, publicamente, a todos os seus eminentes membros o relevante serviço que vão prestar ao País.

Meus Senhores: o simbolismo das comemorações henriquinas que vamos realizar no próximo ano, entronca em Coimbra, na nossa veneranda Universidade, desde sempre alta e nobilíssima expressão da cultura portuguesa. Por dois motivos fundamentais, cabe e cumpre, de facto, à Universidade de Coimbra uma palavra autorizada e decisiva, no ano centenário, acerca do Infante D. Henrique e da sua obra. Em primeiro lugar, porque esta nossa Universidade é a brilhante continuadora daquela que o Infante D. Henrique, no seu papel bem significativo de «protector dos estudos em Portugal», tanto amparou e protegeu, no século XV, como se dos estudos nela ministrados esperasse os ensinamentos indispensáveis à obra gigantesca que se propunha levar a cabo. E, depois, porque foi do seio da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra que saíram, no nosso século, conclusões científicas que haviam de esclarecer o capítulo fundamental da História dos Descobrimentos refe-

rente à ciência náutica dos Portugueses na época do Infante D. Henrique e dos seus continuadores.

A este propósito seja-nos lícito evocar, neste momento, a memória do Prof. Doutor Luciano Pereira da Silva e do seu discípulo o Dr. António Barbosa, que tão alto ergueram o prestígio da sua Faculdade, sem esquecermos, evidentemente, o labor porfiado e fecundo de tantos outros, muitos deles ilustres filhos espirituais desta Universidade, que muito concorreram, igualmente, em gerações sucessivas, para que os Descobrimientos Portugueses, nomeadamente os do período henriquino, saíssem do âmbito da lenda e da aventura para o terreno firme da História e para os domínios serenos da Ciência, sobretudo no que diz respeito, insisto, à ciência náutica, que está na base dos grandes feitos dos homens do Infante.

E impõe-se recordar também que a mais completa História dos Descobrimientos Portugueses que possuímos, saiu desta Universidade, graças à excepcional competência e ao muito saber do insigne professor da sua Faculdade de Letras o Doutor Damião Peres.

O trabalho exaustivo dos primeiros, junto à tarefa — tão árdua, mas tão preciosa! — deste consagrado historiador acabaram por afastar muitas hesitações e esclarecer muitas dúvidas, estabelecendo a verdade histórica em tão importante domínio da vida do povo português.

Com efeito, podemos hoje afirmar que os marinheiros portugueses do século XV criaram, teórica e praticamente, a arte de navegar, elevando-a,

pouco a pouco, à categoria de uma ciência nova. Foram definidos os limites históricos da ciência náutica do século XV, por forma que tanto entre nós como no estrangeiro se assentou nesta verdade, desagradável, é certo, para alguns sectores da moderna crítica histórica: a da prioridade incontestável dos descobrimentos portugueses. Terminou a hora do equívoco, senão a da má fé e da fantasia... Devemos considerar para sempre afastada uma tão persistente conjura de falsidade contra a verdade.

Se, além dos números do programa a organizar por esta ilustre Comissão, nos fosse permitido fazer uma sugestão, ousaríamos pedir o que sem dúvida constituiria um número capital das comemorações em Coimbra, e um grande serviço aos Portugueses do presente e do futuro, o que se poderia chamar a Lição dos Descobrimentos e dos seus reflexos na História de Portugal e na da própria Civilização.

Os descobrimentos portugueses, iniciados pelo Infante D. Henrique, influenciaram, de facto e de modo decisivo, os rumos da História de Portugal; e não devemos ter receio de afirmar que influíram também, de maneira relevante, na História Universal, sendo precisamente através deles que o Povo Português, consolidou o seu legítimo direito no concerto das Nações e gravou uma das mais brilhantes páginas da História da Civilização. Soube-mos fazer Cristandade, para empregar a expressão da Carta Régia a D. Luís de Ataíde ao ser nomeado Vice-Rei da Índia.

Nos dias de hoje em que as tempestades do espírito se sucedem, em que dir-se-ia que as palavras deixaram de ter o seu valor, os actos o seu sentido, a moral as suas leis, nesta fase de precipitação da História, de apocalíptico torvelinho da vida do mundo, sentimos que começam a abalar-se os alicerces em que repousam os direitos mais claros dos povos, a ponto de Nações que estão na base da formação do moderno direito internacional — é o nosso caso — sofrerem a ingratição de uns e os ataques de outros por via de certas ideologias que procuram substituir-se às constantes da História e do próprio direito natural e que tanto trabalham para fazer passar esta nossa Europa, da dominação mundial que teve durante séculos, à submissão e à dependência. Pareceria, infelizmente, que Potências responsáveis, assaltadas por opiniões contraditórias, procuram refúgio em ilusões e pareceria até que por vezes se comprazem no abandono e no erro. O esforço dos Portugueses descobrindo e civilizando, nas cinco partes do Mundo, à luz dos mais belos princípios morais e jurídicos, devia, repito, merecer mais respeito e compreensão da parte de pretensos orientadores da opinião mundial e de certos críticos, de ideias tão grandiosas como cheias de confusão, já que, como disse e provou, ainda no século XVI, o nosso Serafim de Freitas, nunca «nenhum Rei foi subjugado pelos Portugueses, e nenhum povo foi oprimido pelas suas armas, sob pretexto de religião». E, como ensinou o ilustre Professor e justamente reputado historiógrafo Doutor Paulo Merêa, «desde

o início, as nossas navegações foram acompanhadas de um certo número de medidas de ordem jurídica, cujo valor o direito internacional coevo não punha em dúvida, tendentes a assegurar a nossa soberania e a impô-la ao reconhecimento de outras potências».

Na verdade, meus Senhores, o Portugal de além-mar, tal como foi descoberto e organizado no decurso dos séculos, não só não explica como repele certa moderna concepção anticolonialista, que exige da nossa parte uma atitude de vigilância e de activa defesa. Os objectivos superiores dos descobrimentos e conquistas dos Portugueses, repetidamente expressos, desde os dias do Infante D. Henrique, em insofismáveis textos legais, reproduziam, fielmente, a linha universal da civilização ocidental cristã. E não se poderá dizer que o rodar do tempo e a marcha da civilização e do progresso, esvaziaram de conteúdo a doutrina que presidiu à fundação do Portugal Ultramarino. Só os povos sem História aceitam que se julgue o passado das Nações exclusivamente com argumentos e objectivos do presente. Mas os Países que, como Portugal, se alimentam da tradição e dos grandes princípios não podem compreender nem admitir que o poder económico de uns e a filosofia anticristã de outros se arvorem em mentores da civilização ocidental, pretendendo apagar da História páginas riquíssimas de humanidade. Não é certo que entre os factores que se encontram na raiz de todas as nossas infelicidades se acha esta suprema infelicidade da nossa época — a desumanidade?

Por isso mesmo é que Portugal, ao comemorar, no próximo ano, o centenário da morte do Infante D. Henrique, não se limita a atestar a gratidão do povo português pela sua obra genial: afirmará, também, a certeza em que está de bem ter servido a Humanidade com a sua política dos Descobrimientos, quer revelando ao mundo novas terras, novos mares e novas estrelas, quer elevando para a luz e benefícios da Civilização, que servia e serve, legiões de seres humanos de vida primitiva. Vamos celebrar uma grande data. As grandes datas, marcos da memória dos povos, são símbolos da unidade espiritual das Nações.

E agora, magnífico Reitor, permita-me V. Ex.^o que termine, voltado para a juventude universitária, esperança do nosso amado Portugal, chamando o seu coração e a sua inteligência à colaboração em comemorações que perderiam todo o sentido e a razão de ser se a mocidade esclarecida e viva as não fizesse suas para as continuar depois de nós. Contemos com o seu ardor, e até com a sua paixão política. A paixão política é um nobre sentimento na medida em que ela se confunde com a ambição pela grandeza da Pátria.

Do fundo da nossa experiência vivida, das nossas longas meditações e estudos, passemos aos novos o facho sagrado que ilumina há oito séculos a História de Portugal para que eles o ergam cada vez mais alto e o levem cada vez mais longe. E consagramos os nomes ilustres da Raça, como o grande Infante, extraordinário criador da História, pensando que eles continuam a viver connosco, acom-

panhando-nos em todos os passos de grandeza nacional e encorajando-nos nas horas de inquietação ou de desfalecimento.

E, perante a catástrofe histórica que a última guerra representou, apresentando-se o mundo ocidental, não raro, sem doutrina e sem voz, reafirmemos, nós, Portugueses, a nossa doutrina e façamos ouvir a nossa voz».

Respondeu-lhe o Senhor Doutor Maximino Correia nos seguintes termos :

«Ex.^{mo} Senhor Presidente da Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique,

Meus senhores :

Sinto-me honrado e desvanecido ao saudar nesta Casa a Comissão das Comemorações Henriquinas, tão dignamente representada por tantos e tão distintos membros.

No seu ilustre Presidente, o Senhor Doutor Caeiro da Matta — dilecto filho da Alma-Mater conimbricense, Homem raro, de múltiplas aptidões e fecundas actividades, que num passado já longo se tem creditado como um dos grandes da Pátria, em quem venero e admiro a inteligência robusta, o espírito moço, que continua, e praza a Deus que, por muitos anos, «ao serviço de Portugal» —, eu cumprimento e saúdo cordialmente toda a Comissão e

os homens bem conhecidos pelas obras e pelos méritos que a corporizam.

Quiseram VV. Ex.^{as} honrar esta Cidade e esta Universidade, vindo até nós para nos investir numa tão grata quanto difícil missão.

Na verdade, logo que na infância as luzes do entendimento nos iluminam as figuras da História, a do Infante de Sagres avoluma-se e agiganta-se de tal modo que homenagear e exaltar essa figura de epopeia está no pendor, ia a dizer na massa do sangue, de todos nós.

Mas é tarefa árdua, principalmente quando certas responsabilidades impendem sobre os promotores, erguer uma comemoração que tenha o brilho, a altura e a dignidade que não desmereçam os objectivos.

Está bem entregue nas vossas mãos dirigir e estimular os trabalhos preparatórios e a organização dos actos a realizar, mas tenho para mim que, seja qual for a tonalidade erudita que se lhes dê, o número e deslumbramento das festas que os abrihlantem, elas não terão o significado e a repercussão que é preciso que tenham, se a alma popular, e em especial a da juventude portuguesa, toda em massa, não se associa, de todo o coração, com o contagiante entusiasmo da mocidade, a essas comemorações.

Compreendo, pois, e agradeço à Comissão da distinta presidência de V. Ex.^a que tenha desejado que a sua delegação em Coimbra seja presidida

pelo Reitor da Universidade, não pelo que ele é, mas pelo que representa.

Mas poderia a Universidade de Coimbra alhear-se a tais comemorações? — Creio bem que não.

A história desta Instituição está tão fortemente vinculada à História nacional que ela reflecte e repercute sempre as grandezas e as desventuras da Pátria.

E bastaria lembrar o carinho que ao Infante D. Henrique mereceu a Universidade, então em Lisboa, à qual fez doação de casas, para melhor acomodar as suas aulas, impondo-lhe a condição de instituir o ensino da aritmética, da geometria e da astronomia; bastaria saber que, na sua larga visão do futuro e grandeza da Pátria e compreendendo o relevante papel da ciência no progresso humano ele mesmo foi seu Protector, para concluir que a Universidade de Coimbra tem o imperativo de se associar condignamente às homenagens a prestar.

E não esqueçamos também que da Universidade de Coimbra, pelo trabalho e talento de um dos seus mais distintos Mestres, o Doutor Luciano Pereira da Silva, promanou a definitiva reabilitação da ciência náutica portuguesa, minimizada por Humboldt e já defendida pelo Visconde de Santarém e pelos notabilíssimos trabalhos de Joaquim Bensaúde.

Esse malogrado Professor legou-nos, na verdade, um monumento ao génio do Infante, que não era apenas o estimulante das navegações, mas um

organizador que estruturava, estudava e previa tudo o que desejava realizar.

A demonstração feita por Luciano Pereira da Silva de que foram os Portugueses que primeiro reconheceram e assinalaram a constelação do Cruzeiro do Sul, distinguindo-a do conjunto do Centauro, só vem em reforço do que já escrevera Pedro Nunes, outra glória desta Casa de que os Portugueses descobriram novas ilhas, novos povos e, o que mais é, novos céus e novas estrelas.

Por isso lá nas longínquas paragens da Índia, que o génio do Infante patenteou ao mundo, outro Português, cientista universal, Garcia d'Orta, nos seus imortais «Colóquios dos Simples» não hesitava em afirmar orgulhosamente: «digo que se sabe mais num só dia pelos Portugueses, do que se sabia em 100 anos pelos Romanos».

E toda essa Ciência foi suscitada, condicionada e impulsionada pelo Infante de Sagres.

A Universidade de Coimbra, velho solar da sabedoria nacional, não poderia, pois, estar ausente destas comemorações; e a Cidade de Coimbra, que sempre rodeou a sua Universidade do carinho e deferência que lhe deve, há-de, estou certo, honrar as suas tradições de nobreza e galhardia.

Pois não vai ela, na imensa maioria dos casos, escolher para a governar e fazer caminhar na vertiginosa senda do progresso homens que, como no caso presente, aqui iluminaram e fecundaram o seu espírito?

Demais, a grandeza da figura nacional que se

comemora não tem apenas auréola científica a engrandecê-la. Tem também a imensa estatura moral do Homem totalmente devotado à Pátria, com o superior e largo sentido espiritual e humanitário.

Os utilitaristas pragmáticos, que pretendem ver nas nossas navegações e descobertas apenas a cupidez pelas riquezas a adquirir e a do comércio a desenvolver, estão hoje ultrapassados na evidência dos documentos que provam o sentido espiritual da dilatação da fé pela ínclita geração.

O génio missionário, latente em potencial na alma lusitana, desabrocha em florescências magníficas com a obra do Infante D. Henrique, e a tomada de Ceuta é o primeiro e grande passo para o que viria depois.

Tudo foi planeado, previsto e estudado maduramente. E os homens que se deram a essa tarefa ingente e meritória tinham já as qualidades e virtudes de ancestralidade lusitana, temperada à feição da ecologia desta fímbria da Ibéria, adoçada pela orla marítima das intempéries climáticas continentais.

Os sentimentos de humanidade, de solidariedade espiritual, de amparo e carinho pelo seu semelhante, que não excluem a bravura, a fortaleza de ânimo e a heroicidade de que tantos exemplos temos nas páginas da nossa História, foram, desde muito cedo, apanágio das nossas gentes.

E eu creio bem que deve ser nesse indestrutível núcleo de virtudes da raça que encontramos a explicação, natural e lógica, do nosso triunfo

perante outros povos mais poderosos e de grandes recursos materiais quando em contacto com outras terras e outras gentes.

Mais do que a miscigenação racial aduzida por Gilberto Freire, consequência de um impulso genético mais activo, que não se exclui, está bem de ver, deverá pensar-se quanto a nossa índole tolerante e humana, compassiva e benévola deve ter imperado no espírito simples dos povos com que entrámos em contacto.

Essa força de solidariedade humana, que nos levou a fundar misericórdias, beneficências e outras instituições altruísticas por toda a parte onde as nossas caravelas aportaram, é que está na realidade, no fundamento do nosso triunfo, que nos mantém em paz com portugueses doutras raças, a despeito das forças de desagregação que campeiam pelo mundo.

Perdoe-se-me a digressão. Ela visa apenas a trazer mais um motivo de profunda veneração pela estatura moral do Infante de Sagres.

É que logo nas suas naus havia a estrita recomendação ou ordem formal para se tratarem bem os indígenas da África que fossem sendo encontrados pelos Portugueses.

É Luís de Cadamosto que, no relato das suas navegações ao serviço de D. Henrique, nos diz, textualmente, pela tradução portuguesa do seu italiano medieval:

«...mas, seja como for, de certo tempo para cá tudo se reduziu a paz e a trato de mercadoria e o dito Infante já não permite que se lhes faça mal,

porque espera que, tratando com cristãos, facilmente eles poderão converter à nossa fé, não estando bem firmes na fé maometana, senão pelo que dela ouviram dizer».

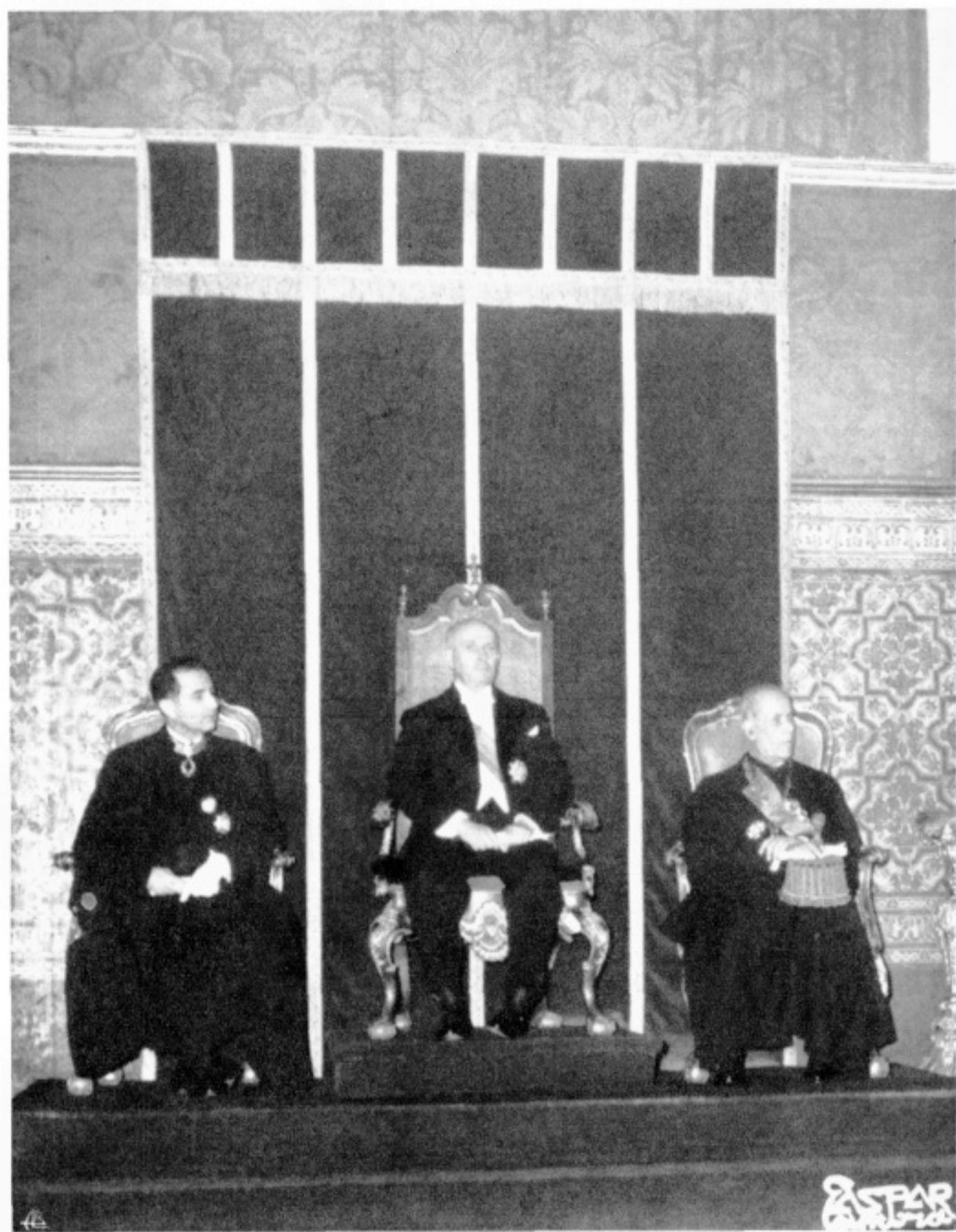
Jamais a ciência, o humanitarismo e a fé tiveram mais alta e mais sublime expressão que neste Homem que Portugal se prepara para, mais uma vez, glorificar.

Coimbra e a sua Universidade farão tudo o que estiver ao seu alcance para colaborar neste nobre e patriótico empreendimento».

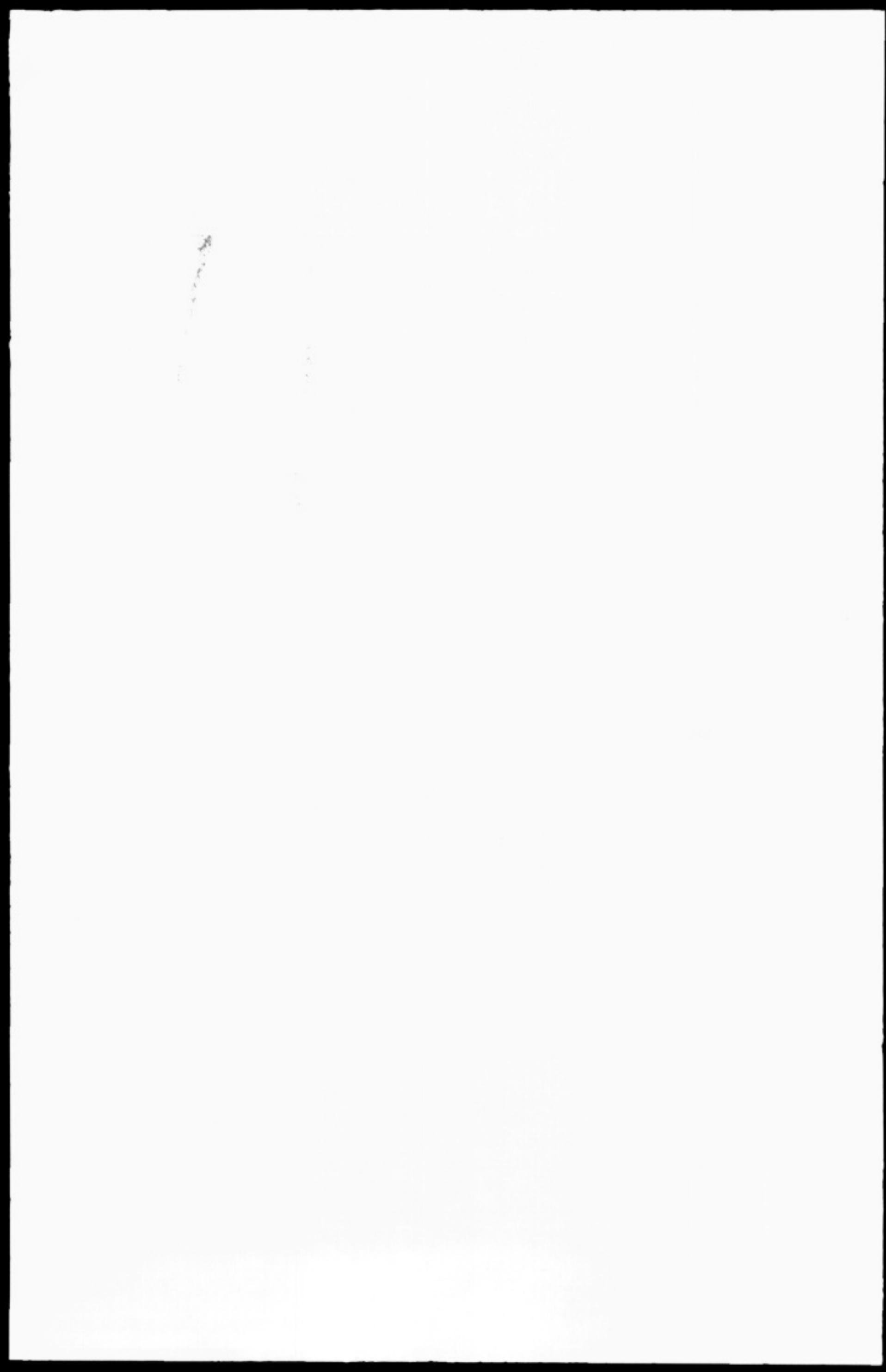
*

A delegação de Coimbra reuniu diversas vezes sob a presidência do magnífico Reitor, Doutor Maximino Correia e, entre outras resoluções, tomou a de se realizar, em 1960, uma sessão solene, na Sala dos Actos Grandes da Universidade, em que haveria três oradores: um por parte da Universidade e seria o professor de História da Faculdade de Letras, Doutor Manuel Lopes de Almeida; outro por parte do Instituto de Coimbra, a indicar por este; e outro a indicar pela Associação Académica.

Dias depois de tomada esta resolução, reuniu a direcção do Instituto de Coimbra a fim de indicar o orador que havia de representar esta instituição na mencionada sessão solene. Foi resolvido, com unânime aplauso, que se convidasse o sócio do Instituto, Senhor Doutor Armando Cortesão, e que o convite lhe fosse feito pessoalmente pelos Presi-



O Senhor Almirante Américo Tomás presidindo à sessão solene
na Sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra,
em comemoração do V Centenário da Morte
do Infante D. Henrique



dente e Vice-presidente do Instituto. Foi também discutida a hipótese da publicação de um número especial do Instituto, comemorativo da Morte do Infante.

Dias depois, o Presidente e o Vice-Presidente do Instituto de Coimbra foram a S. João do Campo, a casa do Senhor Doutor Armando Cortesão, junto de quem se desempenharam da missão de que estavam incumbidos.

Apesar de assoberbado pelo ingente trabalho da elaboração dos «*Portugaliae Monumenta Cartographica*», — sem dúvida o mais notável e duradouro de quantos monumentos se erigiram para honrar a memória do imortal Infante — apesar de assoberbado por esses trabalhos, dizíamos, o Senhor Doutor Armando Cortesão acedeu gentilmente ao convite dos seus colegas do Instituto de Coimbra e desempenhou-se da difícil missão de que foi incumbido, com o seu costumado brilho e alto saber.

A sessão solene realizou-se no dia 12 de Maio do mesmo ano de 1960, na Sala dos Actos Grandes da Universidade, sob a presidência do Senhor Almirante Américo Tomás. Estavam presentes o Senhor Cardeal Patriarca, o Senhor Arcebispo-Bispo-Conde, os Ministros do Interior, da Justiça e da Educação, os Subsecretários de Estado do Orçamento e da Administração Ultramarina, os Embaixadores do Brasil e da Espanha, Presidente da Assembleia Nacional, Procuradoria Geral da República, e muitas outras individualidades, além de numeroso público.

Depois de realizada, na Sala dos Capelos, a sessão solene comemorativa do V Centenário da Morte do Infante, resolveu a Direcção do Instituto de Coimbra publicar um número especial da sua revista, comemorativo da gloriosa data, que é o que agora sai a lume.

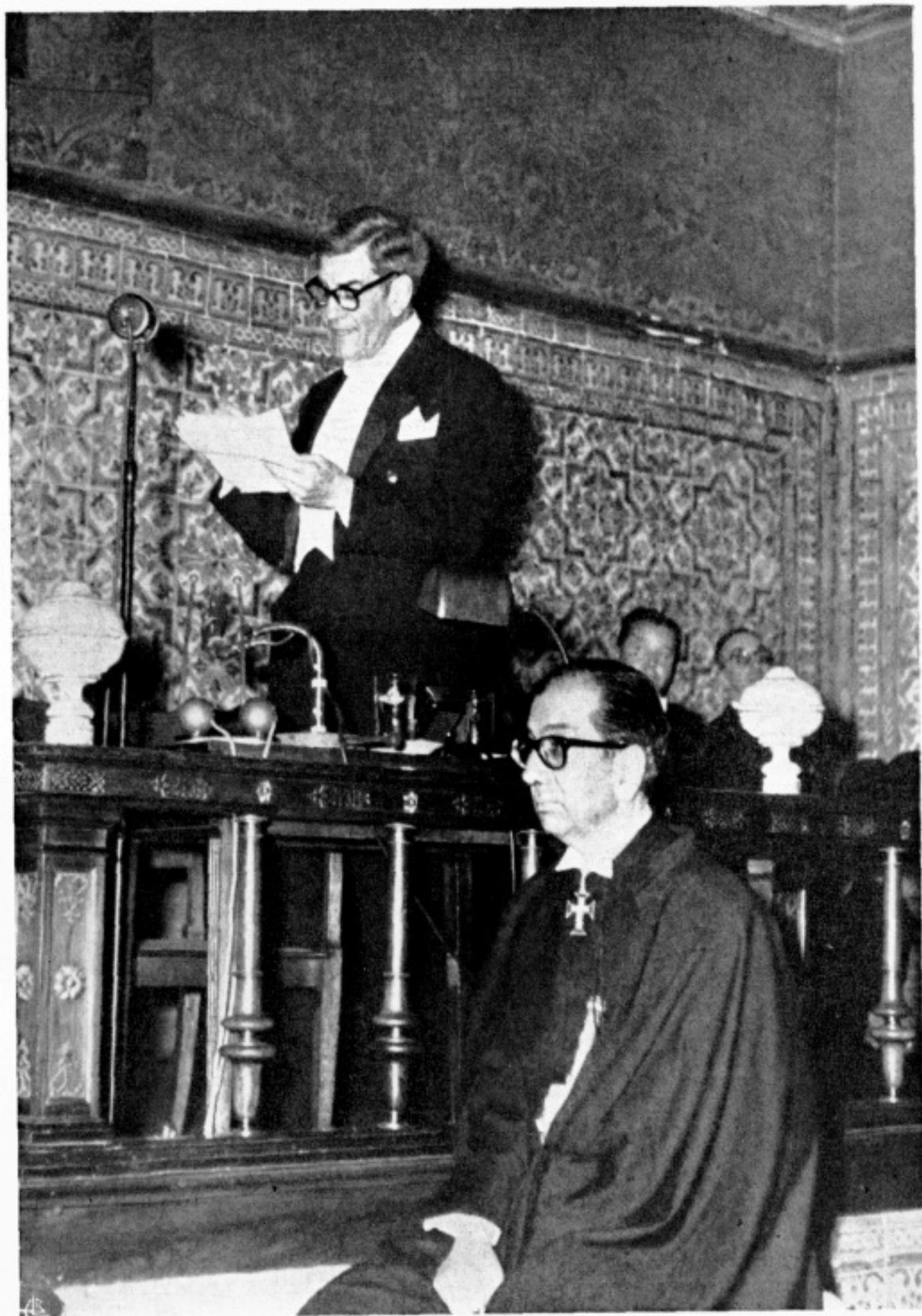
*

No entretanto veio a Portugal o ilustre Presidente da República Brasileira, Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, em visita de homenagem à memória do Infante. Como Sua Excelência é sócio de Honra do Instituto de Coimbra (1), não podíamos deixar de registar aqui a notícia da sua passagem por esta cidade e das merecidas homenagens de que foi alvo e a que o Instituto de Coimbra se associou.

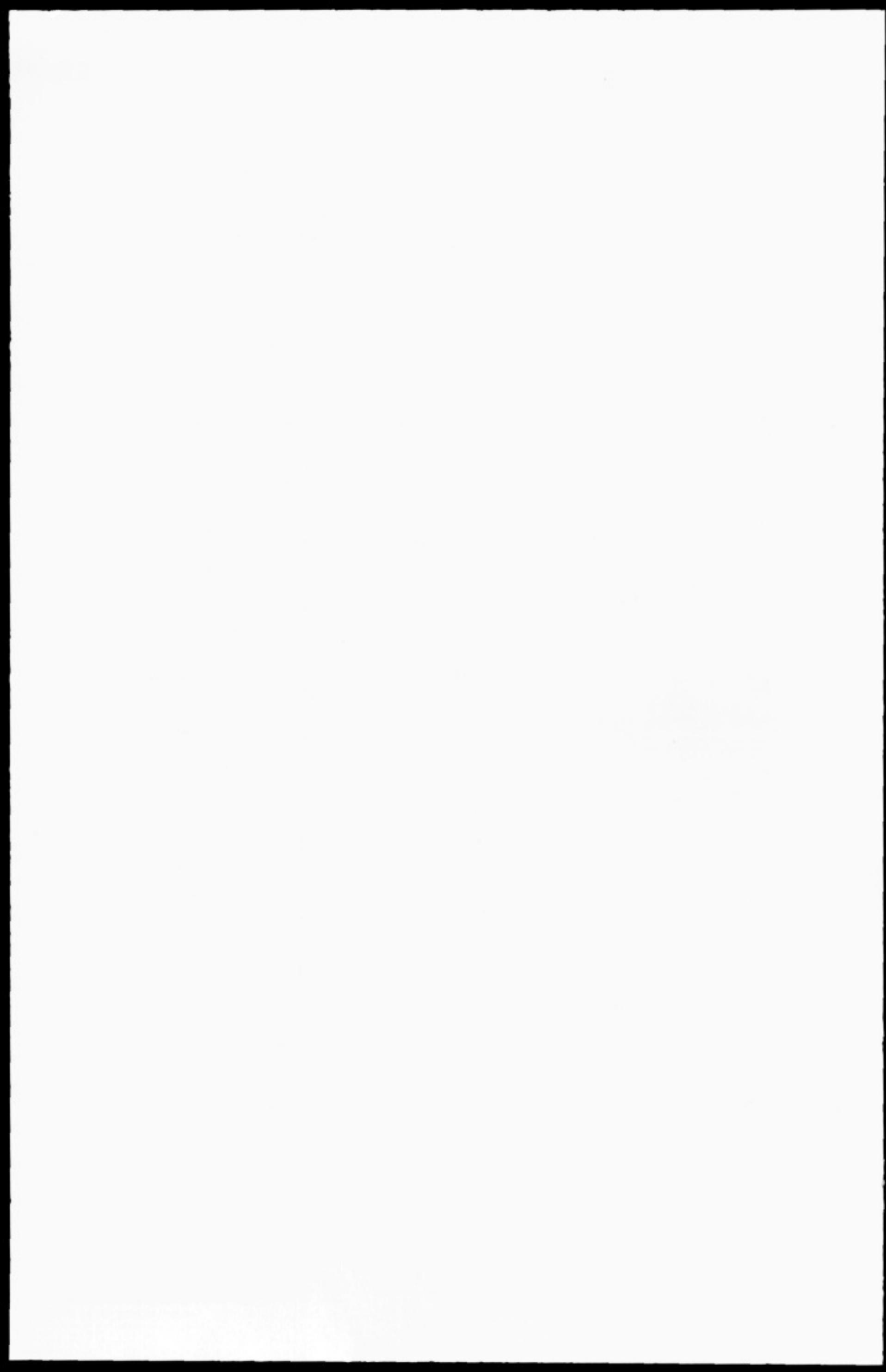
Com efeito, a Direcção do Instituto, sabedora de que o Senhor Presidente da República do Brasil seria doutorado «honoris causa» pela Faculdade de Direito da nossa Universidade, resolveu aproveitar o ensejo para fazer entrega a Sua Excelência, das insígnias daquela secular Instituição.

Para tanto o Presidente da Direcção procurou o Vice-Reitor em exercício, Senhor Doutor Car-

(1) O Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira foi proposto pelo então Ministro dos Estrangeiros do Brasil, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, pelo Dr. José Paulo de Medeiros, por D. António Pedro de São Paio e outros ilustres sócios brasileiros. A eleição realizou-se no dia 1 de Junho de 1957, em assembleia geral extraordinária expressamente convocada para esse fim.



O Doutor Armando Cortesão lendo o seu discurso

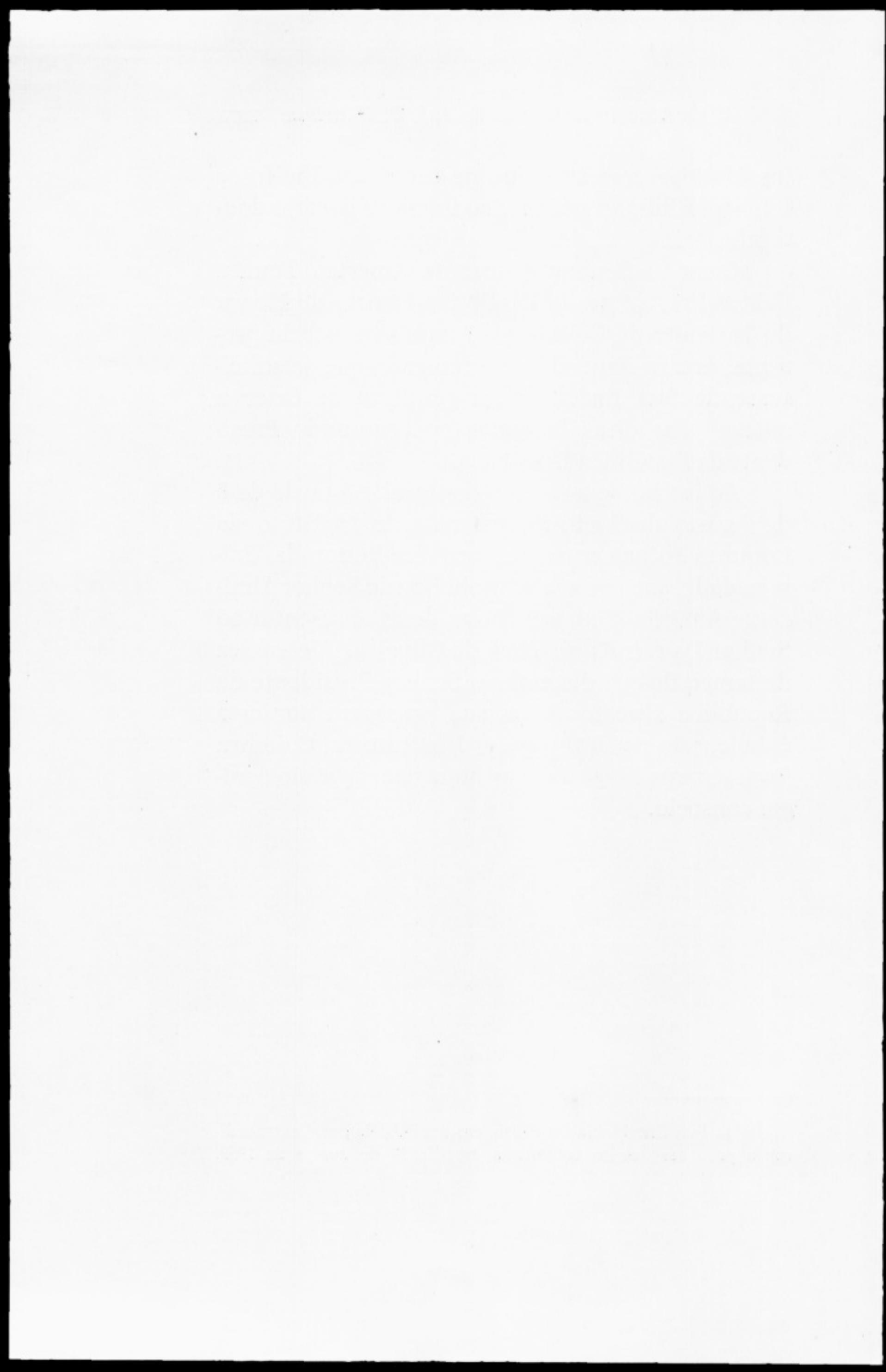


los Moreira, que sugeriu que a entrega lhe fosse feita na Biblioteca Geral, ao iniciar o cortejo doutoral.

Como o Senhor Almirante Américo Tomás, ilustre Presidente da República e sócio de Honra do Instituto de Coimbra (1), também estaria presente, estava naturalmente indicado que se solicitasse de Sua Excelência a gentileza de fazer a entrega das ditas insígnias ao venerando Presidente da República Brasileira.

Ao iniciar-se o cortejo doutoral, na tarde de 8 de Agosto de 1960, as insígnias do Instituto de Coimbra foram entregues ao Vice-Reitor da Universidade, que por sua vez solicitou do Senhor Almirante Américo Tomás a fineza de as apresentar ao Senhor Doutor Kubitschek de Oliveira. A escassez de tempo de que dispunha o Senhor Presidente da República Brasileira, na sua passagem por esta cidade, não permitiu que o Instituto de Coimbra levasse mais longe as suas homenagens a tão egrégio consócio.

(1) Sua Excelência foi eleito, em assembleia geral extraordinária para esse efeito convocada, no dia 19 de Junho de 1959.





A multidão aguardando a passagem do Senhor Presidente da República na Praça de Sansão e Rua Visconde da Luz



O Presidente do Instituto de Coimbra faz entrega do colar desta Academia destinado ao Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira

DO AMBIENTE CIENTÍFICO
EM QUE SE INICIARAM
OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Antes de mais nada quero afirmar quão honrado me sinto por aqui me encontrar como representante do secular Instituto de Coimbra, e não menos, decerto, por falar na aula magna desta augusta Universidade, na qual vozes das mais ilustres se têm feito ouvir — Universidade que, embora não tenha frequentado como estudante, não posso deixar de amar como minha, tantas são as tradições, de família e outras, e a gratidão que a ela me prendem.

O período de transição da Idade Média para o Renascimento, um dos mais extraordinários da história da Humanidade, coincidiu com os primeiros grandes descobrimentos geográficos, em que a Portugal coube parte muito grande, maior mesmo do que até há pouco se julgava. O desenvolvimento da ciência náutica pelos portugueses, sobretudo com a criação da navegação astronómica — que foi tanto consequência dos primeiros descobrimentos como factor essencial dos que se lhe seguiram — e a invenção da imprensa de tipo móvel, constituíram, quanto a mim, as alavancas mais poderosas que moveram a Humanidade da Idade Média para o Renascimento: se, por um

lado, a possibilidade de imprimir deu à difusão das ideias e do saber um impulso enorme, pelo outro, os descobrimentos geográficos revelaram à Europa o resto do mundo e permitiram os contactos entre todos os povos por ele disseminados. É de alguns aspectos desse capítulo da geografia histórica, a que corresponde a génese e progresso imediato dos conhecimentos geográficos, que me vou ocupar, por força brevemente.

Raymond Beazley, o maior historiador da geografia medieval, dividiu em três períodos a exploração do Atlântico desde o século XIII ao XV. O primeiro, que limitou entre 1270 e 1340, considerava ele «puramente italiano». Julgava o ilustre historiador inglês (e até há muito recentemente era essa a crença geral) que as Canárias haviam sido descobertas por uma expedição genovesa, comandada por Lanzarotto Malocello, provavelmente c. 1270. O término desse período seria determinado por uma carta de 1339 em que o cartógrafo genovês Angelino Dulcert ou Dalort representou as Canárias pela primeira vez. A expedição de Malocello teria sido seguida pela dos irmãos Vivaldi, que de facto devem ter partido de Génova em 1291. O seu propósito seria, segundo uns, atingir o Oriente navegando direito ao ocidente, como Colombo depois tentou; segundo outros, circum-navegando a África, como fez o Gama. Mas só se sabe que os Vivaldi partiram para o Atlântico, nunca mais deles havendo notícia, embora algumas expedições tivessem ido de Génova em sua busca. Uma dessas expedições de socorro partiu

logo no ano seguinte, o que torna duvidoso terem os Vivaldi o propósito de viagem tão longa como a do Oriente. É impossível conjecturar até onde teriam chegado, embora se afirme que atingiram as Canárias, porque certa das suas ilhas foi chamada Alegranza, nome de uma das galés dos Vivaldi. A verdade, porém, é que só muito mais tarde, no chamado atlas Mediceo de c. 1370, a ilha apareceu com esse nome; por outro lado, Alegranza era nome vulgar em barcos italianos, e o argumento não tem mais fundamento do que a hipótese, há tempos aventada, de que os destroços de uma embarcação antiga encontrados na costa nordeste africana provinham da expedição dos Vivaldi.

Isto era o que até há pouco se dizia e mais ou menos acreditava. Acaba porém de ser feita uma revelação sensacional: o Professor Charles Verlinden, da Universidade de Gand e que também já ensinou na Universidade de Coimbra, autor de várias obras sobre os descobrimentos, publicou em 1958 um trabalho no qual demonstra convincentemente que Lanzarotto Malocello—então ainda muito jovem e que mais tarde esteve em França, sendo depois chamado «Llansarote de Framqua, almyrante, nosso vassalo» numa doação que D. Fernando lhe fez em 1370 — fora afinal um dos vinte técnicos marítimos genoveses que em 1317 vieram para Portugal com Manuel Pezagno, e que a expedição portuguesa saída de Lisboa o mais tardar em 1336, provavelmente comandada por Lanzarotto, já então súbdito português, foi de facto a

primeira conhecida que descobriu as Canárias e delas tomou posse em nome de Portugal. É de crer que, no regresso, Lanzarotto, ou algum dos outros homens de Pezagno, tivesse enviado para Génova notícias do descobrimento, talvez algum esboço cartográfico que Dalorto imediatamente aproveitou. Assim se explica como a carta deste cartógrafo, datada de 1339, já representa três das ilhas mais orientais das Canárias, quando noutra sua carta, feita dez anos antes, ainda se não vê qualquer ilha no Atlântico Central. É de notar que na carta de 1339 também pela primeira vez se vê, e surpreendentemente bem situado, o arquipélago da Madeira, e ainda duas ilhas, que continuaram a aparecer em todas as cartas até o século XV, sempre com os mesmos nomes, e que por isso é possível identificar como o Corvo e São Miguel. Suponho que a Madeira e algumas ilhas dos Açores fossem avistadas no regresso daquela primeira expedição às Canárias, ou talvez mesmo antes, pois a leitura dos documentos leva-me a conjecturar que outras expedições teria já havido, algumas delas provavelmente menos distantes, anteriores à de 1336. A bem fundamentada conclusão a que Verlinden chegou tem importância capital na história dos descobrimentos por mostrar que, à parte a tentativa frustrada dos Vivaldi, e em contrário do que estava estabelecido, a exploração do Atlântico foi iniciada pelos portugueses, com o descobrimento das Canárias, o mais tardar em 1336. O trabalho de Verlinden — hoje Director da Academia Belgica em Roma — baseia-se na documentação

inédita, ou até então dispersa e praticamente inacessível, publicada em 1944 pelo Professor Silva Marques, e na autenticidade, já definitivamente estabelecida, da muito discutida viagem de 1336. Se por um lado é pena que não tivesse cabido a um historiador português a honra de formular as conclusões a que Verlinden chegou, por outro lado devemos felicitar-nos de que coubesse a um estrangeiro estabelecer a verdade histórica deste facto fundamental. Não só a dedução se apresenta logo isenta da suspeita de parcialidade, como nos evita o labéu de chauvinismo de que não raro os historiadores portugueses dos descobrimentos são apodados.

Assim descobertas as Canárias, muito mais tarde do que Beazley julgava, seguiu-se outra expedição portuguesa mista em 1341, e só depois é que se registam nove maiorquinas e espanholas, até 1393, datando já de 1402 a primeira expedição francesa. É a esta participação de outras nações na incipiente exploração do Atlântico que o historiador inglês chama o segundo período. Depois diz: «Com o começo do terceiro período marítimo — o da empresa contínua e auxiliada pelo Estado, sob a chefia de um príncipe da família real, e prosseguida como um interesse vital por uma nação cristã — saímos da era medieval e entrámos na moderna. O 'alvorecer da geografia moderna', no sentido estrito da palavra, termina com as primeiras viagens dos capitães do Infante».

Não poderia citar palavras mais autorizadas, mais imparciais e mais justas que estas de um

insigne historiador inglês, embora ele desconhecesse que o primeiro período da exploração do Atlântico foi tão português como este terceiro. Muito se tem dito e escrito do que foi essa «empresa contínua e auxiliada pelo Estado sob a chefia do Infante», que condicionou o grande acontecimento histórico por Beazley chamado «terceiro período dos descobrimentos». Um dos factores essenciais do êxito impressionante dessa empresa, de repercussão universal, levada a cabo pelos portugueses, reside no espírito científico com que foi conduzida — espírito que, mais acen-tuadamente desde o século XIII, se vinha formando na Europa e em Portugal participou plenamente. Nesse ambiente se desenvolveu a arte e ciência da navegação até a sua mais importante fase, que foi a invenção de um processo para determinar a latitude a bordo pela observação de um corpo celeste por meio de instrumentos. Mas por muito importante que seja, a astronomia náutica não é tudo o que conta na marinharia: o seu progresso foi também, e será sempre, consequência do desenvolvimento da construção naval e dos conhecimentos geomagnéticos, hidrográficos e meteorológicos aplicados à navegação, sobretudo quanto a correntes marítimas e regime dos ventos, e, *last but not least*, do avanço da cartografia — sector em que a contribuição portuguesa não foi menos notável.

Não vou ocupar-me desse aspecto científico dos descobrimentos, já tratado por muitos mestres, tanto portugueses como estrangeiros, que

seria longo enumerar. Vou antes referir-me a um outro aspecto desta vasta matéria, que até aqui talvez não tenha merecido tanto a atenção dos estudiosos: o ambiente científico que propiciou e em que se desenvolveram os descobrimentos portugueses.

Ao período de inacção e obscuridade em que o mundo ocidental entrara, após o esplendor da Escola de Alexandria e com a derrocada do Império Romano, foi gradualmente sucedendo um movimento cultural que emergiu no século IX com o chamado «Renascimento Carlovíngio». Das escolas das catedrais, fomentadas por Carlos Magno, resultariam, três séculos mais tarde, as primeiras universidades, que tão grande influência iam ter na transformação cultural e social da Europa. Lembro que antes de findar o século XIII já haviam sido fundadas treze universidades.

Depois do século X o mundo, sobretudo o oriental, começou a ser mais bem conhecido, graças às sucessivas viagens, de árabes, judeus e cristãos, do Ocidente à Mongólia, China e outros países do Oriente. Relatos das lendárias viagens de S. Brandão e outras dos árabes, e das navegações dos viquingues circulavam e interessavam a Europa. Ao mesmo tempo dava-se esse fenómeno de grande importância geográfica que foram as Cruzadas, iniciadas em fins do século XI e estendendo-se pelos dois séculos seguintes. À quase completa apatia da Baixa Idade Média europeia sucedera a efervescência gradual que no século XIII ia desabrochar numa revolução

económica, científica e social cujo alcance é difícil exagerar. O aparecimento e desenvolvimento progressivo das corporações de comércio e de mes-teres, cujo espírito se estendeu às universidades, da economia capitalista e das novas invenções tecnológicas, contribuíram poderosamente para a crescente e salutar importância da burguesia, como já entre nós se pode assinalar na participação dos procuradores dos concelhos nas Cortes de Leiria em 1254. Os flagelos das fomes e pestes que tão devastadoramente se fizeram sentir por toda a Europa, sobretudo já no século XIV, intensificaram a necessidade da organização colectiva. Conforme a Europa ia emergindo da Idade Média e as nacionalidades se esboçavam, tornava-se possível a preparação de empresas e a realização de planos numa escala mais vasta. De interesse particular para o nosso tema é que o rápido desenvolvimento do comércio internacional, numa idade de comunicações terrestres precárias, expandiu e intensificou a navegação, a construção de navios de carga e o frete marítimo, oferecendo emprego fecundo a novas energias e novos capitais. O aumento de recursos navais e a esperança de encontrar novas fontes de matérias primas e novos mercados foram, tanto directa como indirectamente, uma das causas principais, se não a principal, das primeiras expedições atlânticas, tentadas ainda antes de findar o século XIII

No começo desse século deu-se um acontecimento portentoso cujas consequências foram do maior alcance: o advento de S. Francisco, logo

seguido, em 1209, pela fundação da Ordem dos Frades Menores. O Franciscanismo, cujos princípios basilares eram a imitação da vida evangélica de Cristo, o amor dos desprotegidos e de todas as cousas, animadas e inanimadas, criadas por Deus na Natureza, exerceu forte atracção sobre os intellectuais, que se encontravam quase exclusivamente na Igreja e manifestavam preferência por essa Ordem. Grande foi a influência que o Franciscanismo — com o seu amor da Natureza e inteligente curiosidade pelos seus segredos, o seu amor por toda a Humanidade, o seu liberalismo e o seu espírito de missão apostólica — teve no desenvolvimento geográfico. Franciscanos eram os primeiros viajantes cristãos que se dirigiram ao Extremo Oriente; franciscanos eram os dois religiosos a bordo das primeiras galés que buscaram o Atlântico — as dos Vivaldi em 1291; franciscanos eram os que mais habitualmente embarcavam nos navios dos descobrimentos.

Mas o que agora desejo salientar é a influência, directa e indirecta, que o Franciscanismo teve no aparecimento do novo espírito de investigação científica. Quando a ciência ainda era inseparável da alquimia e se misturava com a magia negra, o amor de S. Francisco pela Natureza inspirou com uma nova concepção científica numerosos sábios franciscanos. A observação e estudo dos fenómenos naturais, conduzindo à experiência e à medição, em que gradualmente se foi baseando todo o progresso científico, nunca mais deixaram de ser os factores essenciais que, sob o nome de método

científico, desde há séculos tem condicionado o desenvolvimento da ciência até os maravilhosos resultados de hoje. Roger Bacon, o mais eminente entre a brilhante constelação dos primeiros sábios franciscanos, proclamou que «para compreender a verdade fundamental dos fenómenos é preciso saber como dedicar-se à experiência», orientação intelectual logo a seguir desenvolvida por outros franciscanos, sobretudo Scotus e Occam. O franciscano maiorquino Raimundo Lúlio, o *doctor illuminatus*, tem interesse especial para nós, pois nas suas obras ocupa-se largamente da náutica e até defende a circum-navigabilidade da África, havendo motivos para crer que a sua obra teve considerável repercussão em Portugal.

Lugar notável na história da ciência náutica ocupa uma outra manifestação desse surto do espírito científico no século XIII, que foi a compilação da obra monumental *Libros del Saber de Astronomia*, por ordem e sob a orientação de Afonso X, o Sábio, falecido em 1284. Uns cinquenta sábios cristãos e judeus, que este esclarecido Rei de Castela e Leão reuniu em Toledo, durante quatro anos traduziram para castelhano todos os escritos conhecidos sobre assuntos astronómicos e afins, começando com Ptolomeu e coligindo os de autores árabes.

Nas obras compiladas nos *Libros*, que incluem também alguns trabalhos originais, encontram-se os conhecimentos teóricos contemporâneos sobre astronomia e a descrição de instrumentos tais como astrolábios, quadrantes, armilas e relógios,

com instruções práticas para a sua construção. A meu ver, a existência na Península Ibérica, sem excluir Portugal, desta massa de conhecimentos especializados tem alta importância histórica.

Em 1216 vieram para Portugal os primeiros franciscanos, e o Franciscanismo alastrou aqui de maneira extraordinária, como o mostram os numerosos conventos que em rápida sucessão entre nós fundaram. Já a Universidade tinha vindo para Coimbra, um dos primeiros grandes centros franciscanos, quando, possivelmente ainda antes do falecimento de D. Dinis, aqui foram preparadas umas importantes tábuas e instruções astronómicas — códice preciosíssimo que hoje se encontra na Biblioteca Nacional de Madrid. Assim cabe a esta veneranda Universidade a honra insigne de nela (e se não fosse nela onde poderia ser?) se haver preparado o primeiro grande trabalho astronómico português conhecido, prelúdio do cunho científico que caracterizou os descobrimentos. Não se sabe ao certo se Afonso o Sábio teria enviado a seu neto D. Dinis uma cópia dos *Libros del Saber de Astronomia* ou de alguma parte deles; mas é muito provável que tivesse, e isso influísse na preparação das tábuas astronómicas de Coimbra, que aliás não são idênticas às dos *Libros*. Esta hipótese parece-me tanto mais de aceitar quanto é certo que se sabe ter D. Dinis recebido do avô outras obras, como a *Crónica Geral de Espanha* e vários trabalhos, de carácter geográfico, que mandou traduzir para português.

Do que não pode haver dúvida é que o espírito

científico do Franciscanismo surgiu imediatamente em Portugal, e embora nada se saiba dos trabalhos do mesmo género que se devem ter seguido àquelas tábuas astronómicas, parece-me lícito supor que algo mais se tenha feito. A tradição cultural vem já pelo menos da corte de D. Afonso III, com os seus trovadores, e bem conhecida é a acção de D. Dinis — o ilustre Rei trovador — em favor da cultura, com a defesa da língua portuguesa e, sobretudo, com a criação em 1290 do Estudo Geral em Lisboa, a Universidade. Entre as bem conhecidas medidas de fomento adoptadas por D. Dinis avultam as que directa ou indirectamente respeitavam ao desenvolvimento marítimo; a circunstância de talvez ainda em sua vida terem sido elaboradas as tábuas astronómicas de Coimbra; e o facto de em 1317 haver contratado a vinda para Portugal de Manuel Pezagno e os seus «vinte homens de Génova sabedores do mar». Parece fora de dúvida que o Rei se interessava tanto pelo aspecto económico como pelo científico da navegação. Na verdade, Génova era nessa altura o principal centro europeu de actividade naval e cartografia náutica, como se vê, entre outras razões, pela preparação das primeiras cartas-portulanos do Mediterrâneo. Deve lembrar-se que uma das primeiras e mais notáveis contribuições para o desenvolvimento da marinharia foi o súbito e misterioso aparecimento em Génova das cartas-portulanos em fins do século XIII. Já algures expus as razões que me levam à convicção de que as cartas-portulanos — cientificamente traçadas e

por conseguinte sem nada de comum com a outra cartografia medieval — devem derivar directamente de cartas de Marino de Tiro, o grande inspirador cartográfico de Ptolomeu, pelos genoveses ainda encontradas no Próximo Oriente.

Tudo indica que D. Dinis já tinha em mente a expansão marítima preparada sob a protecção do Estado e conduzida tão cientificamente quanto possível. Sente-se que a nova orientação do pensamento europeu, que florescia no Franciscanismo, impregnava subtilmente a acção dos dirigentes.

Do notável grau de cultura existente na corte de D. João I e D. Filipa são testemunha os livros que aquele e seus filhos escreveram, em que a astronomia de então não era descurada. Seria muito natural que quando o Infante das Sete Partidas se preparava para a sua longa viagem pela Europa, D. Henrique lhe tivesse pedido para colher informações que pudessem interessar à navegação, e o facto é que o irmão trouxe-lhe pelo menos, de Veneza, uma cópia do *Livro de Marco Polo* e algumas cartas geográficas. Há quem tenha procurado apoucar o grau de cultura do Infante D. Henrique, particularmente em cosmografia e geografia. Não é possível entrar aqui, claro está, na discussão desse complexo e desaprazível assunto. Mas, ao mesmo tempo, é ele um ponto tão pertinente ao tema da minha exposição, e há críticos cuja categoria intelectual dá tanto peso às suas opiniões, que não posso deixar de brevemente o abordar. Seria insensato pretender que o Infante tivesse sido matemático, astrónomo ou cosmógrafo con-

sumado, e de facto não há motivos para tal julgar. Mas depois de ler as numerosas páginas escritas em contradição dos historiadores que alguma vez se pronunciaram em favor da cultura do Infante, fica-se com a desconcertante impressão de haver quem julgue o homem que até 1460 dirigiu com tanto êxito a empresa formidável dos descobrimentos como quando muito de «cultura medíocre». Numerosos e conhecidos são os argumentos, muitos deles bem documentados, comprovativos de que se o Infante, naturalmente, não era um especialista nos vários sectores da cosmografia e da técnica da navegação, em todos eles tinha pelo menos conhecimentos gerais, bastantes para poder orientar e fazer executar a obra de que se encarregara. É isso, afinal, o que cumpre a qualquer bom dirigente. Como admitir que empreendimento tão vasto e complexo, desde o princípio conduzido cientificamente — com o estudo sistemático do regime dos ventos e correntes marítimas, desenvolvimento de um tipo especial de caravela, criação dos primórdios da navegação astronómica, e certamente progresso na cartografia — estivesse nas mãos de um ignorante da ciência elementar, das informações históricas e da técnica indispensáveis ao êxito que esse empreendimento teve? Porque teria então chamado Mestre Jácome de Maiorca, ilha que ao tempo já concorria com Génova na primazia mediterrânea da cartografia e da náutica? Deve notar-se que Maiorca era a pátria de Raimundo Lúlio, e que Mestre Jácome era filho do grande cartógrafo Abraão Cresques, a quem

muito provavelmente ajudou na preparação do célebre atlas de 1375, a mais preciosa jóia da cartografia medieval. É incontestável que Mestre Jácome, bem a par dos últimos conhecimentos geográficos, bom cartógrafo e construtor de instrumentos náuticos, deve ter influído consideravelmente no desenvolvimento da marinharia portuguesa.

Chegou-se mesmo a afirmar que Mestre Jácome nunca veio para Portugal, e que o Infante não pensava em atingir a Índia, pois nada se sabia da possibilidade de circum-navegar a África. Mas, além das referências dos clássicos, consideradas (a meu ver infundadamente) por quem assim escreve como apenas fabulosas, há outras menos antigas, que não cita, como sejam a representação da África circundada de mar no mapa-mundi de Petrus Vesconte, de c. 1320, e um outro facto a meu ver mais importante: Raimundo Lúlio, compatriota de Mestre Jácome e cujas ideias este certamente conhecia, também afirmava a circum-navigabilidade da África, e é de supor que tanto o cartógrafo maiorquino como outros sábios franciscanos, que então dominavam o pensamento científico europeu, partilhassem dessa opinião. O Infante não podia ignorar essa corrente de pensamento.

O célebre mapa-mundi em 1457-59 feito em Veneza por Fra Mauro, por encomenda de D. Afonso V e muito provavelmente a pedido do Infante D. Henrique, também mostra a África circum-navegável. Não vejo outra explicação para

a encomenda senão o propósito de averiguar que conhecimentos geográficos então havia em Veneza — e em especial saber da possibilidade de circum-navegar a África. Esta hipótese parece-me confirmada pelas longas legendas no mapa-mundi, sobretudo uma muita extensa, inscrita por Fra Mauro no sudoeste africano, a qual explica porque se devia considerar a África como rodeada de mar, e informando da chegada de navegadores portugueses àquelas praias do sudoeste, os quais fizeram cartas que foram enviadas a Fra Mauro. Só recentemente foi chamada a atenção para esta importante legenda, havendo historiadores a quem não repugna aceitar muito do que nela se diz, e outros que julgam ter o frade cartógrafo simplesmente fantasiado. Por meu lado não creio que o religioso beneditino tivesse faltado à verdade. E porque havia de fazê-lo? O teor da legenda parece antes conter a resposta a pergunta expressamente feita e para a qual teriam sido enviados alguns elementos de Portugal. De facto estou em crer que as caravelas do Infante foram muito além do que se tem julgado — tanto no Atlântico Ocidental como ao longo da costa africana — e de que pouco a pouco irão surgindo documentos a confirmá-lo. Dados os primeiros passos, nada as impedia de continuarem, como depois continuaram. No meu trabalho *The Nautical Chart of 1424*, publicado sob a égide desta Universidade e que o ilustre Reitor de então, Professor Doutor Maximino Correia, me deu a grande honra de prefaciá-lo, procuro demonstrar, com base

na prova cartográfica, que os navegadores do Infante já antes dessa data haviam visitado terras da América. Não posso entrar aqui nestes capítulos dos descobrimentos henriquinos, de que possivelmente virão grandes surpresas.

Não vejo razão para se afirmar categoricamente que o Infante nunca pensou em atingir a Índia. Se é problemático, mas não impossível, que ele tivesse considerado a possibilidade da via ocidental, por mim tenho como certo que, fossem quais fossem os propósitos — religiosos, políticos, económicos ou todos juntos, como é mais de acreditar — que guiaram a sua acção, a ideia capital do plano henriquino era chegar à Índia circunavegando a África. Se foi o grande D. João II quem deu os últimos passos preparatórios que levaram à expedição de Vasco da Gama, os primeiros foram do grande Infante. Será possível argumentar *et ad infinitum et ad nauseam* sobre os problemas dos descobrimentos henriquinos (e outros) — tão complexa e por vezes de difícil interpretação ou mesmo contraditória é a enorme massa de documentação ao nosso dispor, e tão grande as lacunas a preencher. Mas considero absurda e dolorosa injustiça pretender diminuir a estatura gigantesca do Infante D. Henrique, que é uma das maiores figuras não só da história de Portugal como também da história da Humanidade.

É legítimo e louvável querer rectificar pontos de história, mas já o não é entrar em extremos de crítica e de dialéctica que podem conduzir à sua falsificação. Negação e criticismo não bastam.

Mais importante do que a negação sistemática é o esforço persistente de chegar a algum corpo de pensamento construtivo, mesmo que apenas como hipótese. Esperar é mais importante do que duvidar, e seria desastroso que o historiador, o filósofo ou o cientista deixassem de especular pelo receio de errar e medo da palmatória de certos críticos. Não nos mostra a história da filosofia e da ciência que nenhuma teoria se pode considerar como definitiva? Onde estaríamos hoje se nos continuássemos a reger pelas teorias de Ptolomeu, durante quase quinze séculos consideradas como incontroversas, e mesmo as de Newton ou as de Lavoisier? O poeta vê para além das realidades do presente, e por isso há verdadeira poesia tanto na especulação científica como na especulação histórica, que aliás não podem deixar de se basear em factos conhecidos.

Estou quase no fim e vou tentar uma síntese do que de principal tenho dito: Os descobrimentos portugueses desenrolaram-se dentro do novo ambiente místico, cultural e científico criado pelo Franciscanismo, ou de que este foi parte integrante, que logo de princípio alcançou Portugal. Nesse ambiente, e como parte da grande revolução cultural do século XIII, criou D. Dinis a Universidade em 1290, se prepararam as tábuas astronómicas de Coimbra, e foram contratados Manuel Pezagno e os seus técnicos marítimos.

O descobrimento das Canárias foi feito o mais tardar em 1336 por uma expedição portuguesa par-

tida de Lisboa, e não por uma expedição de Génova anterior, como até aqui se tem julgado. A exploração efectiva do Atlântico foi, de facto, portuguesa logo desde o princípio.

Quando o Infante tomou a seu cargo a empresa dos descobrimentos já existia em Portugal uma preparação marítima e científica única que, sob a sua égide, se desenvolveu até aos primórdios da navegação astronómica, base da ciência náutica.

A prova cartográfica leva-me a admitir que os navegadores portugueses chegaram a terras americanas antes de 1424 e ao sudoeste africano ainda muito em vida do Infante, e que o objectivo máximo do seu plano era chegar à Índia circunnavegando a África.

Não posso aceitar que o homem desde 1415 a 1460 à frente da expansão marítima portuguesa, com tanta eficácia e espírito científico, nascido e criado numa família para o tempo muito culta, fosse apenas de «mediocre cultura».

A empresa dos descobrimentos foi iniciada por um Rei poeta e sempre conduzida a par do espírito poético com que o Franciscanismo procurou descobrir cientificamente os segredos da Natureza. Pois não haverá poesia no surto dessas frágeis caravelas em que homens de coração forte e impelidos por um grande ideal se afoitavam a desvendar os mistérios do Oceano Tenebroso? Sim, havia bravura nos corações, ciência nos cérebros e poesia nas almas dos nossos grandes navegadores.

Estreitos são os laços que podem ligar a poe-

sia e a ciência. Quem negará a poesia que existe na mais abstracta das ciências e elemento essencial de todas elas, a matemática, ou em muitas das suas mais belas aplicações, como a astronomia ou a física nuclear? Ai do cientista que se alheie da poesia que existe no seu trabalho, seja ele qual for, e ai da Humanidade se só existissem tais cientistas! Não poderá ser verdadeiramente útil à sociedade quem não sinta a necessidade de vida espiritual e procure dar-lhe satisfação. O Franciscanismo teve a virtude imensa de aliar a poesia do seu amor pela Natureza, pelo seu Criador e por toda a Humanidade, à curiosidade científica que esse mesmo amor despertou. Nenhuma doutrina podia então corresponder melhor às necessidades espirituais da Europa em plena revolução do século XIII. Foi no ambiente criado pelo espírito místico e científico do Franciscanismo, ou com ele coincidente, que se preparou a empresa dos descobrimentos portugueses.

Os navios, em cujas velas pandas rutilava a Cruz de Cristo e que mandados pelo grande Infante ou seus continuadores partiam a descobrir o mundo, levando a bordo não só religiosos franciscanos mas também os primeiros regimentos da navegação astronómica, iam nimbados pela poesia tão mística como humana de S. Francisco, a quem com boa verdade se deveria chamar o santo padroeiro dos descobrimentos.

ARMANDO CORTESÃO

Oração proferida na Sala dos Capelos em 12 de Maio de 1960.

O INFANTE D. HENRIQUE, ARAUTO DA IDADE-NOVA (*)

Na charneira de duas idades históricas, o Infante D. Henrique abre novos horizontes e, portanto, novos destinos à Europa e ao Mundo. De facto, com ele acaba a Idade Média e começa a Idade Moderna.

O promontório de Sagres — melhor diria, a baía de Lagos — toma, assim, o valor de um símbolo. A Europa, de praça sitiada, transforma-se em sitiante. E são as caravelas do nosso Infante que, partindo do extremo ocidental da costa algarvia, conseguem romper a cadeia que algemava o velho continente empobrecido, e dar-lhe vida nova...

Deste modo, a figura de D. Henrique, o Navegador, surge-nos como um faxo de luz a irromper das trevas, guiando a Humanidade para novos destinos. E, à medida que se engrandece, como que se transfigura, tomando a feição irreal de um verdadeiro deus tutelar do espírito novo — do homem-novo.

Esta visão subjectiva da História não é sem fundamento, mas nem por isso evita o perigo de a falsear.

(*) Conferência proferida no dia 31 de Agosto de 1960, na Universidade de verão de La Rábida, integrada no programa da Semana Henriquina, promovida pela mesma Universidade.

Realmente, à força de se querer abranger o quadro todo de um simples golpe de vista, os seus contornos (e, com eles, o próprio cerne), vistos superficialmente, são tão desfigurados que correm o risco de ficar irreconhecíveis.

Ora, ao historiador cumpre a missão de explicar, isto é, de esclarecer — e o esclarecimento não se compadece com a formulação de conceitos que, por muito aliciantes que sejam, carecem de solidez.

Permito-me perguntar: — Haverá, realmente, uma Idade Nova ou Moderna em contraposição à Idade Média?

Isto é: — A Renascença dos séculos XV e XVI terá, realmente, enfeitado a experiência de mil anos de História, para só se ater à do Mundo Antigo?

Por outras palavras: — Passará, nos Tempos Modernos, a aferição de valores a obedecer a cânones novos?

Julgo que o tema já foi suficientemente ventilado. Mas nem por isso as conclusões têm sido sempre de molde a pô-lo nos seus devidos termos.

Urge, antes de mais, responder a uma pergunta prévia:

— Que entendemos por Idade histórica?

É evidente que a resposta, para ser satisfatória, tem de entrar em linha de conta com um certo número de postulados, que não podemos, de modo nenhum, deixar de ter em consideração, e que, por isso, há que formular desde já.

É que, sendo o Homem um ser extremamente

complexo, a sua personalidade não pode deixar de se reflectir na sociedade de que, simultaneamente, é criador e criatura.

Por isso, os factores de ordem religiosa ou simplesmente espiritual se entrelaçam com factores de ordem material, de que o Homem — o Homem em sociedade — é, por vezes, simples agente, actuando como actua em função de forças que, mesmo quando contribuiu para criar, já não domina.

Ora bem: uma Idade histórica é ou deve ser — para ter sentido — a expressão de todos esses factores, de todas essas forças, em suma, de todos esses valores, que dão à sociedade o seu clima específico. Por isso, só se transpõe quando essencialmente se altera o equilíbrio social, isto, é quando é outra a medida por que se aferem os princípios de ordem ética que, em última análise, exprimem e regulam todos os outros.

Mas não sejamos demasiadamente ambiciosos: Não pode haver uma História universal, porque cada civilização — por muito frequentes que sejam as implicações entre os diferentes tipos de cultura — tem o seu carácter específico. E é função da História assiná-lo.

Ora, quanto à nossa civilização, creio ser o antropocentrismo, que caracteriza tão impressionantemente a mensagem helénica, que lhe imprime feição peculiar.

É que, apesar do valor inestimável do contributo grego, a Antiguidade pagã foi incapaz de esgo-

tar o seu profundo conteúdo espiritual. Diria até: não chegou a atingi-lo na sua integralidade, apesar de o seu génio se mostrar capaz de superar as próprias contradições doutrinárias.

De facto, como criador — criador dos próprios deuses — o homem antigo tornava-se irresponsável, ficando, assim, à mercê de todos os caprichos e de todas as injustiças, uma vez que lhe faltava um ideal que o superasse, servindo-lhe de apoio firme, inamovível.

Por isso, a concepção helénica do Homem constitui o próprio fundamento da estatolatria romana — a sua força geradora.

— Pois que foi o Estado romano, na sua forma perfeita, senão a amplificação irrestrita — e, portanto, deformadora — da personalidade humana?

Foi assim que a técnica grega — o seu maravilhoso espírito científico — não teve consequências imediatas, estiolando-se à falta de uma verdadeira escala de valores morais, que só uma concepção ética da vida podia estabelecer. E daí a ruína — a ruína irremediável — do Mundo Antigo.

A mensagem cristã o redimiria. Mas é uma nova Idade histórica que começa.

De facto, de criador, o homem transforma-se em criatura. E toda a sua força, toda a sua grandeza lhe advém de ser, não artífice de deuses, mas filho de Deus. Criatura, portanto, em união constante, perfeita, com o Criador.

Inútil acentuar as consequências humanas e, portanto, sociais desta concepção, fonte de vida

transbordante, isto é, de vida que se sobrenaturaliza.

Pois não foi por isso que, verdadeiramente, a existência humana deixou de ser um acidente, para se tornar o fulcro da sociedade, isto é, o seu valor por excelência?

Ora, uma doutrina assim, para ser operante, tem de se afirmar cada vez mais pela sua feição simultâneamente docente e especulativa. E por isso se impôs a continuação do magistério de Jesus, contituindo-se a sua Igreja.

Temos, assim, uma nova força, que não pode deixar de condicionar o desenvolvimento da sociedade, por muito que se mantenha à margem da sua organização. É que há que contar com ela, com o seu poder doutrinador e fiscalizador tanto maior quanto — bom ou mau grado seu — as diferentes comunidades humanas não podem deixar de reconhecer a sua existência, não podendo, portanto, também, deixar de ter em conta a sua acção.

Por isso, a primeira época histórica da nova Idade — época essa tão impròpriamente chamada Idade Média — constitui, afinal, não uma Idade intermédia, espécie de barreira erguida contra o normal desenvolvimento da sociedade, e que, por isso, urgia destruir, mas uma verdadeira época genesíaca.

De facto, é na Idade Média que se forja o Mundo Moderno.

Consequentemente, o movimento da Renascença, longe de constituir uma revolução de cânones novos, não é, em boa verdade, senão a última

fase — que, sob certos aspectos, é a mais esplendorosa — de um grande movimento de recuperação que, de facto, começa com o princípio da Idade-Média, ou antes — porque não dizê-lo? — com o alvorecer do próprio Cristianismo.

Pode, é certo, assinalar-se o carácter contraditório desse movimento (qual é a evolução histórica que não é, por vezes, mesmo paradoxal?); mas nem por isso ele deixa de seguir o seu caminho — diria melhor: o destino que as suas próprias virtualidades lhe impõem.

Pôde, assim, afirmar muito certamente o nosso insigne mestre Doutor Gonçalves Cerejeira:

«Se se pudesse fazer o balanço dos elementos que entraram na formação da alma moderna, reconhecer-se-ia certamente que ela recebeu mais coisas directamente herdadas da Idade-Média, que verdadeiramente antigas» (1).

De facto, o Renascimento, longe de minimizar o espírito medieval, sublima-o, tornando-o — apesar de todas as aberrações — cada vez mais vinadamente humano e, portanto, mais amplamente universal. É esta, de facto, a tendência constante, irreprimível, da nossa civilização, constituindo, como constitui, a sua feição mais característica — a sua expressão mais vivamente representativa.

Mas, para bem se compreender o chamado movimento renascentista, não basta considerar o

(1) *O Renascimento em Portugal* Clenardo, II, pág. 22, Coimbra, 1916.

Cristianismo, que não é o único veículo da civilização greco-latina. Há outras forças em jogo.

Realmente, uma das características mais evidentes da chamada Idade Média resulta do estado de alerta, a bem dizer constante, do mundo cristão contra a agressividade muçulmana, e, até, da colaboração — não podemos deixar de a considerar — que, embora paradoxalmente, o Islão deu à Cristandade inimiga.

Ora, o que fundamentalmente caracteriza o prodigioso movimento islâmico é o seu incrível poder de improvisação, poder esse que lhe permitiria adaptar princípios e culturas as mais diversas à sua própria mentalidade, sem, no entanto, se descaracterizar. E assim é que a sua implantação em países tão distanciados não podia deixar de favorecer consideravelmente a comunicação de ideias e de conhecimentos os mais diversos.

Daí a notável contribuição dos muçulmanos para a vivência da cultura greco-latina na sociedade cristã medieval, e para o melhor conhecimento de civilizações longínquas, estabelecendo como que uma ponte entre elas e a Cristandade ocidental — o que levaria um medievalista ilustre a dizer, muito justamente, que, afinal de contas, os árabes contribuíram mais para unir do que para separar (²).

De facto, andarilhos incansáveis, dotados de grande poder de observação, os árabes deixa-

(²) Michel Mollat, *Le Moyen Âge in Histoire Universelle des Explorations*, vol. I, pág. 257.

ram-nos das suas viagens descrições cheias de colorido e de vida, que constituem um capítulo notabilíssimo da literatura medieval. E não há dúvida de que essas descrições exerceram uma enorme influência sobre a formação e o desenvolvimento de um verdadeiro espírito de aventura — espírito que, acicatado por fortes imperativos de ordem religiosa e por uma profunda crise económica e social, havia de se manifestar espectacularmente, sobretudo a partir do século XII.

Como observa o Prof. Michel Mollat, «a missão dos árabes, senhores do comércio e das riquezas naturais do Oriente e do Ocidente, detentores dos tesouros asiáticos e das minas de metais preciosos de três continentes, consistia em regular a distribuição das primeiras e a circulação dos segundos». E assim é que — conclui o mesmo historiador — «tudo aquilo que se permutava entre o Ocidente o Oriente — ideias, conhecimentos, costumes, mercadorias, riquezas — tudo dependia, mais ou menos, dos árabes» (3).

Não admira, por isso, que, a partir do século X — considerado o século de ouro da Geografia islâmica (4) — numerosos relatos de viagens surgissem na literatura árabe.

Interessam-nos particularmente os que Idrisi — que nasceu em Ceuta em 1099, e é talvez o maior de todos os geógrafos muçulmanos — compilou em 1154, nas suas *Recreações de todo aquele que*

(3) *Ibidem, ibidem*, pág. 308.

(4) *Ibidem, ibidem*, pág. 309.

desejar conhecer profundamente as diferentes regiões do mundo (5).

Trata-se de um livro composto por ordem de Rogério II, rei das Duas Sicílias, para compreensão do grande planisfério de prata, que mandara executar (6).

Idrisi refere-se não só às várias regiões da Europa, da África e da Ásia até ao Extremo-Oriente, mas também ao Atlântico, o Oceano tenebroso, onde, além de ilhas desertas, havia outras habitadas, como as Canárias, que designa Afortunadas ou Eternas, dizendo que é a partir delas que Ptolomeu começa a contar as longitudes. E relata uma expedição empreendida por oito mareantes que, tendo partido de Lisboa com o objectivo de sondar os mistérios do Oceano e averiguar os seus limites, atingiram, depois de terem navegado com vento leste durante onze dias, uma zona, onde ondas espessas, que exalavam um odor fétido, escondiam numerosos recifes.

Temerosos, os nautas mudaram de rumo em direcção ao sul; e, depois de várias peripécias, atingiram finalmente uma ilha habitada por homens de cabelos lisos e mulheres de rara beleza, de onde partiram para o continente africano, que atingiriam após três dias de viagem.

(5) É assim que Idrisi designa a sua geografia no próprio prefácio. Vide *Géographie d'Édrisi, traduite de l'arabe en français*, por P. Amédée Jaubert, tomo I, págs. XXI-XXII, Paris, 1836. Refere-se-lhe Mollat, *op. cit.*, pág. 312.

(6) *Géographie d'Édrisi*, cit., tomo I, págs. XX e XXI.

Estavam em Asafi, à distância de dois meses de Lisboa (7).

Descrições como esta não podiam deixar de arrebatá-lo o homem medieval, e de lhe servir de estímulo, tanto mais que certas particularidades ofereciam perspectivas promissoras a novas aventuras.

Quero referir-me especialmente à concepção do curso de Nilo, que Idrisi julga dividir-se em dois braços, sendo um, o «do Nilo do Egipto, que atravessa este país, correndo do Sul para o Norte», «e o segundo, o braço que, correndo a partir do Oriente, se dirige para a extremidade mais recuada do Ocidente». E o geógrafo marroquino acrescenta: «é sobre este braço do Nilo que estão situadas todas ou, pelo menos, a maior parte das cidades do Sudão» (8).

Tais eram os conhecimentos geográficos que a Europa cristã recebia, através do mundo muçulmano.

Como muito justamente observa Michel Mollat, entre os séculos VIII e XII, os árabes tinham sido, em face do Ocidente introvertido e da China ensimesmada, os únicos homens capazes de considerar o Mundo no seu conjunto. Mais ainda: foram os muçulmanos que, pela via do comércio, soube-

(7) *Ibidem*, tomo II, págs. 26 a 29.

(8) *Ibidem*, tomo I, pág. 27.

ram despertar a curiosidade do Ocidente pelas coisas orientais (⁹).

Ora é justamente no século XII, ou, mais rigorosamente, a partir dos fins do século XI, que o espírito de Cruzada empolga a Europa Ocidental.

O homem medieval, não abdicando dos próprios conceitos de vida moldados pelo Cristianismo, não podia deixar de ser animado por um vivo sentimento proselitista. Mas não era apenas isso: o europeu de então sentia o desejo incontido de expansão, o desejo—que era necessidade vital—de procurar além o que a própria terra se negava a dar-lhe. Esperava apenas o momento azado para se movimentar.

Por isso, o apelo feito pelo Papa Urbano II em 1095, em Clermont-Ferrand, havia de provocar o entusiasmo que, ao grito de «Deus o quer», arrastaria toda a Cristandade.

É um movimento irreprimível que se põe em marcha.

Impunha-se ao europeu de então — por um imperativo simultaneamente de consciência e de vida — ocupar as posições do Islão. E assim se confundem, por vezes, os aspectos económico e religioso da crise.

É que, para bem resolver os problemas de ordem económica, havia que encará-los também sob o ponto de vista do proselitismo religioso, tanto mais que a Cristandade ocidental sabia

(⁹) *Op. cit.*, págs. 351-352.

vagamente da existência de núcleos de cristãos nestorianos espalhados, desde o século V, pela Etiópia e pela Síria, pela Índia e pela China, cuja colaboração não podia deixar de ser oportuníssima (10).

De facto, sem forças para vencer os sarracenos por meio de um ataque frontal, a Europa Ocidental procura pôr-se em contacto com os seus rivais do Oriente, com o firme propósito de obter deles o apoio que só um ideal comum lhe poderia, verdadeiramente, proporcionar.

O próprio desenvolvimento da lenda da existência de um povo cristão no Extremo-Oriente, cujo rei, o famoso Preste João, era simultaneamente sacerdote, se filia nesse mesmo propósito. Impunha-se, portanto, a necessidade de entrar em contacto com ele.

Por isso, quando, em 1144, correu pela Europa a notícia de que, três anos antes da conquista de Odessa pelos turcos seldjucidas, um monarca cristão tinha alcançado sobre eles assinalada vitória, foi como se um bálsamo se derramasse sobre toda a Cristandade ocidental, dando-lhe a esperança de se poder constituir uma segunda frente à retaguarda do infiel (11).

É certo que essa ideia era inconsistente, uma vez que a missiva enviada pelo Preste João ao Papa

(10) *Ibidem*, pág. 366 e F. L. Ganshof, *Le Moyen Âge*, in *Histoire des relations internationales*, sob a direcção de Pierre Renouvin, tomo I, pág. 196.

(11) Michel Mollat, *op. cit.*, pág. 366.

e aos dois imperadores do Oriente e do Sacro-Império, com o claro intuito de alimentar o espírito de cruzada na Europa Ocidental, não passava de um embuste, engenhosamente concebido pelo arcebispo de Metz, Cristiano (12).

Não obstante—e isto é que importa—o objectivo em vista foi — como acentua o Prof. Michel Mollat — alcançado, mantendo-se em toda a Europa, até ao século XV, a crença muito viva na existência de um reino cristão no Extremo Oriente (13).

É claro que isso não bastava para levar a Cristandade medieval a romper o cerco que a asfixiava; mas não podia deixar de contribuir em larga medida para dar mais viabilidade às tentativas que se fizessem nesse sentido, preparando os espíritos para elas.

E o certo é que, apesar de a ideia de cruzada ter entrado em declínio no século XIII, nem por isso havia de diminuir o interesse da Europa ocidental pelo Oriente misterioso — por esse Oriente de onde lhe viera a ruína e de onde esperava a redenção (14).

Urgia, pois, para além das empresas bélicas, entrar em contacto com ele. Ora — como observa o Prof. Ganshof — o século XIII foi, graças às

(12) *Ibidem, ibidem.*

(13) *Ibidem, ibidem.*

(14) Queremos, naturalmente, referir-nos ao advento dos árabes no Ocidente, e à necessidade, que a Cristandade ocidental sentia cada vez mais imperiosamente, de estabelecer relações mercantis directas com os países orientais, relações essas que os muçulmanos impediam,

ordens mendicantes, uma época de actividade missionária muito intensa.

De facto, em 1245, Inocência IV enviava ao Grão Khan um franciscano italiano, Pian de Carpino. E, três anos depois, S. Luís recebe em Chipre os embaixadores nestorianos do representante do Grão Khan na Pérsia, que lhe propunha uma aliança contra os turcos ⁽¹⁵⁾.

Depois, em 1254, é a vez de S. Luís enviar ao Grão Khan um embaixador, o franciscano flamengo Guilherme de Rubrouck, que nos dá informações mais precisas desses países longínquos, sendo talvez o primeiro a pôr em dúvida a existência do celebrado Preste João, cuja origem atribui à fantasia dos nestorianos ⁽¹⁶⁾.

E as embaixadas sucedem-se, embora sem resultados políticos e religiosos apreciáveis.

Mas nem por isso estes contactos foram vãos.

De facto, favorecido por eles e pela paz relativa, que a unidade política obtida pelos mongóis impusera, o tráfico internacional, em que intervêm mercadores italianos, desenvolve-se consideravelmente ⁽¹⁷⁾.

Deste modo se tornaria possível a grande aventura dos irmãos Nicolau e Mafeu Polo, que — com

⁽¹⁵⁾ *Op. cit.*, pág. 196.

⁽¹⁶⁾ *Ibidem. ibidem*, e M. Mollat, *op. cit.*, págs. 367 e 375.

⁽¹⁷⁾ Vide a este respeito a obra de M. Mollat, cit., nomeadamente o § 2 — *Prise de contact entre l'Occident et le Centre Asiatique (Turkestan et Mongolie)*, do capítulo IV — *L'Occident à la découverte de l'Orient: touristes, marchands et missionnaires, passim*, e a de F. L. Ganshof, também cit., capítulo IX — *L'Orient au XIII^e et au début du XIV^e siècle, passim*.

Marco Polo, filho de Nicolau, que descreve a viagem—percorreram, de 1271 a 1295, grande parte da Ásia, atingindo o Pacífico e regressando à Europa pelo Índico (¹⁸).

Daí, certamente, o grande progresso que então se verificou na representação cartográfica dessas regiões.

De facto — como observa Mollat — em meio século, o Extremo-Oriente revelava-se directamente à Cristandade ocidental através da actividade dos seus mercadores e sobretudo da acção incomparável dos missionários franciscanos e domínicos (¹⁹).

E é justamente então que Portugal — uma vez terminada a reconquista e fixadas definitivamente as suas fronteiras — está, de facto, em condições de realizar uma ampla política naval.

Não importa apenas assinalar a existência de um fundo sentimento de autonomia do povo português para compreender o seu triunfo. Quantos sentimentos assim — resistindo, aliás, durante séculos, a todas as pressões e até a todas as violências — não se têm mostrado incapazes de promover a constituição de agregados politicamente independentes!

O que, à parte um fundo sentimento autono-

(¹⁸) Vide Michel Mollat, *op. cit.*, págs. 376 e 387. Da obra de Marco Paulo há uma edição portuguesa, publicada por Esteves Pereira em 1922.

(¹⁹) *Op. cit.*, pág. 354.

mista, fez de Portugal uma nação viável, foi a acção clarividente de grandes chefes, que souberam superar os factores adversos que nos esmagavam, transformando-os em fonte de novas energias.

Pudemos, assim, triunfar contra dificuldades sem conto.

De facto, não bastava defender com armas na mão o território nacional. Era preciso mantê-lo, sustentando uma população cujo acréscimo se impunha imperiosamente, apesar de a pobreza do solo lhe não poder garantir os meios de vida.

Tivemos, por isso, de recorrer ao comércio marítimo.

O estímulo, segundo creio, havia de nos vir de Aragão, desde que a ajuda dos cruzados nórdicos na conquista de Lisboa nos daria oportunidade de estabelecermos relações marítimas regulares entre o mundo mediterrâneo ocidental e o mundo anglo-flamengo.

Para este resultado muito havia de contribuir o casamento, em 1152, de Henrique, o Plantageneta, então apenas conde de Anjou e duque de Normandia, com a duquesa Leonor da Aquitânia, pois viria a propiciar a sua política mediterrânea, de que resultaria a aliança que, em 1159, firmou com o príncipe aragonês Raimundo Berenguer IV⁽²⁰⁾.

E tudo leva a crer que a incipiente actividade marítima portuguesa passou desde logo a servir

(20) Daí o auxílio que em 1161 o príncipe aragonês lhe prestou na reivindicação da cidade de Tolosa contra o conde Raimundo, a favor de quem tomara posição o próprio rei de França,

essa mesma política, desviando para o mar as rotas terrestres e fluviais das mercadorias que se permutavam entre as regiões directa ou indirectamente dominadas pela Inglaterra e os países do Mediterrâneo ocidental (21).

Assim é que, pelo menos a partir dos fins do século XII, depois do casamento, em 1184, da infanta portuguesa Teresa (que passaria a chamar-se Mafalda ou Matilde) com o conde de Flandres, Filipe de Alsácia, há testemunhos evidentes da prática regular dessas actividades mercantis, que muito teriam favorecido, se não provocado, o estabelecimento de uma feitoria portuguesa em Bruges (22).

Do grande desenvolvimento que essas actividades tomaram, dão expressivo testemunho os importantes privilégios que, em 1203, os mercadores portugueses obtiveram do monarca inglês João Sem Terra (23).

Já não se tratava apenas de promover a circulação de produtos estranhos. Estimulada pelo comércio marítimo, a nossa actividade agrícola tinha-se transformado, intensificando a cultura de géneros de qualidade, como o vinho e o azeite, de

(21) Henri Pirenne põe sobretudo em relevo o comércio de tecidos fabricados com a lã inglesa, de superior qualidade. Vide a sua *Histoire Economique de l'Occident Médiéval*, págs. 190-191.

(22) Refere-se-lhe Vanden Bussche in *Memoires sur les relations qui existérent autrefois entre les Flamands de Flandre — particulièrement ceux de Bruges — et les Portugais*, págs. 26 e 27. Vide *História da Administração Pública*, de Gama Barros, tomo x, observação LXVI, págs. 401-403.

(23) Vide Gama Barros, *op. cit.*, tomo x, págs. 222 e segs.

que careciam os países nórdicos com quem negociávamos. E assim se nos abriam novas possibilidades, que permitiam abastecer o comércio interno não só de artigos manufacturados, mas até de trigo, que tantas vezes nos escasseava.

Renovava-se a velha tradição romana da navegação de cabotagem ao longo da costa ocidental da Europa. E Portugal desempenha, incontestavelmente, um lugar de singular relevo nessa renovação. Diria mesmo: é o seu pioneiro (24).

De facto, só cerca de uma centúria mais tarde — no último quartel do século XIII — primeiro os genoveses e, depois, outros estados mediterrânicos fizeram o seu aparecimento no Atlântico, concorrendo connosco nos mercados nórdicos (25).

Mas nem por isso os hostilizámos. Pelo contrário, procurámos favorecê-los com privilégios que, de facto, concedemos, nos meados do século XIV, não só aos mercadores genoveses, mas também aos milaneses e caorsins, e ainda aos catalães, arogoneses e maiorquinos (26).

— Porquê?

(24) É claro que abstraio da actividade mercantil dos normandos, que depois de terem sido corsários foram também mercadores. Vide M. Mollat, *op. cit.*, págs. 283 e segs.

(25) Vide a este respeito: M.¹¹° Doehaerd, *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont d'après les archives notariales génoises aux XIII^e et XIV^e siècles* (Bruxelas, 1941). A mais antiga referência que se encontrou relativamente à presença de galeras genovesas no mar do Norte é de 1277, como observa o Prof. Renouard, *Les hommes d'affaires italiens du Moyen Âge*, pág. 84.

(26) Vide Martins Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, pág. 105 a 107, n.ºs 84 a 87, de 1357.

— Teríamos nós obtido, como compensação, a exclusividade do comércio com os portos marroquinos do Atlântico, que, certamente, já demandávamos desde que tínhamos completado a reconquista do Algarve (²⁷)?

A hipótese é sedutora, tanto mais que pode contribuir para dar uma explicação satisfatória a futuros acontecimentos.

Realmente, ajuda-nos a compreender não só os termos do contrato que o nosso rei D. Dinis firmou com o genovês Micer Manuel Peçanha, mas também as actividades marítimas que desse contrato resultaram.

Vale a pena atentar um pouco no instrumento de 1317.

Trata-se de um verdadeiro pacto feudal — «feu» — «para — diz o rei — ficardes na minha terra por meu almirante e para servirdes em este ofício a mim e a meus sucessores que forem reis de Portugal». Por sua vez, Peçanha toma o compromisso de servir el-rei «bem e lealmente nas vossas galés por mar... contra todos os homens do mundo de qualquer estado e de qualquer condição que sejam, também cristãos como mouros».

«Outrossim — diz ainda Micer Manuel — eu e os meus sucessores, que este feu herdarem, devemos ter sempre vinte homens de Génova, sabedores de mar, tais que sejam convinháveis para alcaides de galés e para arraízes, e que vos sai-

(²⁷) Vide a observação LXXVI in *História da Administração Pública*, de Gama Barros, tomo X, pág. 408.

bam bem servir por mar nas vossas galés... e devemos-los ter a vosso serviço continuamente, enquanto os não houverdes mester que sejam prestes quando mester for por vos servirem nas vossas galés».

A actividade a desempenhar por estes alcaides ou arrais é de capital importância, pois que Peçanha se compromete ainda, «se acontecer que alguns dos ditos vinte homens fugirem ou morrerem, que eu e meus sucessores sejamos teúdos de mandar à nossa custa por outros homens sabedores do mar que sirvam o sobredito senhor rei e vossos sucessores, em guisa que hajades sempre cumprimento dos ditos vinte homens... e que para isto hajamos espaço de oito meses, para enviar por aqueles que ende ninguam e para os trazer à vossa terra. E assim — continua o genovês — eu e os meus sucessores que este feu herdarem, devemos manter sempre os ditos vinte homens de Génova para vosso serviço e dos vossos sucessores que forem reis de Portugal».

Por sua vez, D. Dinis, além da concessão de todos os direitos reais sobre o lugar de Pedreira, junto de Alfama, em Lisboa, «por maneira de maiorgado», isto é, com sucessão no filho mais velho, *lidimo e leigo*, concede ao seu almirante a remuneração de 3.000 libras anuais, e ainda «a quinta parte de todas as coisas que ganhades e filhades por mar nas minhas galés, daquilo que tomardes aos inimigos da nossa fé ou aos inimigos da minha terra».

Finalmente, o rei refere-se aos «meus escri-

vães que forem nas galés, que jurem a mim e aos meus sucessores que bem e diretamente escrevam em meus livros as coisas que no mar ganhades e as outras coisas que devem escrever e de que devem dar fé, em guisa que sejam aguardados a mim os meus direitos e a cada um os seus» (28).

Depois, na carta de «feu do castelo e vila de Odemira, e do reguengo de Algés, com seus termos, direitos, rendas e jurisdição — concessão esta que substitue a de 3.000 libras anuais — D. Dinis refere-se a «naves ou barcas com coisas que tragam de França, ou de Além-mar, ou de outras partes» (29).

Tratava-se, portanto, de proteger o comércio marítimo; não apenas o que praticávamos com os portos setentrionais da Europa, mas também com os de além-mar, ou seja os do continente africano. Talvez mesmo mais do que isso: assegurar, em nosso favor, o monopólio desse comércio.

Assim se explica que D. Dinis tenha ordenado, ainda em 1319, ao almirante Peçanha, que corresse o estreito de Gibraltar e as costas da Berberia, aliviando, assim, o maior peso que podia sobrevir ao reino de Castela da comunicação dos mouros africanos com os de Granada (30).

E «é de presumir — como supõe Alberto Iria — que a presença da armada portuguesa no estreito de Gibraltar jamais deixasse de constituir,

(28) *Descobrimientos portugueses* cit., vol. 1, págs. 27 a 30, n.º 37. Vide também os n.ºs 39 e 40, págs. 31 e 32.

(29) *Ibidem*, págs 33 a 36, n.º 42.

(30) *Ibidem*.

pela força imperiosa das circunstâncias, uma das constantes da política naval de D. Diniz e dos monarcas que se lhe seguiram» (31).

Realmente, logo no ano seguinte, o Papa João XXII concede a D. Diniz a dízima das rendas eclesiásticas para fazer guerra na costa marroquina, e impedir que os mouros daquela província passassem o estreito a ajuntar-se com os de Granada (32).

Esta disposição papal dá bem a medida da importância que o rei de Portugal atribuía ao isolamento dos mouros de África. De resto, estava absolutamente de acordo com os nossos interesses económicos dar a essa política o carácter de cruzada.

Da nossa actividade na costa marroquina, temos uma prova inequívoca na notícia de ter Peçanha cativado, em 1321, mouros em Salé, o que demonstra sem dúvida — comenta o Prof. Verlinden — «que a actividade dos técnicos genoveses ao serviço de Portugal se estende, desde esse momento, para o sul, ao longo da costa atlântica de África» (33).

Esta política é continuada e até notavelmente ampliada por D. Afonso IV, que, ao que

(31) *Descobrimientos Portugueses. O Algarve e os Descobrimientos*, vol. II, tomo I, pág. 130.

(32) Bulas de 23 de Maio de 1320, publicadas in *Monumenta Henricina*, vol. I, págs. 133-139 (n.ºs 70 e 71).

(33) *Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries* (*Revue belge de Philologie et d'Histoire*; tomo XXXVI (1958), pág. 1185).

parece, não se limitou a fazer uma estricte política marroquina.

De facto, é numa visão mais ampla da nossa política africana que evidentemente se filiam as tentativas de navegação para o sul, tentativas essas de que resultaria o achamento e, mais tarde, a ocupação de algumas das ilhas do arquipélago das Canárias.

Tem sido esta uma questão muito debatida, desde que foi revelada uma carta que D. Afonso IV dirigiu a Clemente VI em 1345, para impugnar a concessão do referido arquipélago, que, salvo direitos anteriores, esse Papa fizera ao infante D. Luiz de la Cerda (³⁴).

Mas, recentemente, em 1958, o Prof. Charles Verlinden conseguiu esclarecer definitivamente a questão no seu trabalho intitulado *Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries* (³⁵).

Depois de notar que as ilhas de Lançarote e Fuerteventura não aparecem em nenhuma carta anterior a 1339, o historiador belga examina o estado actual do problema, concluindo que o descobrimento das Canárias não pode ser anterior a 1320, nem posterior a 1339, e foi levado a cabo pelo genovês Lançarote Malocello, que era, certa-

(³⁴) Vide *Descobrimientos Portugueses*, tomo I, n.º 74, pág. 87, onde esta carta se publica. Veja-se também, a este respeito, Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, tomo I, págs. 268 a 271; e Verlinden, art. cit., na nota anterior, págs. 1188-1190.

(³⁵) Publicado na *Revue belge de Philologie et d'Histoire*. Vide, atrás, a nota 33.

mente, um dos técnicos navais de Manuel Peçanha (com cuja família outros Malocelli mantinham relações mercantis), pois foi ao serviço do rei de Portugal que atingiu a ilha que, do seu nome, se chamou Lançarote (³⁶).

De facto, só assim se explica o protesto que D. Afonso IV apresentou ao Papa, em carta que, tendo sido devidamente registada na chancelaria pontifícia, não pode deixar de constituir um documento verídico.

Mas só mais tarde, já nos fins do reinado de D. Pedro, por volta de 1367, a ilha é, ao que parece, ocupada pelo seu descobridor, que aí viria a permanecer durante cerca de vinte anos. E, durante todo esse tempo, foi, certamente, em nome do rei de Portugal que ocupou não só essa ilha, mas também a de Gomera (³⁷).

Além disso, a carta de 1351 — observa ainda o Prof. Verlinden — prova que, ao conhecimento das Canárias, já então se tinha juntado o das ilhas da Madeira e algumas do arquipélago dos Açores, como, aliás, resulta da análise do texto do *Libro del Conoscimiento*, de 1348 ou 1349 (³⁸).

Não foi, certamente, o descobrimento destas ilhas feito por Malocello, mas devia ter sido também obra de genoveses ao serviço de Portugal, isto é, sob a direcção do almirante Peçanha.

Assim, conclui o Dr. Verlinden, «pode-se, sem

(³⁶) *Ibidem*, págs. 1178 e segs.

(³⁷) *Ibidem*, págs. 1199-1200.

(³⁸) *Ibidem*, págs. 1200-1201.

exagero, sustentar que a primeira expansão portuguesa no século XIV foi obra de genoveses ao serviço de Portugal» (39).

Mas, ocorre perguntar: — Que estímulos levaram a nossa frota a visitar esses arquipélagos atlânticos?

Não parece possível que, se se tratasse apenas de reprimir a pirataria, os homens de Peçanha tivessem ido tão longe, tanto mais que o comércio para o sul não ia além dos portos marroquinos.

Portanto, a ida às Canárias — aliás, como vimos, já vagamente referidas na Geografia de Idrisi (que não podia deixar de ser conhecida na corte de D. Dinis) — obedeceu, possivelmente, ao propósito de tomarmos posições ao sul, alargando, assim, notavelmente, a área das nossas actividades mercantis, e dando-lhe mesmo uma nova feição.

— À busca das fontes do ouro?

Como quer que fosse, o certo é que o facto de Idrisi representar o Nilo com dois braços, comunicando um deles, que se orienta para poente, com o Atlântico, permite-nos supor que haveria já então o propósito de o encontrar e de o percorrer — o que corresponderia, certamente, a desviar não só o tráfico do ouro, mas também todo o caudal de mercadorias que afluíam aos portos do norte de África, para o Atlântico, arruinando, assim, o comércio sarraceno.

(39) *Navigateurs, marchands et colons italiens au service de la découverte et de la colonisation portugaise sous Henri le Navigateur*, na revista *Le Moyen Âge*, n.º 4 (1958), pág. 468.

Ora, não é possível deixar de considerar que a ocupação das Canárias havia de propiciar notavelmente a execução desse plano. E daí, com certeza, o interesse que a Coroa portuguesa pôs na defesa dessas posições.

A política de neutralidade e boa vizinhança seguida por D. Dinis depois de obter a fixação definitiva das fronteiras de Portugal pelo tratado de Alcanices de 1297 — política essa geralmente continuada por D. Afonso IV e D. Pedro — condiz perfeitamente com a preocupação de pôr em prática esse plano.

Se, pela via atlântica e fluvial, conseguíssemos obter em melhores condições de preço os produtos que íamos buscar aos portos marroquinos, poderíamos concorrer em condições excepcionais aos mercados europeus, auferindo lucros que nos permitiriam, certamente, compensar de sobra do nosso «deficit» cerealífero, e ainda melhorar o nosso nível de vida aflitivamente baixo. E, pensando no ouro do Sudão, o quadro seria ainda mais promissor.

A estes estímulos de ordem económica não podiam deixar de se somar — permito-me insistir — factores de ordem religiosa, tão ligados sempre a todas as nossas actividades.

De resto, eram os nossos inimigos tradicionais — inimigos da nossa fé e da nossa fazenda — que tinham alcançado posições que não podíamos deixar de cobiçar.

— Que admira, por isso, que o factor religioso

constituísse um dos mais poderosos estímulos para as nossas empresas ultramarinas?

Mas as circunstâncias não nos permitiram então levar a bom termo a tarefa, apenas iniciada.

Realmente, uma crise sem precedentes — crise simultaneamente económica, militar e política — sacode o país, especialmente durante o reinado de D. Fernando, dividindo-o e enfraquecendo-o (⁴⁰).

Não obstante, essa divisão, que tão gravemente afectou o agregado nacional, não teve, como se tem afirmado, carácter fundamentalmente social, mas antes político, muito embora tenha assumido uma feição económica e conseqüentemente também social (⁴¹).

De facto, por infelicidade nossa, à crise em que se debatia a Europa, e que tão profundamente repercutiu em toda a Península Hispânica, havia de se juntar uma crise política especificamente portuguesa, que aniquilaria fatalmente o agregado nacional se o prestígio intangível de D. Nuno Álvares Pereira — o seu génio militar incomparável — não conseguisse evitar que fosse sem remédio. Mas saímos exaustos dessa conjuntura.

Vimo-nos assim—justamente por isso—compelidos a tomar uma decisão.

(⁴⁰) Crise intimamente relacionada com a chamada guerra dos Cem Anos. Vide, a este respeito, o artigo do Prof Luís Suárez Fernández, *El Atlántico y el Mediterraneo en los objetivos políticos de la Casa de Trastámara*, in *Revista Portuguesa de História*, tomo v, págs. 287-307.

(⁴¹) Já o dissemos na *Introdução à Crónica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes, (Trechos escolhidos).

A ideia de ir a Ceuta talvez não obedecesse, a princípio, senão ao duplo propósito de vibrar um golpe nesse ninho de piratas e, simultâneamente, de evitar as despesas, incomportáveis para o tesouro, que acarretaria a festa real que D. João I desejava promover para armar os infantes cavaleiros.

Realmente, quando Ceuta foi conquistada, nem o governo da praça estava escolhido, nem sequer estava definitivamente decidida a sua conservação.

Mas ficámos. E é o Infante D. Henrique que passa a orientar os negócios de África, com os quais entra mais directamente em contacto quando, três anos depois, volta a Ceuta, em risco de perder-se.

— Datará de então o plano de desviar o trânsito de mercadorias do Mediterrâneo para o Atlântico, plano esse que não devia ser totalmente estranho à corte portuguesa, tanto mais que D. João I parece apoiar decididamente — com base numa tradição que não podia, de modo nenhum, estar esquecida — uma verdadeira política expansionista?

Nem de outro modo se poderia compreender a expedição que, sob o comando de D. Fernando de Castro, se dirigiu à Grã-Canária em 1424 ou 1425 com o firme propósito de aí restaurar a soberania portuguesa (⁴²).

(⁴²) Realmente, nessa expedição parece ter-se empenhado directamente o rei, tendo em consideração não só o número de

Atingir o Nilo pelo Atlântico parece ter sido, de facto, o objectivo de D. Henrique, quando se abalançou à empresa de reconhecer a costa atlântica da África para além do cabo Bojador.

Realmente, a preocupação de encontrar «o ryo do Nilo, da parte donde vem sayr ao mar do ponente, ao qual ryo chamam de Çanaga», como diz Zurara, ou Cerveira por ele (⁴³), parece ter dominado o espírito do nosso Infante.

Nem de outro modo se explicaria o entusiasmo com que o cronista se refere ao seu achamento — entusiasmo tão grande, que não resiste à tentação de interromper a sua narrativa para falar das maravilhas do Nilo (⁴⁴).

Era o caminho do Oriente pelo País dos Negros — o que equivalia ao cerco da África muçulmana e, conseqüentemente, à ruína do Islão ocidental.

E foi o Infante D. Henrique que tomou sobre

homens (mais de 2600), mas também o seu custo, que João de Barros diz ter sido de 39 000 dobras — o que leva Jaime Cortesão a dizer que «na iniciativa da expansão ultramarina dos portugueses, cabia parte primacial a D. João I» (*Descobrimientos e conquistas in História de Portugal* sob a direcção de Damião Peres, vol. III, págs. 366 e 367). Vide também, a este respeito, *Os Descobrimientos Portugueses*, do mesmo autor, vol. I, págs. 234-235.

(⁴³) *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, cap. LX, pág. 278 da edição de Paris.

(⁴⁴) *Ibidem*, cap. LXI. «Pareceme que pois em este passado capitollo fallay de como as nossas caravellas chegarom ao ryo Nillo, que vos devo fallar algua cousa de suas maravilhas, ca asy porque o nosso principe receba honra mandando fazer presa sobre as auguas do mais noble ryo do mundo» (pág. 289). Notou-o já — e muito bem — o Prof. Costa Pimpão, na sua *História da Literatura Portuguesa*, I vol., págs. 296-297.

os seus ombros fortes o encargo de transformar em realidade este plano, não à maneira de uma aventura fugaz que poderia ou não atingir os seus objectivos — mas de uma empresa que se executa metòdicamente, valorizando não só todas as noções científicas que, directa ou indirectamente, pudessem contribuir para o seu êxito, mas também a experiência — essa experiência adquirida através de viagens sistemáticamente preparadas e realizadas com uma persistência e uma tenacidade que a fé — uma fé vivíssima — ilumina maravilhosamente (⁴⁵).

E é isto que faz com que o nosso Infante possa ser justamente considerado o expoente máximo do valor da vontade ao serviço de uma causa que, na sua complexidade e grandiosidade, jamais foi igualada.

Assim, o Infante D. Henrique, sem deixar de ser um homem medieval — pois, longe de enjeitar o legado da Meia-Idade, procura prestigiá-lo, vivendo-o intensamente — é, simultâneamente, o homem-novo, capaz de alargar os horizontes da História e do Mundo.

Não demonstrará isto que os Tempos Moder-

(⁴⁵) Vide Zurara, *Crónica* cit., especialmente os capítulos IV e V. Apesar do tom laudatório do cronista, fica-nos a impressão, aliás confirmada por todos os documentos, que a tenacidade do nosso Infante era produto de uma fé inquebrantável que lhe dava a certeza de uma missão a cumprir, como executor da vontade de Deus.

nos se não opõem à Idade Média — antes a continuam, universalizando o seu espírito?

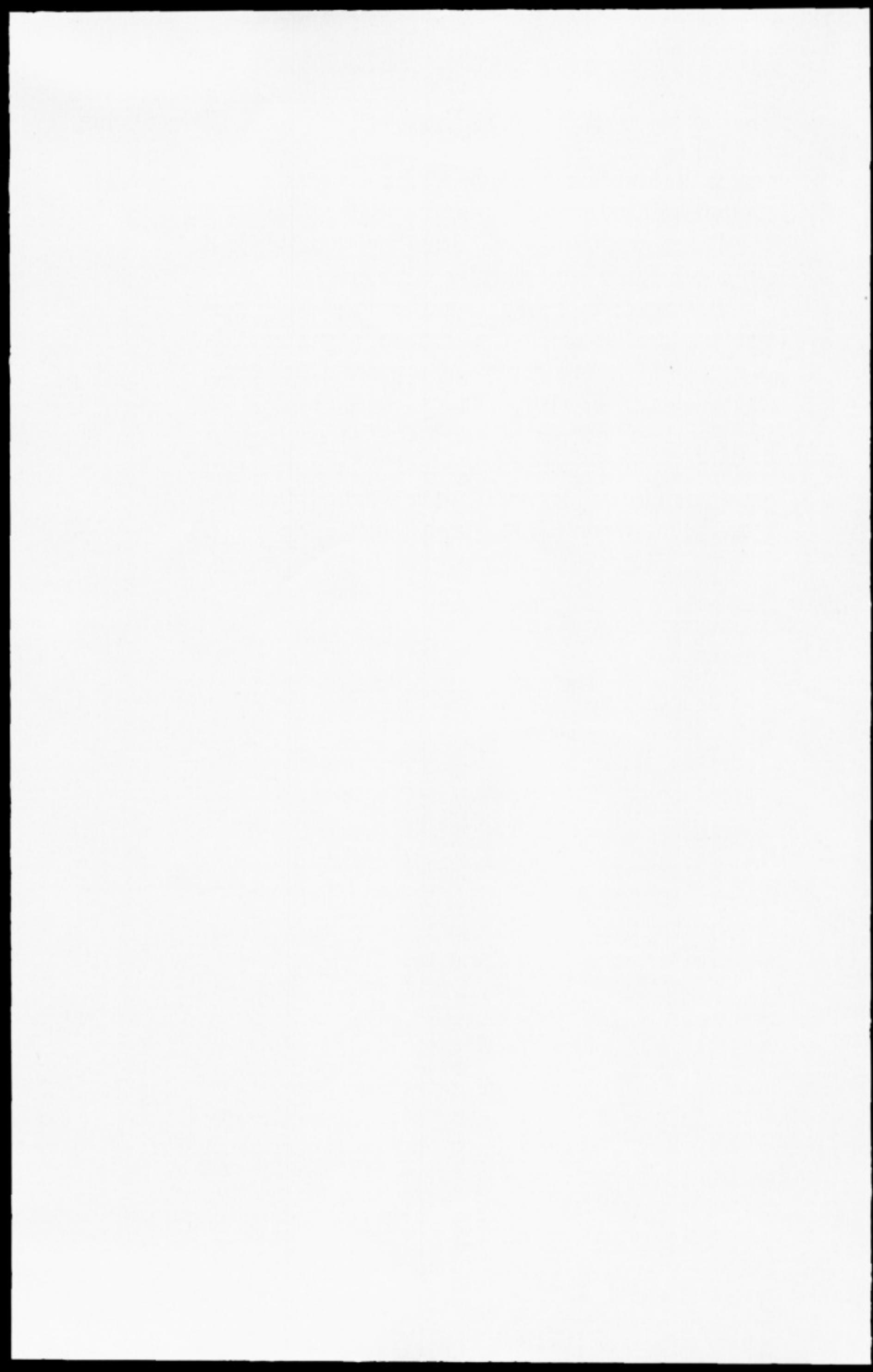
Dessa continuidade e dessa universalidade é o nosso Infante símbolo vivo e imperecível.

Português e cristão, como sempre soube ser, sem um deslize nem uma sombra, a sua medida — a medida do seu génio — é o próprio Universo, em todas as suas virtualidades, que no-la dá.

Por isso, honrar a sua memória equivale a honrar o espírito que a Idade Média nos legou, proclamando a universalidade e a actualidade perene da mensagem portuguesa e cristã, de que o Infante D. Henrique soube ser indefesso pregoeiro.

Coimbra, Agosto de 1960.

TORQUATO DE SOUSA SOARES



NOTA SOBRE AS NAVEGAÇÕES
DE DESCOBRIMENTO
E A NAVEGAÇÃO CORSÁRIA
NO SÉCULO XV

1. Entre os vários temas aparentemente marginais, mas sem dúvida necessários para o esclarecimento da História dos Descobrimentos Portugueses, alguns há que, podendo inegavelmente lançar luz sobre pontos ainda controvertidos, nos parece não terem despertado até hoje o estudo demorado que de há muito estão pedindo.

Assim, para em definitivo se estabelecer a evolução da náutica astronómica, deve-se perguntar se uma afirmação ocasional de Pedro Nunes sobre o deficiente conhecimento do céu por parte dos pilotos portugueses⁽¹⁾, poderá ser considerada bastante para se negar que eles determinassem latitudes por alturas meridianas de estrelas, quando João de Lisboa nos deixou uma lista em que algumas figuram com as suas declinações, podendo, por consequência, ser aproveitadas para esse fim⁽²⁾. Do mesmo modo e no mesmo sentido, também se deve perguntar se o regimento da estrela do norte sempre teria sido aplicado tal

(¹) *Petro Nonni Salaciensis opera, quae complectuntur, duos libros, in quorum priore tractantur pulcherrima problemata*, Basileae, 1566, pág. 92.

(²) *Livro de Marinharia*, ed. Brito Rebelo, Lisboa, 1904, pág. 45.

como se lê nos guias náuticos do princípio do século XVI (³), quando se sabe por Valentim Fernandes que, interessando muitas vezes aos marinheiros a distância percorrida em latitude, bastaria para tanto que eles comparassem entre si as alturas de uma dada estrela, tomadas nos dois lugares e na mesma culminação (⁴). Num outro plano, supomos igualmente de irrecusável interesse procurar saber se as actividades corsárias, que por vários documentos sabemos terem existido nos séculos XIV e XV, e por diversas razões podemos presumir intensas em certas épocas, exerceram ou não exerceram a sua influência no desenvolvimento das navegações de exploração.

Tivemos ensejo de tratar dos dois primeiros problemas referidos noutros lugares (⁵). Abordaremos aqui o último, embora tenhamos de nos limitar aos comentários imediatos de uma série de elementos que sublinham, segundo cremos, a atenção que lhe deve ser dispensada.

2. Vitorino de Magalhães Godinho, nas observações com que anotou os textos reunidos nos três

(³) Por ex., no *Regimento do Estrolábio e do Quadrante*, ed. facsimilada de Joaquim Bensaúde, Munique, 1914, pág. 9.

(⁴) *Reportório dos Tempos*, ed. facsimilada de Joaquim Bensaúde feita sobre a de 1563, pág. 141.

(⁵) «A determinação de latitudes por alturas de estrelas na náutica dos descobrimentos», comunicação apresentada ao Congresso Internacional de História dos Descobrimentos (Lisboa, Setembro de 1960) e «Algumas observações sobre o problema das latitudes na marinharia dos descobrimentos», in *Revista da Faculdade de Ciências de Coimbra*, vol. XXIX (1960).

volumes dos seus *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, referiu-se diversas vezes a este assunto, sublinhando a importância de alguns passos da documentação conhecida que com ele se relacionam. No último desses volumes foi até mais longe, consagrando todo um capítulo à pirataria e ao comércio, e juntando nele todos os documentos que mais expressivamente testemunham alguns aspectos contraditórios de que se revestiam em Portugal aquelas duas actividades marítimas, no decorrer da primeira metade do século XV^(*). Mas essas judiciosas observações, que poderiam ter sido o ponto de partida para o trabalho repousado que se deseja, não encontraram até agora eco.

O silêncio de muitos historiadores dos Descobrimentos sobre tal tema afigura-se-nos ser, de resto, intencional; e tem o significado de uma espécie de pudor póstumo relativamente a actos que por vezes se acredita diminuírem um pouco o fulgor de epopeia, considerado característico de todos os actos da expansão portuguesa.

Trata-se, porém, de um escrúpulo sem qualquer fundamento: só em época que se pode considerar não muito distante o corsário passou a ser perseguido por um direito internacional lentamente criado ao longo de séculos, isto é, só em data relativamente recente as palavras pirata e corsário começaram a aparecer carregadas de um

(*) O Autor já antes se tinha referido a estes factos in *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, 1945, pág. 67.

significado pejorativo que de modo algum tinham nos séculos XIV e XV (¹).

No tempo do Infante D. Henrique, do mesmo modo que no século anterior, ainda o corso era não só uma actividade lícita, como também uma poderosa e eficaz medida de guerra; e os reis não deixavam de promover a sua intensificação sempre que as circunstâncias mostravam ser oportuno fazê-lo. Basta folhearmos os nossos documentos oficiais do século XIV que incidem sobre assuntos marítimos e comerciais, para ficarmos sem dúvidas a tal respeito. Na verdade, encontramos muitas vezes nesses documentos referências directas à luta corsária, e não apenas praticada com o conhecimento dos soberanos (quer dizer: dos governos), como ainda, em muitos casos, por eles fomentada. Os monarcas não se escusavam, de resto, a receber o seu quinhão, legítimo e legal, das depredações cometidas.

Vamos apontar alguns factos que abonam estas afirmações, apenas a título de exemplo, pois muitos outros casos podiam ser recolhidos da documentação de que dispomos.

3. Em contratos, inquéritos, etc. de que nos chegaram os instrumentos escritos, encontram-se muitas vezes, como intervenientes directos ou como testemunhas, homens designados por corsários.

(¹) Jaime Cortesão, *A Política do Sigilo nos Descobrimentos*, Lisboa, 1960, pág. 21.

É assim que na escritura de doação de umas casas de Tavira, datada de 1332, aparece como beneficiário um «corsário do rei», tendo-se encontrado anteriormente os bens em causa aforados a outro marinheiro designado pelo mesmo nome (*). Podemos deste modo concluir que a palavra corsário era indicadora de uma profissão reconhecida oficialmente.

Por outro lado, os corsários que prestavam serviços ao monarca, e a que ele se refere dizendo «os meus corsários», eram muitas vezes tratados em pé de igualdade e até confundidos por D. Dinis com os marinheiros da frota real; é o que se apura em vários passos do contrato concertado em 1317 entre o governo português e o genovês Manuel Pessanha (ou Pessagno), e nomeadamente no parágrafo em que o rei declara fazê-lo seu almirante, mandando «a todos os [seus] vassallos corsários e todos os alcaides de galés e arrais e oficiais que a este ofício [pertenciam] que [fizessem] se mandado» (°).

De resto, uma das cláusulas deste mesmo contrato autorizava o almirante a praticar o corso com a armada de galés que ficava sob as suas ordens, como se vê pelo extenso trecho que vamos transcrever na íntegra, em virtude de ser fortemente significativo:

«Tenho por bem e mando [determina D. Dinis]

(*) Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1944, pág. 50.

(°) *Ibidem*, págs. 31-32.

que vós e os vossos sucessores que este feu herdarem haiades por vós a quinta parte de todas as cousas que ganhades e filhades per mar nas minhas galés daquilo que tomardes aos inimigos da nossa fé e aos inimigos da minha terra. Pero que se não entenda que vós devedes haver o quinto dos cascos das galés nem doutros navios se os tomardes nem das armas nem dos aparelhos delas que aí tomardes, nem de mouro de mercê se o tomardes, porque estas cousas são livremente dos Reis. Pero quanto [a] mouro de mercê, se eu e os meus sucessores quizermos tomar, devemo-lo comprar pelo custo que é usado no meu senhorio, que são cem libras de portugueses; e do preço que por ele dermos, haveis vós a quinta parte» (10).

Observe-se como aqui se fala já da maneira de proceder à partilha de algumas presas tomadas no mar; esta passagem prenuncia um outro documento do final do século, adiante referido, que pormenorizadamente discrimina como deveriam ser divididos, entre a Coroa e os corsários, os haveres recolhidos nos assaltos. De notar também a circunstância de caber ao almirante um quinto de «todas as coisas» ganhas pelos tripulantes das galés; como mais adiante referiremos, o Infante D. Henrique e o Infante D. Pedro viriam a receber, por mercês concedidas em 1433, uma percentagem igual nas presas alcançadas pelos navios e as fustas que armassem e trouxessem «de armada à sua

(10) *Ibidem*, págs. 29-30.

custa», referindo-se expressamente ao «curso no estreito [Gibraltar]» o documento passado a favor do segundo Infante (11).

Que as disposições contidas naquele texto de D. Dinis se não limitaram à letra contratual, pode ser verificado nos termos da convenção de amizade e comércio que, poucos anos volvidos (1338), os mercadores da companhia Bardi, de Florença, negociaram e assinaram com Portugal: uma das condições a cumprir por parte do soberano português, seria obstar a que os seus corsários continuassem a perturbar e a pilhar os barcos florentinos que se dirigiam a portos africanos, como até aí vinham fazendo. D. Afonso IV dava a garantia de não ser tomada a esses mercadores «nenhuma coisa de seu que trouxessem dentro dessas naves, ou baixéis ou navios», salvo se na carga fossem encontrados produtos considerados de valor militar, que se descriminam (12). Mas há notícia ainda mais antiga das actividades corsárias de Pessanha: com efeito, é de 1321 uma carta de D. Dinis determinando a remissão de cinco mouros que «mice Manuel», almirante real, aprisionara (13).

As acções referenciadas neste último documento, ou as previstas na carta de segurança passada aos florentinos, não foram ocasionais,

(11) Silva Marques, *Idem*, Suplemento ao vol. I, Lisboa, 1944, pág. 274. Também foi publicado e comentado por Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. III, pág. 11.

(12) Silva Marques, *loc. cit.*, vol. I, pág. 53.

(13) Silva Marques, *Idem*, Supl. ao Vol. I, pág. 27.

antes se estenderam por todo o século XV, e com carácter insistente. Em 1370 Génova, por exemplo, protestava contra o aprisionamento, feito por corsários portugueses, de embarcações pertencentes a mercadores da cidade, logrando satisfação. Esse acto hostil tinha infringido compromissos anteriormente tomados, e os emissários do Duque Gabriel Adurno vieram a Lisboa para, em nome de Génova, pedir a restituição dos barcos detidos e o pagamento de uma indemnização; encerrado o conflito, foi discutido um convénio comercial, que veio a ser assinado por D. Fernando e pelos representantes da república genovesa (14).

4. Linguagem mais clara do que toda a série de documentos referidos, é a de um arranjo de 1388 sobre a divisão das presas tomadas no mar ou em terra pelos corsários reais. A partilha seria motivo de repetidas discórdias entre os capitães dos barcos, os seus tripulantes e o próprio fisco, que não abria facilmente mão dos seus direitos, pois o documento informa que «sobre isso aconteciam grandes desvarios». Debaixo da arbitragem do rei, que naturalmente se não esqueceu de reservar para a Coroa uma parcela de cada butim, estipulava-se com força de lei por essa concordata o que de direito deveria caber a cada um na partilha; e com tal minúcia, que nem foi esquecida uma dobra de recompensa para o marinheiro que des-

(14) Silva Marques, *loc. cit.*, vol. 1, pág. 128.

cortinasse no horizonte qualquer navio que viesse a ser tomado. O texto é longo, mas cremos que valerá a pena sumariá-lo, pois através dele se vê como deveria ser então intensa a actividade desenvolvida pelos corsários do rei. Eis, resumidamente, as disposições essenciais do acordo ⁽¹⁵⁾:

a) nos assaltos aos barcos de grande tonelage (nau ou barca), todas as coisas que se encontrassem «sobre tilha» pertenceriam aos que as tomassem, salvo os artigos sumptuários, considerados pertença do rei:

b) revertia igualmente para a fazenda real toda a carga arrumada «sob tilha», bem como o corpo do navio, os aparelhos de navegação (facto a sublinhar) e os homens feitos prisioneiros;

c) quanto aos navios pequenos (o texto indica os limites da tonelage), seriam do patrão da galé que os tomasse; entretanto ele ficava obrigado a entregar ao fisco todos os «haveres e gente» que neles se encontrassem, e aos alcaides «um cabre e uma âncora»;

d) todas as presas feitas nas surtidas em terra pertenciam aos que as fizessem, apenas com excepção dos prisioneiros de «grã valia», que deviam ser entregues ao monarca, obrigando-se este, no entanto, a reembolsar com mil libras o autor do feito;

e) ainda quanto aos assaltos em terra,

⁽¹⁵⁾ Reproduzido integralmente em Silva Marques, *loc. cit.*, vol. I, pág. 190.

fazia-se distinção entre os homens de guerra (homens de armas e besteiros) e as tripulações dos navios; os primeiros deveriam entregar um terço do que apreendessem aos patrões dos galeotes em que iam embarcados, enquanto os marinheiros e os arrais tinham o direito de «haver tudo para si»;

f) os patrões das galés e os mestres dos navios podiam ainda reservar-se a posse de «armas e baixela de prata e roupas talhadas» do barco aferado;

g) finalmente, indicava-se a maneira de como haviam de ser dispostos em três lotes os haveres não arrolados para o fisco e disponíveis, escolhendo um deles para si, em primeiro lugar, o «tomador», e em seguida e por ordem, os patrões dos barcos e os alcaides.

Muitas destas prescrições encontram-se repetidas num contrato assinado em 1397 entre o rei e os marinheiros de Setúbal. Este instrumento prevê apenas uma acção defensiva contra os corsários que ameaçavam a navegação portuguesa; os segundos contratantes deveriam combatê-los em galés, recebendo por isso certas recompensas em dinheiro e géneros; mas as presas que porventura tomassem em tais escaramuças navais, seriam divididas de uma maneira que muito de perto acompanha o determinado pelo arranjo de 1388. O documento não aplica a palavra corsário ao referir-se a esses marinheiros, mas o contexto, quando comparado com o daquele convénio, põe em evidência esta circunstância que convém referir: não

havia fronteira muito nítida a separar a actividade bélica da actividade de corso (¹⁶).

As tão pormenorizadas determinações de 1388 são índice de uma activa acção corsária praticada por marinheiros portugueses, a que aliás não eram estranhas, como do próprio contexto se apura, as depredações em terra, exercidas principalmente, ou unicamente, contra as povoações do litoral granadino ou magrebino. As abordagens no mar, porém, não tinham apenas por vítimas os inimigos tradicionais, os mouros; atingiam também com frequência alguns barcos de cristãos, o que se infere não só dos documentos já referidos, como ainda da circunstância de muitos mercadores genoveses, florentinos, prazentins, etc. se terem premunido contra tais actividades dos corsários portugueses, com cartas de segurança negociadas junto dos quatro últimos reis da primeira dinastia.

5. Nenhuma força ou conveniência de estado poderia deter imediatamente esta corrente de corso, ao iniciar-se o século da expansão portuguesa. A política seguida pelos governos portugueses a tal respeito, não foi então alterada; nem seria de esperar que o tivesse sido, pois razões de ordem estratégica (a protecção de Ceuta) aconselhariam até a intensificação da luta corsária, havendo na verdade elementos que nos instruem de como, nos primeiros tempos dos descobrimen-

(¹⁶) Silva Marques, *loc. cit.*, Suplemento ao vol. I, pág. 312.

tos, ela recrudescer no mar que separa o continente europeu da costa do Magreb. E os corsários continuariam a manter-se muito activos numa época em que, tendo as caravelas henriquinas explorado largas léguas de costa africana para o Sul do Cabo Bojador, começava a surgir a perspectiva de se poder entabular com as populações berberes ou negras, com que se ia estabelecendo contacto, um comércio rendoso e sem concorrentes.

Se bem que só nos seja possível tirar dos textos indicações muito gerais sobre a maneira como o corso nessa época se desenvolvia, ou colher alguns dados acerca das consequências por ele produzidas, dispomos ainda assim de elementos suficientemente afirmativos para apontar a existência de um conflito entre a actividade corsária e o interesse pelo comércio, que naquelas circunstâncias exigia, para se desenvolver com vida mais intensa, um clima de paz (¹⁷).

Todas as dúvidas que porventura, e apesar desses indícios, em nós subsistissem quanto à extensão desse conflito, desapareciam ao lermos o apanhado dos temas debatidos nas cortes de 1446, realizadas em Lisboa. Expressando claramente a situação de crise a que se chegara, os represen-

(¹⁷) Nem sempre o corso, ou até o estado de guerra aberta, impossibilitava de todo o comércio. Mas neste caso, como adiante mostraremos, as arremetidas contra as populações da costa africana, afugentando-as, tornavam impossíveis as relações comerciais. Aliás a pirataria tornara-se tão intensa nos mares de Gibraltar, que os mercados marítimos do Algarve lhes sentiram os pesados efeitos, como mais à frente se documentará.

tantes do povo do Algarve, interpretando a opinião dos mercadores, protestaram aí com veemência contra as arremetidas corsárias, expondo como elas lesavam os seus interesses e os do reino. E a confirmação de que tais palavras reflectiam factos bem reais, vamos talvez encontrá-la na circunstância do Infante D. Henrique ter procurado impor que se seguisse uma nova orientação, quanto ao procedimento a adoptar para com as populações africanas, nas viagens dos descobrimentos.

Sem ignorarmos que esta interpretação exigiria mais demorada análise, vamos ver como, em princípio, ela se justifica através de certas passagens da *Crónica dos Feitos da Guiné* e do que nos é revelado pelos documentos da época.

6. Conta Azurara que, antes de Gil Eanes ter dobrado o Cabo Bojador, já o Infante D. Henrique tinha mandado, durante doze anos, barcos a tentarem a empresa, sem lograr vê-la realizada. Por receio de tenebrosas lendas, que tivessem sido postas a correr, sobre os perigos desse mar desconhecido? É o mesmo cronista, que aliás pouco fala dessas histórias lendárias, só valorizadas muitos anos decorridos sobre os acontecimentos, quem nos dá a explicação da demora: os barcos que o Infante mandava aparelhar e partir com esse fim, perdiam-se num curso diversivo pelas costas de Granada e pelos mares do Levante, como destas palavras bem expressivas se fica a saber:

«Bem é que eles não se tornavam sem honra, que para emendar o que faleciam em não cumprir

perfeitamente o mandato de seu senhor, uns iam sobre a costa de Granada, outros corriam per o mar do Levante, até que filhavam grossas presas dos infiéis, com que se tornavam honradamente para o reino» (18).

Alguns navegadores que encontramos na *Crónica* tinham, de resto, longa prática desse curso. Estava neste caso Gonçalo Pacheco, de quem o cronista diz que era «homem de grande casa, e que sempre trazia navios no mar contra os inimigos» (19); ou Mafaldo, que andara «muitas vezes no tráfico dos mouros», e que exortava os seus companheiros a lutarem contra negros dispostos para o combate, lembrando-lhes a experiência adquirida em «navios armados», que quase todos tinham tripulado no estreito de Ceuta e nos mares levantinos (20). E aqueles de quem não sabemos se tinham tal experiência, não deixavam por vezes de a invocar, quando tal era oportuno; assim fez Lançarote, ao requerer ao Infante D. Henrique, em nome de vários interessados, licença para prepararem uma armada que se dirigiria à costa da Guiné:

«[...] nos tempos dos outros reis — teria dito Lançarote, quando expôs ao Infante o plano da expedição — quando a costa deste reino era seguida

(18) *Crónica dos Feitos da Guiné*, ed. Dias Diniz, Lisboa, 1949, págs. 51-52. Este passo já assim foi interpretado por Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. I, pág. 242.

(19) *Crónica dos Feitos da Guiné*, ed. cit., págs. 172-173.

(20) *Ibidem*, págs. 176-177 e 202.

de mouros, os nossos navios eram os primeiros que armavam contra eles, segundo se acha por escrituras, e por antigas memórias de homens de grandes idades. [...] porquanto os mouros da dita ilha [refere-se ao lugar onde fora morto Gonçalo de Sintra] podem fazer empacho a vossos navios, queremos [...] armar sobre eles, e ou por morte ou prisão, quebrantar-lhes sua força e poder, [...], [e] poderemos fazer presas de grande valor, pelas quais de vosso quinto podereis receber grande proveito, do qual nós não ficaremos sem parte» (21).

Por outro lado o mesmo cronista, ao enaltecer as qualidades do Infante D. Henrique, não se esquece também de referir como, por sua iniciativa, se armavam nos portos de Portugal navios para a vigilância dos mares ou para ocasionais «saídas» nas praias de Granada e do Magreb: «E depois que a dita cidade [Ceuta] foi tomada, — lê-se na *Crónica dos Feitos da Guiné*—continuadamente trouxe navios armados no mar contra os infiéis, os quais fizeram mui grande destruição na costa de além e de aquém [...]» (22).

Esta referência parece visar apenas uma luta regular, com a intenção de se provocar entre os muçulmanos um estado permanente de alerta que iria enfraquecer a pressão sobre Ceuta e poderia

(21) *Ibidem*, pág. 216.

(22) *Ibidem*, pág. 27. Na documentação reunida por Silva Marques encontramos confirmada esta actividade na referência (datada de 1428) a uma galeota que tinha sido enviada pelo Infante contra os mouros (*Loc. cit.*, Suplemento ao vol. 1.º, pág. 135).

criar condições para o êxito de uma eventual acção que procurasse alargar a então pequena área de domínio português no norte de África. Se era essa, possivelmente, a principal intenção do príncipe, não é improvável que parte desses navios se desviasse para um curso proveitoso, quando as oportunidades para isso se ofereciam. É verdade que na carta de 1433, onde D. Duarte concede a D. Henrique um quinto das presas que tais navios tomassem, o curso não é visado; mas é-o explicitamente na carta de mercê, em tudo análoga, passada cerca de mês e meio mais tarde a favor de D. Pedro, que aliás declarara ao rei querer «armar alguns navios para andarem de curso no estreito» (23).

De várias outras referências que encontramos na documentação conhecida, concluimos que a tradição corsária se mantinha muito viva; esta conclusão infere-se, em particular, de algumas cartas de segurança passadas em nome de D. Afonso V. Numa delas, datada de 1441, o rei, dirigindo-se ao «almirante, ao capitão-mor da frota, aos patrões e aos corsários», proíbe qualquer acção hostil contra os navios de comércio que navegassem ao longo da costa portuguesa, entre a foz do Lima e o Cabo de São Vicente (24). Numa outra, passada em 1455 em benefício de um marinheiro e de um mercador, o monarca, autorizando-os a negociarem com os mouros pelo prazo de um ano

(23) Silva Marques, *loc. cit.*, vol. I, pág. 274.

(24) *Idem*, Suplemento ao vol. I, págs. 517-518.

(os produtos a vender deveriam ser pagos pelos muçulmanos em trigo), determina:

«E mandamos aos vedores [...] e aos corsários do nosso reino que de armada ou por outra qualquer guisa no mar andarem, que deixem ir e vir seguramente a dita caravela ou navio com as ditas mercadorias, sem as tomando nem roubando nem fazendo nem consentindo lhes seja feito nenhum desaguizado [...]»⁽²⁵⁾.

Uma doação de 1450 feita pelo mesmo rei a favor da rainha D. Isabel, sugere ainda como daquelas armadas de vigilância se apuravam rendimentos vultuosos. De facto, esse documento revela que se apreendiam artigos sumptuários, nomeadamente seda e aljófar:

«Outrossim a dita senhora [a rainha] nos disse como em cada ano saíam de nossos reinos e senhorios muitos navios de armada, e que acontecia muitas vezes de filharem seda e aljófar e outras coisas muitas destas aqui declaradas»⁽²⁶⁾.

E D. Afonso V concedida à rainha o direito de receber um quinhão dos valores de tal natureza apreendidos durante as lutas navais.

7. Pela leitura de outros documentos somos ainda informados como, entre 1430 e 1450, o curso tomou tais proporções que, intrometendo-se na navegação cristã, chegou até a não respeitar a nave-

(²⁵) Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. III, pág. 93.

(²⁶) Silva Marques, *loc. cit.*, vol. I, pág. 475.

gação comercial portuguesa, ao mesmo tempo que passava a representar um sério estorvo ao prosseguimento regular dos descobrimentos. Vamos referir os dados mais importantes que comprovam estes factos, e mostrar como o Infante D. Henrique teve de reagir a essa situação com medidas que a remediassem.

Assim, em Fevereiro de 1449 D. Afonso V, ao ceder ao Infante, a pedido do interessado, os direitos (salvo a sisa) das mercadorias que viessem ao reino do trato estabelecido ou a estabelecer entre os Cabos de Cantim e de Bojador, fazia a seguinte recomendação, que pressupõe a presença habitual de corsários em tais mares :

«E isso mesmo nos praz que todos os navios e homens e mercadorias que ele [o Infante] à dita terra mandar por suas cartas e licença, sejam seguros de todos os nossos naturais, que lhes não façam nenhuma sem razão, nem lhes tomem contra suas vontades nenhuma coisa do que levarem e trouxerem [...]» (27).

Este diploma concedia, pois, uma segurança a barcos comerciais de D. Henrique contra possíveis ataques de outros navios portugueses que cruzassem aqueles mares em missão de guerra. A necessidade de passar tal carta de protecção deixa-nos entrever que os corsários não respeitariam em muitos casos as mercadorias dos seus compatriotas. No entanto, podia dar-se a circunstância da acção

(27) *Ibidem*, pág. 462.

repressiva por eles habitualmente desenvolvida, ter apenas por objecto impedir os fornecimentos de géneros que os mouros pagavam por bons preços, pois apesar das proibições decretadas pelo rei, eles continuavam a ser tentadores, pelos lucros que propiciavam. Dispomos, porém, de dois documentos que nos dão provas ocasionais de quanto essa interpretação seria simplista. Neles se verifica que, muito embora esses barcos tivessem de exercer, como função essencial, um bloqueio ao comércio europeu com o norte africano, dentro dos limites marcados pelos tratados subscritos por Portugal e as ordens reais, ou alguns deles exorbitavam da missão que lhes incumbia ou, a coberto dessa armada organizada, apareciam aventureiros que faziam em barcos seus um curso sem descrições.

O primeiro documento que temos em vista, datado de 1441, abona esta última hipótese: é uma carta de perdão passada a favor de um condenado que se evadira da cadeia e que (acrescenta-se no texto) «viera no navio em que Vasco de Gouveia andara roubando os navios de nossos reinos [...]» (28).

Que tal caso não foi esporádico e que a primeira hipótese posta não será de rejeitar, comprova-se pela já referida exposição que o povo de Tavira encarregou aos seus representantes de apresentarem nas Cortes de 1446, e onde de resto eles falaram em nome de toda a província do Algarve.

(28) Silva Marques, *loc. cit.*, Suplemento ao vol. 1, pág. 518.

Queixavam-se os mercadores algarvios, com efeito, de que os corsários, esperando ao largo dos portos do sul do país, para os assaltarem, barcos que regressavam da Bretanha ou de Castela, e levando mesmo o seu arrojo até entrarem, em perseguição de algumas embarcações que tentavam escapar-se à abordagem, em portos castelhanos, não só faziam perigar as relações amigáveis que então existiam entre os dois países vizinhos, como atingiam de maneira grave o comércio, compreensivelmente retraído em face dos seus ataques.

«Senhor: o maior agravo que este reino do Algarve em cada um ano recebe — afirmaram os delegados algarvios — assim é dos navios que se armam em vossos reinos, que dão mostrança que armam contra os mouros, em vez de irem onde devem, eles no tempo da carregação andam por esta costa do Algarve e pela de Castela, de foz em fora e de porto em porto, aguardando os navios assim de bretões como de galegos [...]» (29).

Referia ainda a exposição como tais actos desviavam dos portos nacionais as barcas de Cádiz e de Castela, que habitualmente transportavam trigo para Portugal (ameaça grave, pois o reino era deficitário na produção de cereais), e ao mesmo tempo afugentavam outros barcos estrangeiros que antes tinham por hábito fazer escalas regulares nas praças marítimas portuguesas, o que, além do mais, representava sensível perda nos direitos cobrados pela Coroa.

(29) *Idem*, vol. I, pág. 451.

O rei respondeu não se poder «escusar» que tais navios continuassem a sair de Portugal para o bloqueio africano («por aso da guerra que temos com os mouros, convém que se armem e andem de armada», explicava o regente em nome de D. Afonso V), mas prometeu que castigaria severamente os capitães que teimassem num procedimento contrário aos interesses do comércio.

Por outro lado, a atracção pela actividade corsária, distraíndo das viagens de descobrimento alguns navegadores que desferravam de Lisboa ou de Lagos com o encargo de prosseguirem o reconhecimento dos litorais africanos, contrariava os objectivos de uma corrente que persistia em alcançar os mercados do ouro. Se já podíamos inferir aquele facto da demora que nos descobrimentos se nota durante vários anos, alguns textos fornecem-nos elementos que, directa ou indirectamente, corroboram essa interpretação. Assim, foi decerto para atalhar inconvenientes de tal natureza que o Infante D. Henrique se viu obrigado, a partir de certo momento, a exigir de cada armada, que saía de Portugal para África, o cumprimento de uma tarefa que de perto interessasse aos descobrimentos; só depois de satisfeita essa exigência, os navegadores se podiam entregar aos assaltos sobre as populações indígenas que lhes ficavam mais ao alcance. Estas determinações de D. Henrique reflectem-se, por exemplo, nas seguintes palavras atribuídas a Lançarote no texto da *Crónica dos Feitos da Guiné*: «[...] o feito é acabado, no qual eu faço fim de ser vosso capitão, porque *segundo o*

regimento que trago do senhor Infante, depois da tomada desta ilha cada um pode fazer de si o que lhe aprouver, indo para qualquer parte em que sentir sua vantagem ou proveito» (³⁰); e também na recomendação expressamente feita por Gonçalves Zarco a um seu sobrinho, Álvaro Fernandes, quando este, com uma caravela, largou para a «terra dos negros», «mandando-lhe que não tivesse respeito com outro ganho, se não ver e saber qualquer coisa nova que pudesse, e que se não embargasse de fazer coisas na terra de mouros, mas que directamente se fosse [de] viagem até a terra dos negros [...]» (³¹).

Esta prática de se impor como obrigatória por regimento uma tarefa de exploração, parece assim ter-se tornado habitual, muito antes de João II chamar a si a direcção de toda a actividade marítima. É este também o significado de uma cláusula expressa no título de prorrogação do contrato estabelecido com Fernão Gomes sobre a Mina, datado de 1475, pois o arrendatário obrigava-se por ela a fazer explorar para Sul, em cada ano, cem léguas de costa africana (³²).

Mas temos provas de que tais regimentos passados por D. Henrique, ainda em muitos casos se

(³⁰) *Crónica dos Feitos da Guiné*, ed. cit., pág. 252. É de notar, entretanto, que José de Bragança e Magalhães Godinho (*Documentos*, vol. 2, pág. 235) admitem ser o infante aqui visado D. Pedro e não D. Henrique.

(³¹) *Ibidem*, pág. 329.

(³²) Damião Peres, *História dos Descobrimentos*, 1.ª ed., Porto, 1943, pág. 145.

mostrariam praticamente insuficientes para atalhar os atrasos produzidos pelas incursões diversivas a que se entregavam alguns navegadores. Na realidade, depois de cumprida a missão e dispersa a armada, os vários capitães que nela tinham tomado parte corriam a costa à procura de cativos, como se vê que aconteceu com a armada de Lançarote, acima referida. Este procedimento afugentava as populações que, tendo vivido na orla do Atlântico, iam procurar então, no interior, refúgio seguro contra tais investidas. E ficando a costa deserta, esfumava-se a perspectiva de um possível comércio.

Por esta razão foi o Infante obrigado a recomendar, primeiro, e a «defender», mais tarde, toda a acção hostil não provocada contra essas populações. É o que nos diz Martinho da Boémia, no relato que redigiu em latim e atribuiu a Diogo Gomes: «Depois disto no seu conselho o senhor Infante dizia que, para o futuro, não brigassem com aquela gente naquelas regiões, mas que travassem alianças e tratassem de comércio, e com eles assentassem pazes porque a sua intenção era fazê-los cristãos. E mandou caravelas preparadas para paz e guerra» (33).

Sublinhe-se como claramente se nos insinua neste texto que tal decisão foi tomada pela necessidade de preservar o «trato de mercadorias», e

(33) Tradução publicada por Vitorino de Magalhães Godinho in *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. I, pág. 76.

saliente-se que o mesmo Infante se referiu a esta modificação operada na política orientadora das viagens dos descobrimentos. De facto, na carta de 26 de Dezembro de 1457 (³⁴), depois de falar das terras novas de que teve «conhecimento e sabedoria», D. Henrique confirma o que se lê no *De Prime Inventione Guinee* quanto às recomendações que, a partir de certo ano, se vira forçado a fazer aos navegadores, para que mantivessem relações pacíficas com as populações da costa recém-descoberta «onde até agora — mandou escrever o Infante nesse documento — *de começo por guerra, como depois por trato*, é vindo à Cristandade um grande número de infiéis cativos [...]» (³⁵).

8. Eis sumàriamente traçados os elementos que põem em equação um problema de certo merecedor de mais demorado estudo.

Temos por muito provável que o conflito indirecto, mas agudamente latente, entre mercadores e corsários, tivesse sido apenas um dos aspectos que assumiu o choque entre duas correntes de opinião que se enfrentaram, por exemplo, ao ser discutido o problema de se manter ou não manter a ocupação de Ceuta; o que mais aumentará o interesse que inegavelmente existe pelo seu esclarecimento.

Mas mesmo que assim não fosse: é à luz da

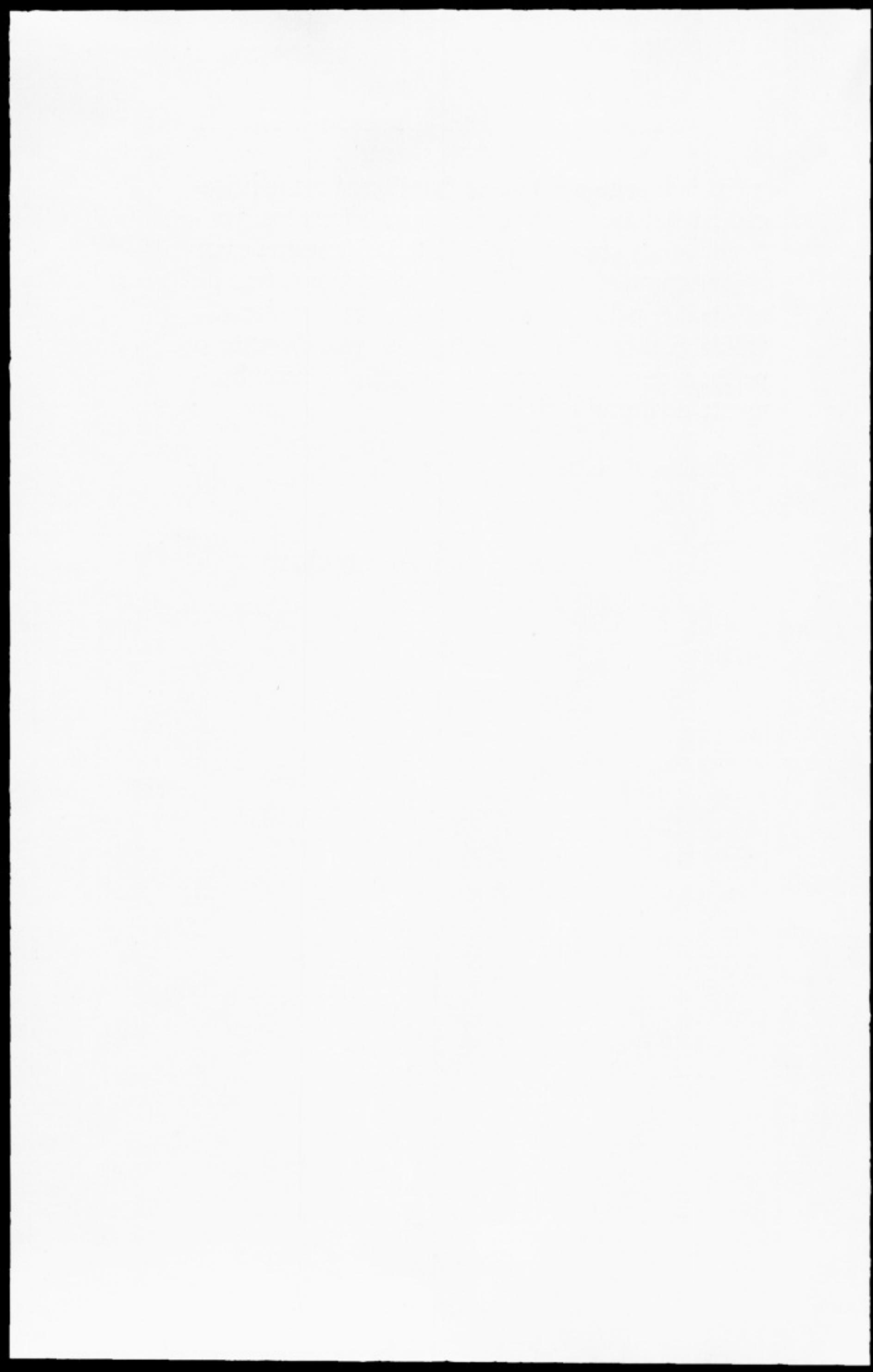
(³⁴) Silva Marques, *loc. cit.*, vol. I, pág. 544.

(³⁵) Vitorino de Magalhães Godinho, *loc. cit.*, vol. I, págs. 148 e 151.

actividade corsária que se justificará a modificação na linha condutora dos descobrimentos, verificada ainda em vida do Infante D. Henrique e por ele mesmo testemunhada, como é nela que terá de se apoiar, pelo menos em parte, uma explicação válida para a marcha lenta com que, durante o período de alguns anos, prosseguiu o reconhecimento do litoral africano.

Coimbra, Agosto-Dezembro de 1960.

LUIS MENDONÇA DE ALBUQUERQUE



SANTA LUZIA

MISTÉRIO
DRAMÁTICO
EM QUATRO
ACTOS

CAMPOS DE FIGUEIREDO

PERSONAGENS

LUZIA

EUTÍQUIA

EMÍLIA, *amiga de Luzia*

SACERDOTE

MANUEL, *tio de Luzia*

FÍSICO

MARCOS, *o Mendigo Filósofo*

AUGUSTO

SANTA ÁGUEDA

PASCÁSIO

SOLDADOS

PEREGRINOS

CONVIVAS

PRIMEIRO ACTO

OFFICE OF THE ATTORNEY GENERAL

Em Siracusa, no século quarto da era cristã. Uma sala ampla, ricamente mobilada. Janelas semicerradas ao fundo e à direita deixam entrar a luz do entardecer crepuscular. Uma larga porta à esquerda, envidraçada, pela qual se vêem algumas árvores de jardim. Sobre uma cómoda de pau santo, um crucifixo de marfim, em peanha de alabastro.

CENA I

Luzia, o Físico, Manuel e o Sacerdote

MANUEL ao Físico

Julgais, então, que só o poder de Deus...

O FÍSICO

Sim, julgo.

LUZIA, em súplica

Grande é a Sua misericórdia! Ele tirou do nada o mundo e ergueu os montes na coroa da terra. Ele arrancou a luz da fundura dos abismos e pôs na cabeça do Seu ângulo a redondeza dos astros. Oh, se os homens já não sabem onde está o remédio que salve da morte a minha mãe, Ele terá ainda na boca

o mesmo lume com que soprou a vida ao primeiro homem do mundo.

SACERDOTE

A Sua misericórdia é como um rio eterno.

MANUEL, implorativo, ao Físico

Por Deus, voltai! Aliviai um pouco as dores de minha irmã!

(O Sacerdote pega num boião de porcelana, poisado sobre uma mesa e dá-o ao Físico, sem uma palavra. O Físico recebe o boião, tira a tampa e cheira. Torna a poisá-lo no mesmo sítio e tira um frasco de cristal)

O FÍSICO

Ora vamos lá experimentar ainda este. Mistura de meimendro e acónito... Talvez ela consiga ao menos aliviar um pouco...

(Sai, acompanhado de Manuel)

CENA II

Luzia e Sacerdote

LUZIA

Ah, se fosse verdade o sonho que tenho sonhado há três noites a fio!

SACERDOTE

Dizem que quando sonhamos três vezes a seguir o mesmo sonho, é sinal de que três Anjos combinaram anunciar o mesmo acontecimento.

LUZIA

É?!

SACERDOTE

E que sonhaste, Luzia?

LUZIA

Que sonhei? E não dizem que se não deve contar o sonho, para que ele depois seja verdade?

SACERDOTE

São coisas que dizem. Na minha opinião, se fores digna de Deus, como és, e se Ele te anuncia alguma felicidade, nem por isso Deus deixará de ta conceder.

LUZIA

Posso então contar-vos o que sonhei?

SACERDOTE

E se eu adivinhasse?

LUZIA

Se adivinhais, para que hei-de contá-lo?

SACERDOTE

Diz, Luzia, diz... Foi com Santa Águeda, não foi?

LUZIA, admirada

Padre, como o sabeis?

SACERDOTE

Porque também eu sonhei que ela te havia aparecido!

LUZIA, alegre

Oh, milagre do Céu! Sim, foi com ela que sonhei. Estava eu à beira dum lago, entre cedros, ao luar, quando a Santa me apareceu. Eu chorava e rogava a Deus a cura de minha Mãe. Todas as suas dores eram as minhas dores; todos os seus gemidos eram os meus gemidos; toda a sua aflição estava dentro do meu peito como roda de lanças. E o lago ia crescendo cada vez mais com as minhas lágrimas; e as árvores ardiam em volta com o fogo dos meus gritos; e os pássaros caíam mortos como seixos sobre os canteiros dos rosais, quando súbitamente vi descer sobre mim um clarão, como se uma estrela deixasse cair aos meus pés a sua primeira luz. Logo as árvores em volta e as águas do lago se transfiguraram e divinizaram, tomando forma angélica. Foi então que Santa Águeda se levantou diante dos meus olhos, como se o próprio sol rompesse, não entre nuvens ou montanhas, mas do tronco dos cedros.

SACERDOTE

E falou? E que disse ela?

LUZIA

Nem uma palavra! Estendeu apenas as mãos em palma sobre a minha cabeça, num gesto de bênção.

SACERDOTE

E foi sempre assim, nas três vezes que sonhaste?

LUZIA

Foi. Sempre no mesmo lugar, sempre no mesmo instante.

SACERDOTE

E quando acordavas, como te sentias?

LUZIA

Só poderia dizê-lo, se em vez de palavras fizesse no sol uma cruz com o sangue da minha alma.

CENA III

Luzia, Sacerdote, Manuel e o Físico

MANUEL, entrando com o Físico

Minha pobre irmã! Quanto não tem sofrido!
Se ela agora aliviasse!

O FÍSICO

Talvez alivie, Manuel. Talvez melhore agora um pouco. A dose é bastante...

LUZIA

E não terá tantas dores, enquanto... sim, enquanto durarem os seus efeitos?

O FÍSICO

Os efeitos são lentos. Demos tempo ao tempo, Luzia. Todas as coisas têm o seu tempo.

SACERDOTE

Omnia tempus fluant.

LUZIA

Há o tempo de nascer e o tempo de morrer. Mas eu quero que a minha Mãe viva.

MANUEL

E há-de viver, por Deus.

O FÍSICO

Viverá, como todos, até que o seu tempo deixe cair a última gota no chão. Isto é tão simples e natural! Nascemos todos como se levanta uma onda e morremos todos como ela cai.

SACERDOTE

Na verdade, somos ondas. Vimos rolando no tempo, desde a origem, até à consumação dos séculos.

LUZIA

Padre, nós somos ondas ou rios?

SACERDOTE

A onda já foi rio e o rio já foi onda. Vê o que diz o Eclesiastes: «Todos os rios entram no mar, e o mar nem por isso transborda; os rios tornam ao mesmo lugar de onde saem, para tornarem a correr». Agora só vos digo que deveis esperar tempo melhor. «Há tempo de chorar e tempo de rir».

(Ri, com satisfação)

E até breve, sim?

(Ao Físico)

Ficais ainda?

O FÍSICO

Não, padre. Saio também.

(Luzia e Manuel acompanham o Físico e o Sacerdote até à porta)

SACERDOTE

Fique entre vós a graça do Senhor.

O FÍSICO

Se for preciso voltar... Mas ela agora vai descansar um pouco... Adeus.

LUZIA E MANUEL, *una voce*

Adeus.

LUZIA

Confiamos na misericórdia do Senhor!

CENA IV

Luzia e Manuel

LUZIA

Meu tio, queria dizer-vos uma coisa muito importante.

(Sentam-se)

MANUEL

Ouvirei, filha.

LUZIA

Preciso de vos falar de...

MANUEL

Parece que te custa.

LUZIA

Não sei por quê, mas custa-me sempre falar *dele*.

MANUEL

Dele, de quem?

LUZIA

De Augusto. Bem sei que vós mo escolhestes para futuro esposo, mas eu não senti ainda que essa escolha fosse feita livremente pelo meu coração.

MANUEL

Foi teu pai, que Deus tenha em sua divina presença e foi tua Mãe. Eu nunca disse *sim* e nunca disse *não*.

LUZIA

Bem sei. Não tendes culpa. Mas parece que, não tendo dito *sim* nem tendo dito *não*, ele vos não desagrada.

MANUEL

Não tenho motivos para que me desagrade. É um oficial cumpridor do seu dever... é... uma pessoa simpática... sincera... Por ser pobre?!

LUZIA

Se vos contar o que ontem lhe ouvi, lá em baixo, à luz do sol, debaixo do céu tão azul e verdadeiro

como uma parábola de Cristo, suponho que mudáreis de opinião.

MANUEL

Foi assim coisa tão grave que...

LUZIA

Sim, que parece mentira.

MANUEL

Então que disse ele?

LUZIA

Disse-me que iria desertar!

MANUEL, levantando-se, assombrado

Desertar?! No momento em que os bárbaros avançam sobre nós e ameaçam destruir a civilização romana; no momento em que o Imperador chama a si o auxílio de Galério, pensa ele em deixar, criminosamente, de cumprir o seu dever militar?

LUZIA

Não julgueis que vos digo isto por discordar das suas intenções... É por saber que ele vos tem sempre mostrado o seu entusiasmo patriótico, afirmando que gostosamente dará a vida para defender a pátria ameaçada pelos bárbaros, e a mim tem dito o contrário.

MANUEL

Disseste que não discordavas das suas intenções?!

LUZIA

Sim, disse. Entendo que ele não deve desertar nem bater-se pelo Imperador.

MANUEL

Ele não irá dar a vida pelo Imperador... Vai morrer pela pátria... Ou antes, vai *viver* pela pátria.

LUZIA, entusiasmada

Seria melhor lutar contra o próprio tirano que se aliou ao maior inimigo da cristandade.

MANUEL

Quem?

LUZIA

Quem?! Pois ignora? Galério! Não é ele o defensor dos sacerdotes pagãos? Não prega ele a guerra contra nós?

MANUEL

Tudo isso é verdade, minha filha... Mas é preciso que o teu noivo cumpra o seu dever.

CENA V

Augusto e os mesmos

AUGUSTO, entrando

Ouvi ainda as últimas palavras. Sim, cumprirei o meu dever.

MANUEL, admirado e alegre

Nunca vos julguei capaz dum acto de covardia.

LUZIA

Ninguém sabe ao certo que coisa é a covardia.

AUGUSTO

Tendes razão, Luzia, quantas vezes ela se confunde com a coragem?

MANUEL, abraçando Augusto

É sempre bom encostar o coração ao peito dum herói.

LUZIA, abrindo a Bíblia, poisada numa mesa

«Os lábios mentirosos são abominação para o Senhor; mas os que procedem fielmente, lhe agradam». «O pão da mentira é gostoso ao homem; porém ao depois a sua boca será cheia de areia».

(Manuel fala ao ouvido de Augusto. Luzia continua a ler)

«Não fales aos ouvidos dos insensatos; porque eles desprezarão a doutrina das tuas palavras».

(Manuel saúda Augusto e sai)

MANUEL

Deixo-vos à vontade. Ficai com Deus. Até já.

LUZIA, serena

Até logo, tio Manuel.

AUGUSTO

Deus vos acompanhe.

CENA VI

(Luzia senta-se e fica algum tempo silenciosa, olhando as árvores através da janela).

AUGUSTO, aproximando-se dela

Luzia!

(Luzia não responde. Augusto insiste)

Luzia! Em nome de Deus, consenti que eu esclareça este mal-entendido!

LUZIA

Em nome de Deus e em nome da verdade vos digo que podereis falar.

AUGUSTO

Devíeis ter ficado surpreendida e...

LUZIA

Não, Augusto, nada me surpreendeu. As palavras sempre tiveram para mim uma importância pequena. O que importa mais é o que se faz e não o que se diz.

AUGUSTO

Por isso vos afirmo que estou disposto a fazer tudo quanto vos agrada. Bem sabeis que pensei em desertar, só para vos não perder, perdendo a vida.

LUZIA

A vida só se perde quando não encontramos o caminho que nos leva para Cristo.

AUGUSTO

Ou para o amor.

LUZIA

O amor só tem um caminho: o que leva as almas para Deus.

AUGUSTO

Amando, nos aproximamos dele.

LUZIA

Sim, amar é regressar a Deus. O amor é uma saudade do Céu.

AUGUSTO

É essa saudade que eu sinto, quando vos olho. Uma esperança de regresso!... Um sentimento que não cabe nas palavras, porque o movimento e o som da língua são incompletos e imperfeitos.

LUZIA

Dizeis vós, «uma esperança de regresso». É essa mesma esperança que me ilumina. Mas penso que só poderei *regressar*, ao lado do meu Esposo Jesus Cristo.

AUGUSTO

E pela minha mão... Bem sabeis que Deus não quis o homem só no Paraíso...

LUZIA

Eva era o osso do seu osso e Adão não era pobre nem rico nem amou Eva pela sua riqueza.

AUGUSTO, levantando-se, súbitamente,
e em tom de ofendido

Luzia, não vos mereço...

LUZIA

Parece que as minhas palavras caíram algures, onde vos doía... Perdoai-me, se vos magoei.

AUGUSTO

Magoar, não... Eu é que tive pensamentos escuros... por me falardes em riqueza. De vós não quero senão os dons espirituais. Os vossos bens terrenos podeis dá-los aos pobres. Se vossos pais me escolheram para vosso esposo, foi para que se cumprisse a vontade de Deus.

LUZIA

A vontade de Deus?!

AUGUSTO

Sim.

LUZIA

Só os que vivem segundo a lei de Cristo são dignos de cumprir a Sua vontade.

AUGUSTO

E não vivemos nós segundo a lei de Cristo?

LUZIA

Só posso responder por mim.

AUGUSTO

Duvidais?

LUZIA

As palavras são a sombra das coisas. E eu não quero a sombra. Quero a sua verdade. E a primeira verdade que pode vir de vós, sois vós mesmo, lutando e morrendo por Aquele que é a Verdade eterna. Porque Ele disse: «Eu sou a Verdade».

(Vem da rua um tropel de cavalos, toques de trombeta e o rodar de carros de guerra. Luzia, arrebatada, transfigurada e angélica)

Ouvis? São as hostes de Diocleciano, o maior inimigo dos que seguem a lei de Cristo!

AUGUSTO

Creio que se trata apenas de defender a Pátria contra os bárbaros...

LUZIA

Mas não se trata de defender a Pátria de Jesus contra os seus inimigos. É por essa Pátria que deveis morrer.

AUGUSTO

Quereis então que morra às mãos dos bárbaros?

LUZIA

Bárbaros não são apenas os inimigos do império. Os impérios são perecíveis como os homens. Só é

eterno o império do que morreu na Cruz por ter feito guerra a todos os tiranos do mundo.

CENA VII

Luzia, Augusto e Manuel

MANUEL, entrando e indo à janela

Não há nada mais belo do que um exército. Venham! Venham à janela ver passar os soldados!

LUZIA

Não haveria nada melhor do que um mundo sem exércitos.

AUGUSTO

Se os homens fossem bons...

LUZIA

Não seria preciso muito para que fossem bons. Todos os exércitos acabariam, no dia em que os homens praticassem este mandamento: «E o que quereis que vos façam a vós os homens, isso mesmo fazei vós a eles».

MANUEL

Vinde ver!

*Augusto vai à janela. Luzia
pega na Bíblia e lê para si.
Manuel, entusiasmado*

Olhai a beleza dos infantes! Vede o garbo dos cavaleiros! Ah, os cavalos! Que formosura de linhas! Quando galopam, dir-se-ia que se desprendem do espaço nuvens com asas e correm sobre o dorso das ondas e dos ventos. E as lanças brilhantes como relâmpagos?! E o movimento compassado da marcha, ao toque das trombetas e dos tambores?! E o rodar das quadrigas puxadas pelos cavalos relinchando ao compasso das patas?! E as crinas ao vento como searas maduras?

LUZIA, levantando-se, e num tom forte

E o sangue derramado sobre os campos de batalha?

AUGUSTO

E a morte inútil de tantos homens?!

LUZIA

A morte é nada.

AUGUSTO

Nada?! É a treva para sempre!

LUZIA

Uma gota do mar, a cair na luz do eterno.

CENA VIII

Luzia, Augusto, Manuel e Emília, cega, amiga de Luzia

EMÍLIA, apressadamente

Luzia, a tua Mãe chamou por ti.

LUZIA

Devia-se ter sobressaltado com o barulho dos soldados.

EMÍLIA

Talvez... Mas ouvi-a levantar-se.

LUZIA

Levantar-se?! Pôs-se de pé, na cama?

EMÍLIA

Não... Saltou para o chão!

LUZIA

E não caiu?

EMÍLIA

Não, Luzia... Ouves? Não ouves? Ouço eu... Ouço os passos dela, *vejo-os* bem com os meus ouvidos...

LUZIA, voltada para o Crucifixo

Meu Deus, como a Tua misericórdia se não cansa!

(Luzia e Emília saem)

CENA IX

Manuel e Augusto

MANUEL

Queira Deus que Luzia possa ir com a Mãe ao túmulo de Santa Águeda.

AUGUSTO

E para quê?

MANUEL

Para quê?! Ora para que há-de ser, senão para rogar à Santa a cura da minha pobre irmã?

AUGUSTO

Nesse caso, para que chamais o médico?

MANUEL

Ora essa!... Porque é médico e possui a sabedoria!

AUGUSTO

E com a sabedoria tem aliviado muita dor...

MANUEL

Mas a sabedoria dos homens só chega onde chega a luz pequena do seu entendimento. Para lá dessa luz, cerra-se a noite, abrem-se os abismos e o entendimento pára como pássaro morto.

AUGUSTO

E vem depois a morte...

MANUEL

E pode vir a vida, se alguém, como Santa Agueda, tiver ainda nos dedos e nos olhos uns restos do calor e do sopro com que Deus criou os seres viventes e dividiu a luz das trevas.

CENA X

Manuel, Augusto e Sacerdote

SACERDOTE

Deus seja convosco!

MANUEL

E não vos falte a Sua graça.

SACERDOTE, a Manuel

Como está agora a doente?

MANUEL, alegre

Por Deus, melhorou!

SACERDOTE

Mas de maneira a poder acompanhar-nos?

AUGUSTO

Acompanhar-nos, aonde?

MANUEL

A Catânia, na peregrinação ao túmulo de Santa Águeda.

AUGUSTO

Não será imprudente e arriscado levá-la? Sim, no estado em que se encontra...

SACERDOTE

Se ela quer ir, é porque pode.

AUGUSTO

Talvez se iluda...

SACERDOTE

A vontade não se engana.

MANUEL

Também tenho fé. A Santa apareceu em sonhos a Luzia.

SACERDOTE

Apareceu-lhe dentro da alma.

MANUEL

Vós é que sabeis dos mistérios fechados ao nosso entendimento.

AUGUSTO

Talvez saibamos todos a mesma coisa.

SACERDOTE

E talvez não... Saber é crer. Quando falo em Deus, sei tudo dos mistérios do mundo.

MANUEL, a Augusto

Parece que vos desagrada um pouco a ideia da peregrinação.

AUGUSTO, com hipocrisia

Pelo amor de Deus! Até acho bem! Às vezes... Enfim, ele sempre há uns milagres que ninguém sabe explicar.

SACERDOTE

É o poder de Deus. Quem pôde tirar o mundo do nada, também pode matar a dor.

AUGUSTO, fingindo concordar

Sim, por Deus tudo pode ser...

MANUEL

Até eu posso estar aqui vivo. Vivo, para as alegrias do mundo.

SACERDOTE

É a vida o primeiro milagre da criação. E tudo que veio depois, continua a ser criação constante entre a força criadora e a força destruidora. Mas há sempre uma luz por detrás da escuridão da morte.

AUGUSTO

E não se apaga?

SACERDOTE

Apaga-se na lama de que se fez o corpo, e reacende-se depois na nuvem que do próprio corpo há-de fazer-se espírito.

AUGUSTO

Tivesse eu a certeza...

SACERDOTE

Podeis tê-la.

AUGUSTO

Como?

SACERDOTE

Pela fé.

MANUEL

E quais são os seus caminhos?

SACERDOTE

São os que chamam Luzia ao sepulcro de Santa Águeda. E foi pela fé que Santa Águeda se deixou martirizar e matar pelos algozes de Quinciano. É também a fé que chama Luzia ao túmulo daquela Mártir que já lhe apareceu em sonhos.

AUGUSTO

Sonhos são sonhos.

SACERDOTE

Revelações transcendentales da realidade. O sonho é a verdade luminosa dum estado de graça.

AUGUSTO

Ou de desgraça, padre.

SACERDOTE

Refiro-me aos sonhos de Luzia...

CENA XI

Os mesmos e Luzia

SACERDOTE, a Luzia, que entra

Luzia, sempre é verdade que...

LUZIA

Sim, é verdade que a minha Mãe começou a ter forças para nos acompanhar.

SACERDOTE

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

MANUEL

Crede que ela se curará?

SACERDOTE

Como creio na luz do sol e nas ondas do mar!

LUZIA

Luz do sol e ondas do mar é tudo obra do Criador. E quem criou o mundo, criou o Espírito que mora no Templo daquela que sofreu e morreu por amor de Jesus Cristo.

MANUEL

Precisamos de combinar o dia da viagem.

AUGUSTO

Vêde quão arriscada poderá ser essa viagem...
Não seria melhor esperar a Primavera?

LUZIA

A Primavera está florida em graça de luz no
corpo deitado sob as pedras do túmulo.

MANUEL

Iremos todos... todos!

(Cantam aves no jardim.)

LUZIA

Ouvis? Não vos parece que a Primavera nasceu no canto daquelas aves?

SACERDOTE

Desçamos ao jardim, para as ouvir cantar.

MANUEL

Sim, desçamos.

SACERDOTE

Ainda teremos a luz do crepúsculo nos cedros e nos canteiros. É tão doce esta hora! Começa a morrer com ela mais um dia da existência, e menos

um dia fica dentro do nosso tempo, para que mais nos aproximemos da vida eterna.

LUZIA

A vida eterna, padre! Sim, a libertação deste cárcere de ossos que nos prende aos instantes sumidos como fumo entre os dedos erguidos em oração.

(Manuel e Augusto saem)

CENA XII

Luzia e o Sacerdote

SACERDOTE

Escuta, Luzia: ou eu me engano muito, ou anda aqui *alguém* que te há-de trair.

LUZIA

Alguém, padre?! E quem será?

SACERDOTE

Alguém... Lembra-te de que, estando Jesus à mesa com os seus 12 discípulos, na Santa Ceia, disse-lhes: «Em verdade vos afirmo, que um de vós me entregará». Mas só Jesus podia adivinhar... Eu não sei... É cá um aviso do Céu, um pressentimento infável...

LUZIA

E convive connosco esse Judas?

SACERDOTE

Deve conviver... Mas não posso jurar... Não ousou profetizar com a mesma clarividência do divino Mestre... Bem sabes que sou homem, e não Deus. E posso errar... Ah, se posso! Não é o erro mais certo e mais constante no homem do que a certeza?

LUZIA

Dizei, ao menos, se esse traidor me entregará aos rufiões de Pascásio!

SACERDOTE

Luzia, já te disse que nada sei, de verdade. Saberás um dia quem deseja a tua riqueza temporal e quem chamará para a Sua glória os teus bens imortais.

LUZIA

Agora começo a repetir aquelas palavras do que dizia: «Pai meu, se é possível, passe de mim este cálix; todavia não se faça nisto a minha vontade, mas a Tua».

SACERDOTE

Não deves amargar-te por enquanto. Continua a pensar na peregrinação a Catânia. Lá encontrarás a saúde de tua Mãe. E do túmulo se levantará a flor duma vida nova. Ouviste o que disse o Evangelho?

LUZIA

Sim, padre, ouvi.

SACERDOTE

Aquela mulher que sofria havia doze anos, e doze anos andou por mãos de vários médicos, mal tocou de leve nos vestidos de Jesus, ficou curada. Jesus, conhecendo logo a virtude que saíra dele, voltou-se para as gentes e disse: «Quem tocou nos meus vestidos?» E responderam-lhe Seus discípulos: «Tu vêes que a chusma te vai comprimindo de todas as partes e então perguntas: «Quem me tocou?»» E Jesus olhava em roda para ver a que isto fizera. A mulher, porém, que sabia o que se tinha passado nela, cheia de medo e toda tremendo, veio lançar-se a Seus pés e declarou-lhe a verdade. E Jesus lhe disse: «Filha, a tua fé te salvou; vai-te em paz e fica curada do teu mal».

LUZIA

Assim há-de acontecer a minha Mãe. Há-de sim.

SACERDOTE

Também te digo estas palavras do Senhor: «Crê sòmente.»

LUZIA

Se creio, padre! Se creio! É Santa Águeda que alumia todos os meus passos. É ela que me chama

como a estrela mais distante acesa noutra noite
mais longínqua!

(Pancadas na porta da rua)

SACERDOTE

Quem baterá?

LUZIA

Devem ser os meus pobres.

(Vai à janela)

São eles, são!

*(Chama Emília, abrindo a porta
da esquerda)*

Emília!!!

EMÍLIA, de fora

Lá vou, Luzia.

SACERDOTE, saindo

Ficai-vos com Deus.

LUZIA, curvando-se

O Senhor vos acompanhe.

(Entra Emília)

CENA XIII

Luzia e Emília

LUZIA

Manda abrir a porta. São os nossos pobres.

EMÍLIA

Sim, são horas...

LUZIA

Está posta a mesa?

EMÍLIA

Está, sim. Dei ordens. E pelo cheiro da comida, terão hoje um jantar delicioso.

LUZIA

Diz ao Marcos... — ao Mendigo Filósofo — que venha falar comigo antes de se sentar à mesa.

(Emília sai. Luzia passeia pela sala, de olhos no chão, em silêncio. Emília regressa com Marcos)

CENA XIV

Luzia, Emília e Marcos

MARCOS, curvando-se respeitosamente

Deus seja nesta casa como no pão que nos dais.

LUZIA

Mandei-te chamar, irmão, para te fazer algumas perguntas. Gosto de te ouvir, e hoje preciso do teu entendimento para me tirar de grandes e pesarasas dúvidas.

MARCOS

Responderei, com palavras, ao que souber, e com o silêncio, ao que não souber.

LUZIA

Também costume ouvir as palavras que deixas no fundo do coração sem que a língua as chame.

EMÍLIA

Ah, como eu vejo com os olhos cegos a luz que não chega a iluminar a escuridão, porque a minha escuridão é a luz do mundo, quando o Senhor não o tinha feito ainda.

MARCOS

Como é luminosa a vossa vista de olhos sem luz!

LUZIA

É a luz do Espírito.

MARCOS

Com ela se desanuviarão vossos cuidados.

LUZIA

É isso mesmo que desejo.

MARCOS

Perguntai então, Luzia.

LUZIA

Poder-me-ás dizer, Marcos, quem será, de entre as pessoas que entram nesta casa, a que me dará o ósculo de Judas?

MARCOS

O ósculo de Judas só vos poderá ser dado por alguém que queira encher as arcas com o vosso oiro!

LUZIA

E quem será?

MARCOS

Sabê-lo-eis em breve... Até lá, ide enchendo o coração de enganos, pois com eles alimentareis o vosso amor. Não sabeis que o amor precisa de ilusão? Precisa, como o fogo numa floresta precisa das árvores e das sebes e do feno para arder...

LUZIA

Antes queria ser mendiga, como tu.

MARCOS

Melhor seria que nenhum de nós tivesse de ser mendigo. Só compreenderia a pobreza dos homens, se a terra fosse também pobre. Mas ela é rica, o mar é rico, o mundo inteiro é o celeiro de Deus para a fome dos seus filhos.

EMÍLIA

Então não é verdade que pobres há-de havê-los sempre?

MARCOS

Ninguém sabe. Adão há-de regressar ao Paraíso, quando Satanás for morto pela lança de S. Miguel.

LUZIA

Acaso julgas tu, Marcos, que Satanás possa morrer?

MARCOS

Abri as portas dos celeiros e dai também o grão a quem lavrou e semeou o campo, e vereis que os pobres hão-de congregar-se para matar o anjo rebelde.

LUZIA

E a sombra de Judas desaparecerá da face da terra?

MARCOS

Vê-la-emos como o espectro dum suicida pendurado no ramo duma figueira, à beira do caminho que leva para a redenção.

LUZIA

E o Judas que há-de entregar-me? Como será depois o seu fantasma?

EMÍLIA

Terá a figura dum sapo de olhos podres e tenebrosos.

MARCOS

Parece que estou quase a vê-lo.

LUZIA

Por que não o vejo eu, como vejo a minha sombra no chão ou na parede?

MARCOS

Todos os dias está connosco. Ronda a vossa fazenda como um cão, espreita o fundo das cisternas, e tem pena de as não ver cheias de oiro até à Lua.

LUZIA

Marcos, Marcos! Porque não dizes tudo, claramente?

MARCOS

Para quê?! Não seria mais escura essa clareza?

LUZIA

Eu sei, eu sei... Mas quero ainda iludir-me! Não quero a certeza! Não quero a luz!

(Mudando de tom)

Ah, minha boa Emília! quanto eu desejaria ser cega, como tu! Que mundo, meu Deus! Tão belo o criaste, tão perfeito fizeste o homem à tua pura imagem e semelhança! E para quê? Para que Satã o arrancasse da luz e o mergulhasse em lodo e escuridão! Em Ti estava a Vida, «e a vida era a luz dos

homens. E a luz resplandecia nas trevas, mas as trevas não compreenderam essa luz».

EMÍLIA

É com essa escuridão que eu vejo o mundo.

MARCOS

E bem o vedes, Emília. Pois que é ele senão um poço de treva onde estamos todos mergulhados e mortos? Há quanto tempo não deixaram os homens de viver?! Há quanto?!... Isto que anda aqui, na terra, com figura humana, é um espectro de Adão!

LUZIA

Lembra-te de que esse espectro pode iluminar-se de pureza e redimir-se pela dor.

EMÍLIA, cheirando uma maçã,
que tira de cima da mesa

Vejo tão bem aquela primeira árvore que te deu!

MARCOS

Só vós, sem a luz dos olhos, viveis em pura inocência, pois nem sequer podeis ver o Anjo que no Paraíso guarda o caminho da Arvore da Vida, com a espada de fogo e versátil. Já vos não cega o brilho dessa espada e não podeis ver a sua ponta encostada ao coração dos pecadores.

EMÍLIA

Sim, mas eu gostava de ver a luz e o mundo.

MARCOS, erguendo um pouco a voz

E para quê? Para depois verdes a vossa nudez e vos vestirdes de folhas de figueira?

EMÍLIA

Porque deve ser coisa deleitosa aos olhos ver o mundo!

LUZIA

Vê-lo-eis um dia. E vereis um dia a luz eterna já sem mundo para perder.

MARCOS

Este mundo não se ganha nem se perde. Nós é que ganhamos ou perdemos o nosso mundo eterno.

CENA XV

Luzia, Emília, Marcos e Eutíquia

EUTÍQUIA, entrando

Não vos assusteis. Sou eu, ainda viva, por graça de Deus.

LUZIA, com surpresa

Mãe, então como?!...

EUTÍQUIA

Como pude vir? Vim, como vês... Andando.

EMÍLIA, indo para ela e acariciando-lhe
o cabelo, às apalpadelas

Nem parece cabelo... Parecem asas de anjo.

EUTÍQUIA

Talvez do anjo que desceu sobre o meu leito e
disse estas palavras: «Levanta-te e caminha!»

LUZIA

Oh, céus, era o mesmo anjo do meu sonho!

EUTÍQUIA

Tinha o cabelo dourado como a luz dum relâmpago e os olhos verdes como um lago entre cedros e palmares.

LUZIA

Era o mesmo, era!

(A Marcos)

Marcos, desce ao jardim e chama imediatamente
o meu tio e o Sacerdote.

(Marcos sai)

CENA XVI

Os mesmos, menos Marcos

LUZIA

Mãe, sentes forças para a peregrinação a Catânia?

EUTÍQUIA

Sinto, filha, sinto... São forças vindas do céu...
forças que recebi das mãos do anjo.

EMÍLIA

E a mão do anjo vos guiará.

EUTÍQUIA

E a escuridão dos teus olhos me iluminará.

LUZIA

E tu, Emília, irás também.

EUTÍQUIA

Talvez Santa Águeda faça dois milagres.

EMÍLIA

Só com o vosso ficarei contente. Eu não sofro...
Nada me dói. Vós é que sofreis.

EUTÍQUIA

Nada te dói no corpo, mas aflitiva deve ser a tua
vida em trevas.

LUZIA

Poisou luz do Sol nos seus ouvidos e nos seus
dedos. Não ouves como ela *vê* a luz da música?
Quando toca, as cordas da harpa deixam subir e
espalhar os sons como pequeninas pétalas de estrelas
defolhadas.

CENA XVII

Luzia, Emília, Eutíquia, Manuel e o Sacerdote

SACERDOTE, entrando a falar com Manuel

Não, Manuel, gosto mais das violetas. São tão humildes! Tão coladas à terra!

MANUEL

E os cravos?

SACERDOTE

Os cravos são demasiados *faladores* e presunçosos! Então a rosa! Ai as rosas! Aéreo canto de ave perdida!

(Reparando em Eutíquia)

Ora Deus seja convosco! Que alegria nos dais! Vês, Luzia, eu não te disse que havia tempo de chorar e tempo de rir?

LUZIA

Também eu vos disse: «Há tempo de afligir e tempo de saltar de gosto».

MANUEL, indo à janela

E como o tempo está doce! Nem uma folha treme! E sobe do jardim um perfume de cravos tão deleitoso!

EMÍLIA

Já tinha *visto* o perfume do jardim na minha alma! Mas não será engano vosso, Eutíquia? Não serão rosas vermelhas abrindo as pétalas no crepúsculo do céu?

LUZIA

Também me cheira a rosas...

MANUEL, a Eutíquia

Poderás tu descer ao jardim?

LUZIA

Ide, e trazei flores, muitas flores para cobrir o túmulo da Mártir.

SACERDOTE, a Eutíquia

Podeis caminhar?

EUTÍQUIA

Como se tivesse asas. Não me sinto...

(Saem, Sacerdote, Eutíquia e Manuel)

SACERDOTE

Louvado seja o poder de Nosso Senhor Jesus Cristo!

CENA XVIII

Luzia e Emilia

LUZIA, ajoelhando-se diante do crucifixo

Senhor, ouve a minha oração, e toda a escuridão da minha noite se faça dia no Teu céu. Pois todos os meus ossos dirão: Senhor, quem a Ti é semelhante? Porque em Ti está a fonte da vida e no Teu lume veremos o lume; nos Teus olhos veremos a luz dum Sol ainda não aceso no Sol do mundo. Porque é grande a grandeza dos montes e dos mares erguidos e espalhados na vastidão da terra. E Tu, Senhor meu Salvador, que revolves o fundo do mar e abalas com trovões e ventos a firmeza das montanhas, «darás alegria às saídas da manhã e da tarde». A manhã se fez para sempre em Tuas mãos e a noite vem dos confins do céu e da terra, coberta de negrume e de mistério, sentar-se na coluna dos Teus ombros. O Teu rio encheu-se de águas. Mas quando a vontade secou e endureceu o coração dos homens, as águas apertaram-se em rochedos sem ondas e sem navios. A terra toda Te adore, Senhor meu, já que tão silenciosa é a minha língua para louvar a Tua onnipotência».

(Levanta-se)

EMÍLIA, que tinha ficado de pé, em êxtase,
voltada para Luzia, dá um grito

Luzia! Luzia!

LUZIA

Que tens, minha filha?

EMÍLIA

Eu vi as tuas mãos! Eu vi agora as tuas mãos!
Eu vi os teus dedos erguidos ao alto, assim!

(Imita, de mãos postas)

LUZIA

Devia ter sido sonho...

EMÍLIA

Não, não foi sonho! O que vejo nos meus sonhos
tem uma cor diferente... Tem uma luz diferente...
Vi os teus dedos! Mas eram luminosos, como tu
costumas ver a luz das lâmpadas, a luz das estrelas
e do sol!

LUZIA

E não viste mais nada? Foram apenas as mãos?
E o meu rosto? E os meus olhos? E o meu cabelo?
E o meu pescoço? E o meu corpo?

EMÍLIA

Vi os dedos, dez dedos juntos, levantados como
dez línguas de lume em flor de luz!

LUZIA, pondo uma das mãos
atrás das costas

E agora? Quantos dedos vês?

EMÍLIA

Vejo cinco, como os cinco sentidos!

LUZIA, ajoelhada novamente
diante do crucifixo

E agora!

EMÍLIA

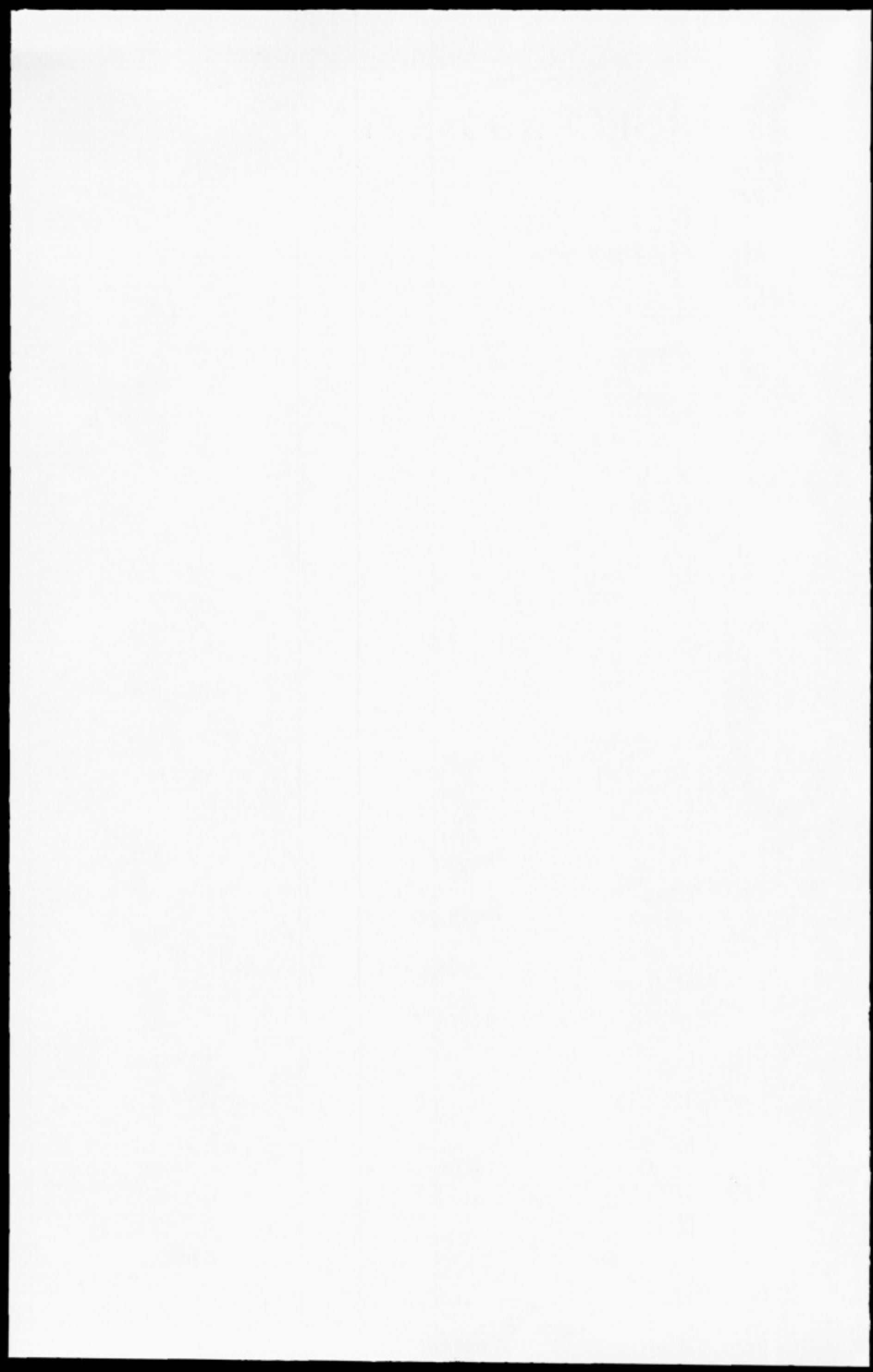
Vejo as tuas mãos acesas como velas!

LUZIA

Senhor, Tu bem disseste: «Faça-se a luz!»

Pano

SEGUNDO ACTO



Na cidade de Catânia. Interior duma Igreja do século IV. À esquerda, um pórtico que dá para o túmulo de Santa Agueda. O espectador vê apenas a entrada do altar. Quando o pano sobe, e depois de levantado, ouve-se uma ladainha acompanhada pelo toque de harpas, cítaras, trombetas de metal, címbalos e psaltérios. Pode ser um órgão.

CENA I

A Voz do Sacerdote

Laudate Dominum quoniam bonus

CORO

Quoniam in æternum misericordia ejus!

SACERDOTE

Laudate Deum deorum

CORO

Quoniam in æternum misericordia ejus!

SACERDOTE

Laudate Dominum dominorum

CORO

Quoniam in æternum misericordia ejus!

SACERDOTE

Qui fecit marabilia magna solus!

CORO

Quoniam in æternum misericordia ejus!

SACERDOTE

Qui fecit cœlos cum sapientia

CORO

Quoniam in æternum misericordia ejus!

SACERDOTE

Qui extendit terram super aquas

CORO

Quoniam in æternum misericordia ejus!

SACERDOTE

Qui fecit lumina magna

CORO

Quoniam in æternum misericordia ejus!

SACERDOTE

Solem ut præsit diei

CORO

Quoniam in æternum misericordia ejus!

SACERDOTE

Lunam, et stellas ut præsit nocti

CORO

Quoniam in æternum misericordia ejus!

SACERDOTE, elevando mais a voz

Mentem sanctam, spontaneam honorem Deo, et patriæ liberationem. Sancta Agatha!!!

CORO

Ora pro nobis!!!

(Cessam as vozes desta ladainha. Fica apenas, por momentos, ecoando a música. Vindos da capela, do tûmulo, aparecem na nave os primeiros peregrinos, falando em voz baixa, mas audível)

CENA II

1.^a PEREGRINA, para a 2.^a

Sois de longe?

2.^a PEREGRINA

Sou de Atenas.

1.^a PEREGRINA

Eu sou de mais longe.

2.^a PEREGRINA

Da Turquia?

1.^a PEREGRINA

Não, irmã, venho da Ucrânia.

2.^a PEREGRINA

Ih! Tão longe!!!

1.^a PEREGRINA

Não me parece... Estou aqui como se tivesse andado apenas duas verstas!

2.^a PEREGRINA

Tem graça! Também eu! E o navio que me trouxe até à Sicília vinha cheio de peregrinos. E houve uma grande tempestade no mar!

1.^a PEREGRINA

Aconteceu o mesmo no veleiro em que eu vim.

2.^a PEREGRINA

Graças a Deus, não houve naufrágio. Nem o barco se voltou com a fúria da ventania nas ondas nem as velas arderam quando caiu um raio no mastro grande.

1.^a PEREGRINA

Que grande milagre!

2.^a PEREGRINA, apontando a capela
do túmulo

Foi *Ela!*

1.^a PEREGRINA

Invocaste o seu nome?

2.^a PEREGRINA

Rezei a oração dos marinheiros. Não a sabeis?

1.^a PEREGRINA

Sei outras. Essa não. Nunca a ouvi. Podeis ensinar-ma?

2.^a PEREGRINA

Ensino. Ouvi então:

A lança de S. Miguel
Vos corte, ó ventos feios,
Como a lança que cortou
Os seus divinos seios.
Santa Agueda bendita,
Orai por nós.
Orai por nós,
Santa Agueda bendita.
Que o mar amanse,
E a tempestade se canse,
E este navio descanse.
Santa Agueda bendita,
Orai por nós,
Tende compaixão de nós!

1.^a PEREGRINA

Tão linda! Hei-de escrevê-la para decorar, sim?

2.^a PEREGRINA

Eu ouvi-a aos marinheiros e pedi-lhes depois que a repetissem.

1.^a PEREGRINA

Também aqui vieram marinheiros. Olhe, ali vem o arrais!

CENA III

As mesmas e o Arrais

ARRAIS

Ora Deus vos salve, irmãs!

As duas PEREGRINAS, *una voce*

Vinde com Deus, Arrais!

ARRAIS, *para a 2.^a Peregrina*

Viestes rogar alguma graça?

2.^a PEREGRINA

Secaram-se-me os peitos como palhas. E tenho um filhinho de mama...

ARRAIS

E foste miraculada?

2.^a PEREGRINA

Mal ajoelhei diante do túmulo de Santa Águeda, molhou-se-me a blusa toda de leite. Parecia que tinham nascido fontes no meu seio.

1.^a PEREGRINA

E eu tinha dores tão agudas de cabeça, que chegava a ficar cega.

ARRAIS

E agora?

1.^a PEREGRINA

Agora nada me doi. É tão boa a vida quando nada nos doi!

ARRAIS

Eu cá, graças ao Altíssimo, não sei o que são dores. Vim apenas aqui para agradecer à Mártir a piedade do seu amor por todos os que sofrem. Tudo isto é alma... Um homem do mar, como eu, parece que nem devia ter alma... À força de viver no mar, a nossa vida parece fria como as ondas. O mar é sepultura e berço... Mas a gente levanta as mãos como as ondas, e reza.

(*Ri*)

Reza porque o rezar é parecido com o vento. Mexe tudo, da terra ao céu. E com esta me despeço...

(*Ri*)

Fica com Santa Agueda e com Nosso Senhor Jesus Cristo!

As duas PEREGRINAS

Vamos todos!

(Saem)

CENA IV

Manuel, Emilia, e Eutíquia, pelo braço do Sacerdote

EUTÍQUIA, ao Sacerdote

Se me deixassem andar agora pelo meu pé...

SACERDOTE

Sentis forças para isso?

EUTÍQUIA

Começo a senti-las, padre.

MANUEL

Então experimenta, irmã.

EUTÍQUIA, dando alguns passos
com firmeza que espanta

Parece que me trocaram o corpo doente pelo antigo... o da minha saúde...

SACERDOTE

Benedictus Dominus: quoniam exaudivit vocem deprecationes meae!

(Saem)

CENA V

Luzia e Santa Águeda, depois.

LUZIA, vindo da capela, ajoelha no meio da nave, voltada para a capela do túmulo. Ergue as mãos e fica em êxtase místico, silenciosa, uns instantes. Da capela surge o espectro de Santa Águeda, entre dois Anjos vestidos de branco, muito ornada de pedras preciosas. Aproxima-se de Luzia, estendendo sobre a sua cabeça a mão direita, em palma. Luzia curva-se e beija-lhe a extremidade inferior do manto, aterrorizada e deslumbrada. Curva-se mais ainda e beija-lhe as sandálias. Depois, ergue um pouco o busto e as mãos.

LUZIA

Foi assim que Vos vi à beira do lago do meu jardim... do jardim do meu sonho.

SANTA ÁGUEDA

Viste apenas a sombra ausente do seu corpo... Hoje aprouve ao Senhor que o espírito divino trouxesse consigo a morada feita com o barro da terra.

Aqui me tens, como no Céu. Olha, Luzia, quero dizer-te uma coisa muito importante. Mas não falarei sem que te levantes.

(Luzia, levanta-se)

LUZIA

Sim, levanto... O meu coração sobe para Vós como o lume da fogueira se levanta ao ar.

SANTA ÁGUEDA

Sobe para Deus. É por isso que te quero falar. Foi por isso que desci do Céu.

LUZIA

Falai, ó Mártir! Mas não sois Vós uma palavra nascida da fonte viva das águas do princípio, de quando as palavras estavam todas na escuridão do silêncio antes de haver mundo? Falai com as palavras do nosso bem amado Senhor Jesus Cristo... Porque também Ele era o Verbo antes da luz e depois da luz... Falai, Senhora Nossa, quero ouvir-Vos!

SANTA ÁGUEDA

Queria que me disseses por que vieste aqui.

LUZIA

Implorar-Vos a cura de minha Mãe.

SANTA ÁGUEDA

Não precisavas de ma pedir. .

LUZIA

Como, divina Mártir? Não compreendo nada...

SANTA ÁGUEDA

Porque tens em ti poderes bastantes para que o milagre se faça.

LUZIA

Eu?! Eu, pecadora de alma ainda encarcerada neste lodo?

SANTA ÁGUEDA

Sim tu, Esposa de Nosso bem Amade Jesus Cristo. O teu poder é do Céu, e não da terra. O teu corpo é já o templo do Espírito Santo. Por isso a tua Mãe está curada, não por mim, mas por ti, ou seja, pelo mesmo espírito de que és ainda morada perecível.

LUZIA

Ela tem sofrido tanto!

SANTA ÁGUEDA

Como Jesus sofreu, antes de subir ao Céu?

LUZIA

Oh, não, Mártir... Nada que se pareça... Nada...

SANTA ÁGUEDA

Nem eu sofri assim...

LUZIA

Nem Vós?!... Então essa carne lançada sobre o lume das brasas; a fome sofrida no cárcere, nada disso Vos doeu?

SANTA ÁGUEDA

Foi como se as mãos dos Anjos ungissem a minha pele de essências de nardo e mirra e cinamono, de cravos e de rosas, e no meu corpo derramassem um óleo tão gostoso como é para as abelhas o pólen das flores da terra.

LUZIA

Oh, quem dera para mim o aço que cortou os Vossos peitos; o fogo que queimou o Vosso corpo; os tormentos que Vos infligiram os algozes de Quinciano; as paredes do cárcere onde os Vossos gritos e gemidos bateram como ondas no rochedo; o ECÚLEO onde o tirano Vos mandou sentar! Tudo isto queria, para merecer, como Vós, a visita do Apóstolo S. Pedro, que Vos apareceu no cárcere disfarçado em físico.

SANTA ÁGUEDA

Saberás tu, Luzia, que te espera o martírio antes da glória?

LUZIA

Sim, sei que nada sou diante da Vossa santidade. Sei que um beijo de Judas me entregará às mãos

dos algozes de Pascásio. Mas também sei que a Morte virá e me levará para onde mora o nosso verdadeiro Espírito.

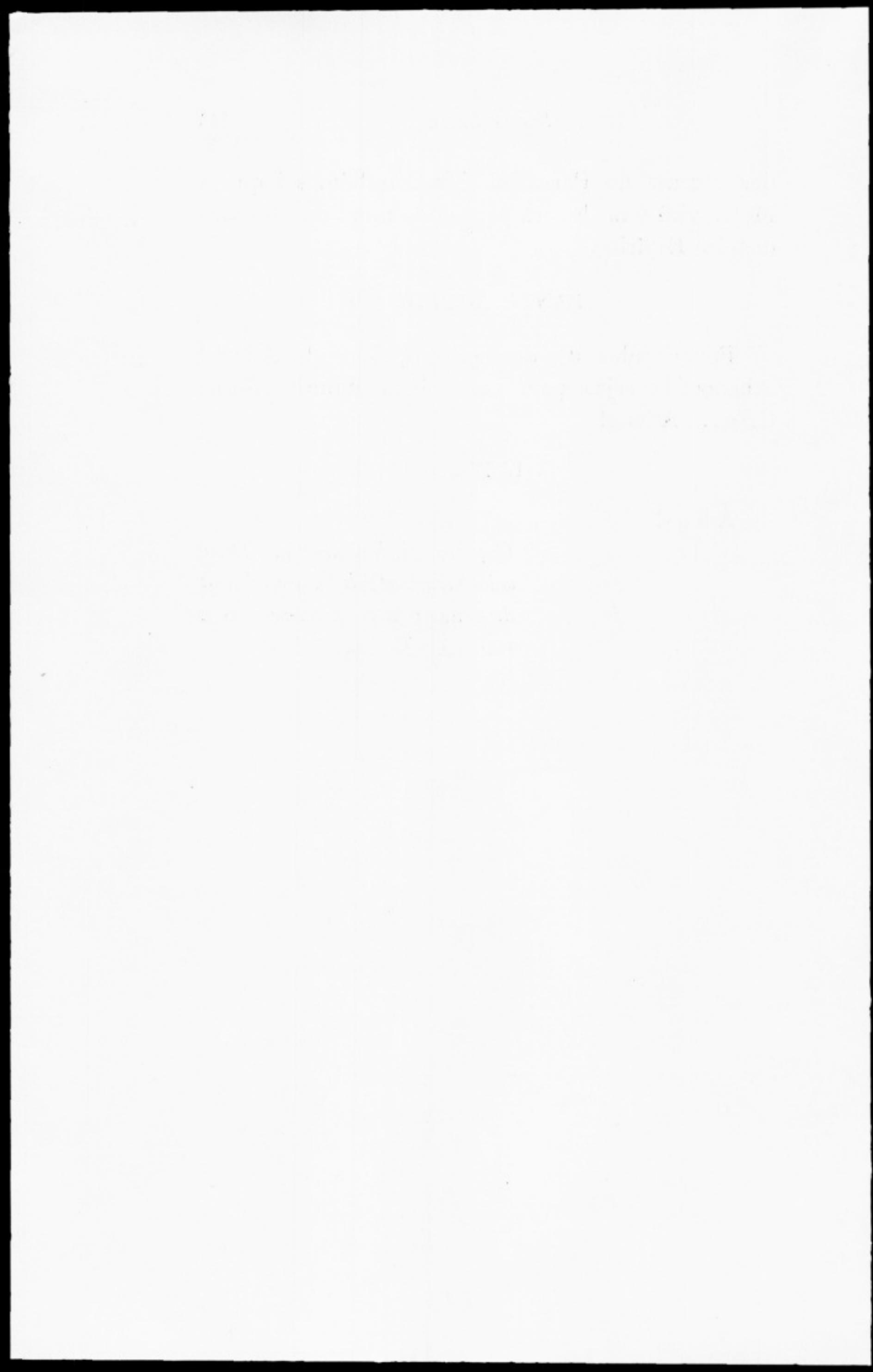
SANTA ÁGUEDA

Por escadas de dor subirás, Luzia! Adeus! Abençoada sejas pelo nosso bem Amado Jesus Cristo. Adeus!

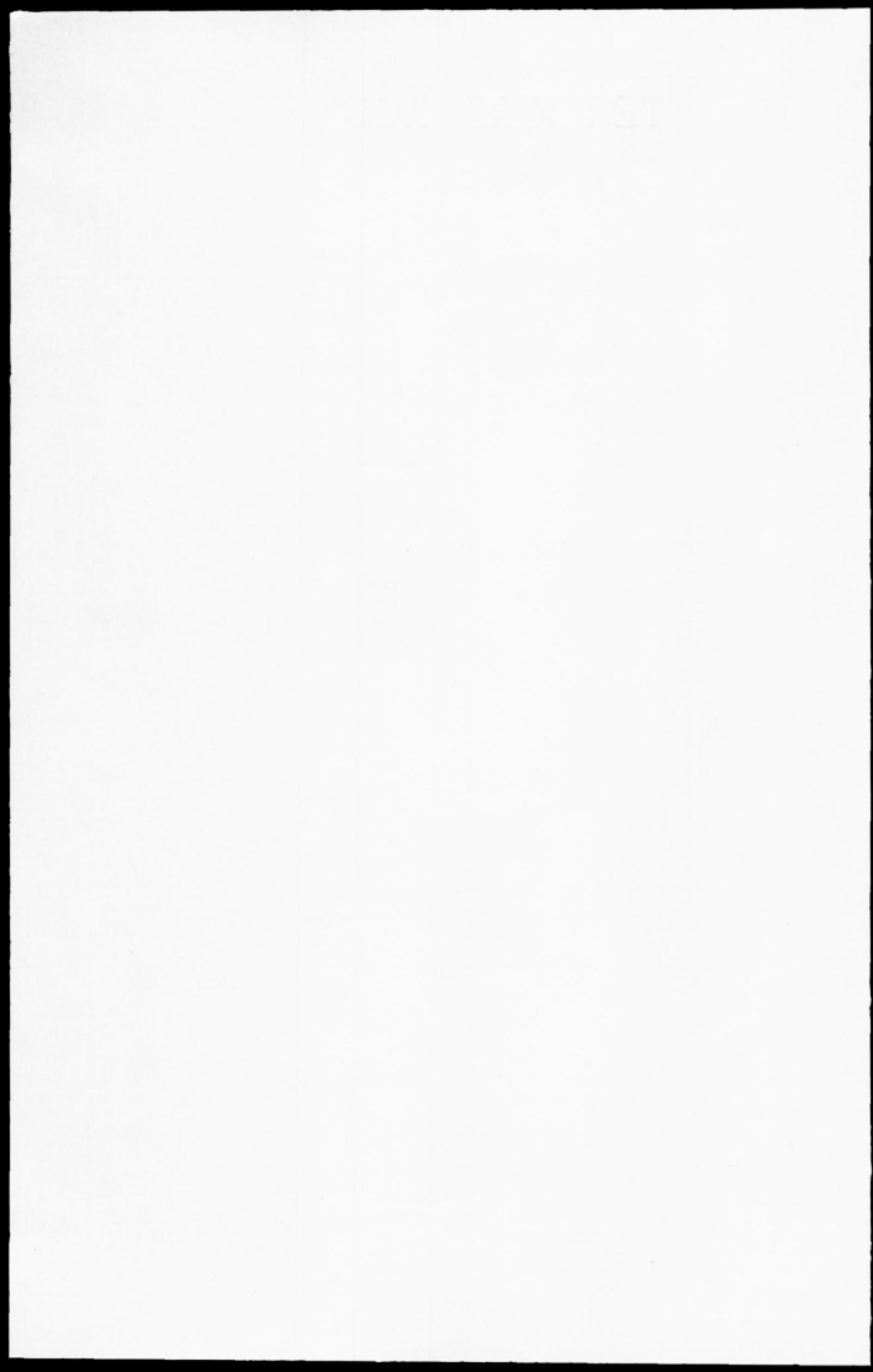
LUZIA

Adeus!

O pano cai, lentamente. Deste acto para o seguinte, a mudança de cenário deve fazer-se com a maior rapidez possível.



TERCEIRO ACTO



O mesmo cenário do 1.º acto.

CENA I

Luzia e Eutíquia

Depois de ter subido o pano, entra Luzia com um pequeno cofre de ouro lavrado e poisa-o sobre a mesa. Depois começa a tirar dele algumas jóias, que o espectador deve ver. Fica com elas na mão, algum tempo, silenciosa. Vai pondo tudo numa grande salva de prata, ao acaso. Entra Eutíquia e surpreende a filha.

EUTÍQUIA

Filha, também as jóias?!

LUZIA

Com elas poderei vestir algumas centenas de corpos esfarrapados ou nus...

EUTÍQUIA

Mas...

LUZIA

Mas quê, Mãe? De que servem elas no meu corpo? Acaso me não ornamentou com as jóias

mais ricas, aquele olhar da Mártir a quem deveis saúde e vida?

EUTÍQUIA

Não era isso que eu queria dizer-te, filha. Lembra-te apenas que ele sempre gostou de te ver esse anel de diamantes... que um dia...

LUZIA

Basta, Mãe! Não sabeis que já escolhi o verdadeiro Esposo?

EUTÍQUIA

Augusto?

LUZIA

Mais augusto do que Ele, não cobre o sol criado pelas mãos de Deus.

EUTÍQUIA

Bem sei, filha, tudo isso é verdade. Mas enquanto Deus nos conserva a existência, devemos viver como se estivéssemos na terra, sujeitas às leis humanas.

LUZIA

Quando o espírito deixa de pertencer ao mundo, para se entregar às leis divinas, é inútil pretender amarrá-lo a conveniências temporais.

EUTÍQUIA

Nesse caso, o teu casamento com Augusto...

LUZIA

Deixará de se fazer, segundo a sua traição.

EUTÍQUIA

Traição?! Por quê?

LUZIA

Ele mesmo me entregará aos rufiões de Pascásio, quando souber que deixei de ser rica.

EUTÍQUIA

Filha, pensa bem no que dizes... Augusto não quer a tua riqueza material... Quer a tua bondade e admira a tua grande inteligência.

LUZIA

Todos querem a riqueza e os bens da terra. Sim, todos os que vêm neles a sua felicidade.

(Indica as jóias)

Isto é para os pobres! E peço-vos, por amor dAquele que com as suas orações vos alcançou saúde, que nunca mais me faleis em esposo carnal. E que gasteis, com os pobres, tudo quanto me havíeis de dar em dote e casamento. O que havíeis de me dar para o esposo mortal, dai-mo para serviço do Autor da pureza, que é meu Senhor Jesus Cristo.

EUTÍQUIA

Bem sabes que tudo o que tenho é teu. Depois da minha morte, farás de toda a tua fazenda o que quiseres.

LUZIA

Não é muito amiga de Deus quem dá o que não pode levar consigo. O que dais depois da vossa morte, só o dais porque não o podeis levar. Assim, para que no Céu vos seja dado o prémio, dai em vossa vida.

EUTÍQUIA, abraçando
e beijando Luzia

Seja feita a tua vontade.

(Luzia exulta de contentamento, abraçando e beijando a Mãe. Eutíquia sai. Luzia fica só, contemplando as jóias e cantando)

CENA II

Luzia e, depois, Emília

Emília entra e fica uns momentos silenciosa, sem que Luzia dê por ela.

LUZIA, indo tomar as mãos
de Emília

Deus abençoe a luz desta manhã que desceu à terra e entrou no meu espírito.

EMÍLIA

Vejo que estás alegre.

LUZIA

Sim, alegre, por saber que vou dar alegria.

EMÍLIA

Tem sido sempre assim...

LUZIA

Sempre, não... Tenho apenas dado o excedente dos meus haveres. Agora que minha Mãe consente na venda de todos eles, mais pobres serão felizes, e eu serei mais feliz, tão pobre como eles.

EMÍLIA

Então Marcos e os mendigos que vêm aqui todos os dias matar a fome, deixarão de vir? Por mim, não me importo... Voltarei para minha casa, onde não falta o pão de cada dia. Mas *eles*...

LUZIA

Deixarei ainda o bastante para eles e para ti. Eu seguirei o meu caminho... o caminho para Deus, cada vez mais perto dos meus passos e do meu coração.

EMÍLIA

E Augusto?

LUZIA

Seguirá o seu.

EMÍLIA

Sim, é melhor que deixe cair a máscara, de uma vez. Até agora, temos apenas suspeitas, adivinhações da sua falsidade. Oh, mas estes pressentimentos são o olfato do coração, que tudo sabe, sem que a luz da razão chegue às suas raízes.

LUZIA

O mais verdadeiro fruto do entendimento nasce na árvore profunda da terra que só o coração alumia.

EMÍLIA

Seria bom saber com todos os sentidos...

LUZIA

Podemos hoje saber tudo.

EMÍLIA

Como?

LUZIA

Augusto deve chegar dentro de poucos instantes. Eu saio... E tu...

EMÍLIA

Eu conto-lhe tudo. Digo que tu te desfizeste de todos os teus bens para distribuir pelos pobres.

Mas olha, Luzia, talvez seja melhor tu ouvires a nossa conversa.

LUZIA

Para quê? Depois me contas...

EMÍLIA

O ardil é cousa condenável?...

LUZIA

Quando faz mal ao nosso semelhante...

EMÍLIA

Então podemos usá-lo, pois só faz bem à verdade.

LUZIA

Tens alguma ideia?

EMÍLIA

Tenho. Esconde-te por detrás desta porta...

LUZIA

E terei coragem para o ouvir sem lhe aparecer no momento em que ele se mostra a figura de sapo com que o tens imaginado?

EMÍLIA

Farás o que mandar a tua alma. Ela é que te dará coragem ou desânimo para os momentos em que haja de manifestar-se.

(Ouvem-se passos ao fundo do corredor. Batem, fora. Luzia esconde-se precipitadamente atrás da porta. Entra o Sacerdote.)

CENA III

Os mesmos e o Sacerdote

SACERDOTE

Ora Deus seja nesta santa casa!

EMÍLIA, beijando a mão
ao Sacerdote

A vossa bênção, padre.

SACERDOTE

O Senhor te encha de luz.

(Noutro tom)

Estás só?

EMÍLIA

Parece...

SACERDOTE

Parece?! Se só te vejo a ti!

EMÍLIA

Bem perto está quem esperava outra visita...

SACERDOTE, falando baixo

Parece que o ar desta casa está carregado de segredos...

EMÍLIA

Podeis falar à vontade... Não há segredos nenhuns... mas o desejo de os desvendar.

SACERDOTE

Luzia safu?

CENA IV

LUZIA, saindo do esconderijo

Ora bem-vindo sejais, padre! Há tanto tempo que vos não via!

(Beija-lhe a mão)

SACERDOTE

Parece-te há muito? Olha que não foi há muitas horas que estiveste ao meu lado...

LUZIA

Eu?!!! Não haverá engano?

EMÍLIA

Podia ser em sonhos...

SACERDOTE

Podia, e foi.

LUZIA

E o sonho não foi alegre, não. Há uma sombra no vosso rosto e uma tristeza nos vossos olhos, que não podem esconder a verdade.

EMÍLIA

Vejo também uma nuvem escura na vossa voz... O sonho devia ter sido negro.

SACERDOTE, pretendendo
disfarçar

Sim, foi negro...

EMÍLIA

Vedes?

SACERDOTE

Se foi de noite, não podia deixar de ter a cor da noite.

LUZIA

Padre, há muito que o meu espírito deixou de pertencer ao cárcere onde tem morado. Eu também sonhei, mas acordada, olhando daquela janela as montanhas que fecham a estrada aérea dos meus olhos carnis. E o sonho levava-me para além das montanhas, como se elas fossem transparentes e luminosas. E vi todo o meu futuro; e vi todo o meu martírio.

SACERDOTE, animando
o tom de voz

Luzia, não te dê cuidado o futuro...

LUZIA

Cuidado?! Oh, não, padre. A mão do Senhor me guiará por suas veredas. Espero o dia e os dias de amanhã, como se estivesse para transpor a porta fechada que deixa entrar o espírito sem o corpo.

EMÍLIA

Mas ainda o corpo se alimenta da terra.

SACERDOTE

Para sustento dos homens foi criada.

LUZIA

E os homens para sustento da terra. Mas eu já não quero outro alimento senão o divino... o que há-de nascer da presença de Jesus Cristo.

SACERDOTE

Todos nós o desejamos... Mas enquanto vivermos, sejamos humanos. Para vivermos humanamente, criou Deus a terra e disse ao homem e à mulher: «Crescei e multiplicai-vos e enchei a terra, e sujeitai-a, e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves do céu, e sobre todos os animais que se movem sobre a terra».

CENA V

Os mesmos e Manuel, que entra
com fato de cavaleiro

MANUEL

Deus seja convosco!

SACERDOTE

E com o teu espírito!

MANUEL

Enquanto me não abandonar esta alegria de
viver...

LUZIA

O tio vem do seu passeio...

MANUEL

E hoje fui longe...

(Aproxima-se da janela)

Ora venham cá todos.

*(O Sacerdote, Luzia e Emília
chegam à janela. Manuel fica
entre Luzia e Emília)*

Vedes daqui o píncaro mais distante daquele
outeiro?

SACERDOTE e LUZIA

Vê-se regularmente...

MANUEL

Pois é de lá que venho! O cavalo, coleando a estrada, subia como um Pégaso! O Sol começara a nascer quando parti. Havia ainda na manhã uma neblina leve que o sol comia. O bafo que saía das fauces do cavalo parecia uma pequena nuvem dourada e branca. De vez em quando o bicho relinchava, cheio de entusiasmo, contente. Na estrada, batiam as suas patas, debaixo do trote cadenciado. A paisagem, em volta, era um cântico celeste. O meu peito dilatava-se, feliz, respirando o céu e a terra. Oh, profunda alegria de viver! Assim o diziam as aves que cantavam, da cotovia ao pintassilgo, do melro ao galo da capoeira. Pois tudo era feliz, tudo amava este bem inefável que se chama vida.

(Luzia rompe a chorar e vai sentar-se num tamborete. Todos a rodeiam.)

Luzia, que tens? Fiz-te mal?

LUZIA

Fez-me bem... demasiado bem! Não é de dor que choro... É excesso de esperança na felicidade absoluta.

SACERDOTE

Bem-aventurados os que choram.

MANUEL

Mas eu, que tenho cá outra filosofia, preferia vê-la cantar ou rir... Isto de lágrimas é mais sinal de sofrimento que de alegria.

LUZIA, levantando-se, ainda com
lágrimas nos olhos e um sorriso
a iluminar-lhe o rosto:

E agora, tio, quando se chora e ri ao mesmo
tempo, que sinal é?

MANUEL, galhofeiro

Olha, minha filha, sempre ouvi dizer que era
sinal de avaria na caixa dos miolos!

(Risos)

SACERDOTE

Ó Manuel, e quando faz chuva e sol ao mesmo
tempo, também é sinal de que o céu está maluco?

MANUEL

Nesses mistérios não quero eu entrar...

SACERDOTE

Os mistérios da alma são iguais aos da Natureza.

MANUEL

A propósito de mistérios... O padre não quer
acompanhar-me?

SACERDOTE

Para onde? Outro passeio a cavalo?

MANUEL

Um passeio à sala de comer e de beber. Estou quase em jejum. E o passeio abriu-me o apetite.

SACERDOTE, rindo

Não acho mau passeio...

(Saem)

CENA VI

Luzia, Emília e, depois, Augusto

EMÍLIA, pondo o ouvido
à escuta

Ouves, Luzia?

(Ouve-se o galope dum cavalo a distância)

LUZIA

Não ouço tão bem como tu, não... Mas parece...

EMÍLIA

Vai para o esconderijo.

(Luzia entra no esconderijo. Emília atravessa a cena em silêncio e fica um pouco à janela recebendo a luz da manhã no perfil)

«Disse também Deus: façam-se uns luzeiros no firmamento do céu, que dividam o dia e a noite, e

servam de sinais para mostrar os tempos, os dias e os anos. Para que luzam no firmamento do Céu e alumiem a terra. E assim se fez.»...

«E viu Deus que isto era bom.»

(O galope do cavalo, que se foi tornando cada vez mais nítido, pára. Passos no corredor. Entra Augusto, fardado de oficial romano. Vendo Emilia, faz-lhe a saudação, depois curva-se diante dela:)

AUGUSTO

Deus esteja neste silêncio e nesta paz.

EMÍLIA

Assim seja.

AUGUSTO, sempre afável
e risonho

Ouvi, de fora, as vossas últimas palavras: «E viu Deus que isto era bom». Não foi assim?

EMÍLIA

Foi.

AUGUSTO

Só não foi boa a minha viagem a Atenas.

EMÍLIA

Por quê?

AUGUSTO

Tantas saudades de Luzia!

(Senta-se)

EMÍLIA

Acabais de chegar dessa viagem?

AUGUSTO, *embaraçado*

Não... não... Já estou em Siracusa há quatro dias.

EMÍLIA

Então é porque a dor da saudade vos não...

AUGUSTO

Eu explico.

EMÍLIA

A verdade só tem uma face...

AUGUSTO

Deveres oficiais a cumprir...

EMÍLIA

Continuo a dizer: a verdade não é moeda nem medalha.

AUGUSTO

Juro que digo a verdade.

EMÍLIA

Existe alguém que vos viu chegar a Siracusa, não há quatro dias, mas há quinze! E se as saudades fossem como dizeis, teríeis vindo aqui, logo no dia da chegada!... E porque não nos acompanhastes na peregrinação?!

AUGUSTO

Serviço no quartel da Legião.

EMÍLIA

Pode ser verdade. Não tenho provas para a negar. Ah, mas quando a desconfiança começa a mostrar-nos encruzilhadas...

AUGUSTO

Creio que nem vós nem ninguém tem razão para desconfiar de mim. Sabeis como sou leal, sincero e como... sim, como...

EMÍLIA

E como *gostais* de Luzia, não é verdade?

AUGUSTO, tomando as mãos
de Emília

Sim, Emília. Como gosto de Luzia! Ao tocar as vossas mãos, julgo que são as dela! São semelhantes! Tão feitas de alma! Tão eloquentes no seu silêncio! Tão misteriosas na rede sibilina das

suas linhas! Só as vossas são diferentes numa coisa tão simples, mas tão profunda! As vossas *vêm!*

(Beija-lhas. Emília desprende as mãos subitamente das de Augusto e levanta-se. Augusto levanta-se também.)

EMÍLIA, em tom sibilino
e lento

Pareceu-me *ver* agora, com os *olhos* dos meus dedos, o que os do coração há muito suspeitavam.

AUGUSTO, fingindo-se
desentendido

Que o meu amor a Luzia é mais cego do que as vossas mãos, não é?

EMÍLIA

Guarde-me Deus as palavras no fundo da alma, tão silenciosas como os ossos.

AUGUSTO

Mas que ao menos a boca possa dizer-me em que lugar está Luzia...

EMÍLIA, hesitante

Nesta casa. Estava para ir ao Forum...

AUGUSTO, espantado

Ao Forum?! Fazer o quê?

EMÍLIA

Creio que vos desagradaria sabê-lo...

AUGUSTO

Tudo o que Luzia fizer, merecerá o meu louvor.
Porque ela só pode e sabe fazer bem.

EMÍLIA

Um bem que pode levá-la ao martírio e à morte,
se esse bem fizer mal a quem o queira para si...

AUGUSTO

O bem de um não deve sobrepor-se ao bem de
todos.

EMÍLIA

E se ela se desfizer de toda a sua riqueza para
distribuir pelos pobres?

AUGUSTO

É isso que tenciona fazer?

EMÍLIA

Tão certo como existir o céu e a terra.

AUGUSTO

E fica sem nada?

EMÍLIA

Ficará senhora da maior riqueza deste mundo:
a santidade completa.

(Augusto cala-se durante segundos, afagando o seu próprio cabelo e o rosto)

Não estais de acordo?

AUGUSTO, atrapalhado, mas encobrindo
bem o que pensa

Bem sabeis que amo Luzia apenas, e não a sua
riqueza. Esperáveis que vos dissesse outra coisa?

EMÍLIA

Não importa o que dizeis, mas o que pensais.

AUGUSTO

Pus todo o pensamento nas palavras.

EMÍLIA

Esperemos que ele seja posto agora nas acções.

AUGUSTO

Não tendes motivos para duvidar.

EMÍLIA, levantando a voz,
irada

Não tenho?! Então julgais fácil enganar o ins-
tinto duma mulher que há pouco ainda sentiu na
tremura dos vossos dedos, na pressão que as vossas

mãos faziam nas minhas, no ritmo descompassado da vossa respiração, toda a falsidade que as palavras escondiam? Quando dissestes «as vossas mãos vêm», essa frase foi acompanhada por um aperto lascivo que me obrigou a levantar-me súbitamente e a desprendê-las das vossas. Porque, na verdade, as minhas mãos *viram o sapo* repugnante que a minha ideia me mostra quando penso em vós! Oh, mas comparar-vos a um sapo é ofender esse animalzinho tão feio mas tão humilde, que vive nos charcos e no lodo, e não entre o caule das boninas e das papoilas.

AUGUSTO, sem se perturbar

Estais pecando, Emília. Por isso, à vossa ira respondo com a minha paciência.

EMÍLIA

Com o vosso cinismo, seria mais exacto.

AUGUSTO tenta novamente pegá-lhe nas mãos, mas Emília repele-o. Curva-se então e fica ajoelhado diante dela, só num joelho, as mãos segurando a espada

Emília, por Deus vos peço: ouvi-me. Gostaria que me vísseis nesta posição respeitosa e humilde, os joelhos ambos no chão, quase de mãos erguidas como um devoto diante do seu ídolo.

EMÍLIA

Só agora compreendo bem a razão por que Deus me não deu vista aos olhos!

AUGUSTO

Emília, ouvi-me apenas uma palavra que se diz tão depressa como Deus fez a luz e que deixa logo a Vida iluminada de eternidade: Amo-vos!

EMÍLIA, num grito
quase uivado

Sapo nojento! Se tivesse vista, pedia a Deus que me cegasse, só para te não ver!

(Sai, precipitadamente)

CENA VII

Augusto e Luzia

Luzia sai do esconderijo e entra em cena. Augusto não dá pela sua entrada subtil. Estupefacto, está ainda na mesma posição, como em estado de alheamento, olhando para a porta por onde Emília saiu. Assim que vê Luzia, deixa cair a espada e finge que está naquela posição para a apanhar. Luzia olha-o sem uma palavra. Augusto le-

vanta se serenamente e vai direito a ela para a saudar. Mas ela ergue a mão, em sinal de quem repudia o cumprimento.

AUGUSTO

Estava ansioso por vos ver, Luzia, e recebeis-me como uma estátua de gelo!

(Luzia continua silenciosa. Augusto insiste:)

Vim de Atenas antes de cumprida a minha missão diplomática, só para vos ver. Só para ter este momento de felicidade e para vos dar esta lembrança.

(Tira do bolso uma pequena caixa, que pretende entregar a Luzia, mas ela não aceita)

LUZIA

Devíeis ficar de joelhos toda a vida, pedindo a Deus que vos perdoasse. Só d'Ele, que é Deus, poderia vir o perdão para os vossos pecados.

AUGUSTO

Por Deus, amor!

LUZIA

Não faça duma palavra divina uma palavra blasfema e insultuosa! O amor é uma fome de divindade, um desejo de vida eterna. Essa palavra, na

boca do mentiroso, faria corar de vergonha o próprio Satanás, se lha ouvisse. Porque até o Diabo sabe amar. Ama sempre o mal, porque foi condenado a não poder amar o bem. Mas o senhor nem o *mal* sabe amar com sinceridade diabólica. Mente sempre. E o Diabo não mente. Põe a sua missão às claras.

AUGUSTO

Eu não vos minto, Luzia. Por Deus vos peço que acrediteis em mim!

LUZIA

Sim... acredito...

AUGUSTO

Não era de esperar de vós outra coisa.

LUZIA

Acredito que deveis ser talvez o endemoninhado geraseno possesso dos demónios, que Jesus fez entrar na vara dos porcos. Ah, mas que Deus vos purifique!

AUGUSTO

Nunca julguei que da vossa boca pudessem sair essas palavras tão repugnantes como o vômito dum cão tihoso.

CENA VIII

Os mesmos e Manuel

Manuel entra sorrateiramente e ouve ainda esta fala de Augusto

MANUEL

Eu nunca pensei que um legionário das hostes de Diocleciano entrasse nesta casa para insultar quem tinha toda a razão para o cobrir de lama, da cabeça aos pés, como eu a tenho agora para lhe apontar o caminho da rua, e lhe não fazer o que faço ao meu cavalo quando ele tem birras.

(Augusto desembainha a espada e vai direito a Manuel, ameaçadoramente. Manuel cruza os braços, com calma)

Meta a espada na bainha! E não pense que me atemoriza o argumento da força, que costuma ser a razão dos que a não possuem. Suponho que bastará a presença de duas mulheres para vos julgardes intimamente desmascarado. Não vos responde agora a alma irada. «A ira não tem misericórdia nem o furor que corrompe; mas quem poderá suportar o furor do homem concitado?»

Cai o pano rapidamente

QUARTO ACTO

ОТДАЧА ОТРАЖЕНО

A cena deve reproduzir, tanto quanto possível, A CEIA, de Leonardo da Vinci. A luz da tarde entra por todas as janelas, mas com maior intensidade pelas três portas do fundo. Vêm-se treze pessoas à mesa. Luzia ocupa o lugar de Jesus Cristo. Ao lado dela está Emília e Eutíquia. O Sacerdote, à esquerda de Emília, depois Manuel e o Físico. Marcos está de pé. As restantes figuras são constituídas por convivas: mendigos e aristocratas. Todos falam de improviso, animadamente, como se continuassem uma conversa começada antes da subida rápida do pano. O rumor das vozes vai afrouxando a pouco e pouco, até se fazer completo silêncio.

CENA I

LUZIA

Que Deus me fizesse nuvem, e do céu meu corpo se derramasse em gotas de sangue para os que precisam de continuar a vida, mesmo à beira da morte! Na verdade vos digo, que será esta a derradeira hora de alegria terrena para o meu corpo!

(Pegando num cálix cheio de vinho)

«Não beberei jamais este fruto da vide, até chegar aquele dia em que o beba de novo no Reino de Deus». Então já o vinho não será da vide, mas do espírito

iluminado nos mistérios da unidade. Nem eu reconhecerei a imagem do meu novo ser substancial de alma e corpo divinizados.

SACERDOTE

Luzia, ouvindo-te falar, tremo de satisfação e de pavor. De contentamento, por ver como a tua inteligência ilumina de relâmpagos os rochedos e as searas da noite; de pavor, porque adivinho nas tuas palavras o sinal de nova cruz e de novo Calvário para ti.

MARCOS

Não está sentado a esta mesa o Judas de Escario-tes, mas já deve ter recebido os trinta dinheiros da mão de Pascásio...

EMÍLIA

Vejo-o diante dele a dizer estas palavras: «Luzia é cristã e vive contra as leis romanas. Gastou o seu património e fazenda com homens perdidos.»

SACERDOTE

Será possível que assim proceda?

EMÍLIA

Não é de esperar da fera senão a ferocidade, do temporal senão os danos, do raio senão a fulminação.

LUZIA

De tudo é capaz... Mas se está escrito, aceitemos o que Deus me der. Deveis perdoar-me que

tivesse falado no ausente e por sua culpa a alegria desta ceia se turbasse de receios e tristezas. Quero pedir-vos alegria. Sim, alegria!

SACERDOTE, erguendo a sua taça

A alegria é o sal do mar, mas o mar não sabe da sua força nem da existência do seu sal.

MARCOS

Pois brilhe o sol e beije o mar, que o sal ficará separado na sua brancura.

SACERDOTE

Bravo, Marcos, encontraste a mais perfeita imagem.

MARCOS

Pois não vos parece que toda a harmonia das coisas vem da separação dos elementos que existiam no caos? O caos é a confusão. No princípio era o caos... isto é, o nevoeiro desordenado. Depois o Criador separou a luz das trevas. Também os homens que separam a sua luz das suas trevas praticam um acto de criação e redenção. Neste momento, se deixarmos ficar apenas a luz, afundamos a tristeza no seu abismo.

SACERDOTE

Marcos, julgas possível afundar a tristeza neste ambiente carregado de medo?

MARCOS

Tendes razão, padre. Não pensava agora na falta de liberdade... Não me lembrava de que dum momento para o outro podem entrar aqui os sicários de Galério e levar-nos todos para o cárcere, porque somos cristãos.

LUZIA

Por amor de Cristo, irei até para as torturas do ecúleo, para as chamas da fogueira, para os dentes dos tigres, para as garras dos leões.

MANUEL, indignado

Não era melhor deixarem-nos em paz, a comer desta fruta e a beber este vinho? Para que havia Deus de dar força aos seus inimigos e consentir que eles persigam a quem vive segundo a verdadeira lei?

SACERDOTE

A luta pela causa de Jesus precisa de sacrifícios. Sem martírio não há purificação. Para subir ao Pai, Jesus teve de conhecer o martírio, a dor e a morte.

MARCOS

A dor e a morte são coisas más. Mas este medo que pesa sobre nós, constantemente ameaçados pelos inimigos de Cristo; esta vida oscilando entre dois contrários; a certeza de merecermos a liberdade de pensar e proceder e o medo de cair nas mãos dos

que pretendem obrigar-nos a pensar dentro da sua cabeça e a adorar deuses pagãos, não nos doem nem matam menos do que a dor e a morte.

LUZIA

Tens razão, Marcos. Morrendo estamos nós sem podermos gritar a nossa fé. A vida deixa de ser vida, se não segue, como um rio ou como o vento, pelos caminhos da sua liberdade. Sentamo-nos à mesa para comer, e estamos sempre com receio de que algum dos convivas seja denunciante; levantamo-nos de manhã da cama, ouvimos passos na rua ou no corredor, e estremecemos de medo, não nos entre em casa o inimigo que nos prenda ou mate. Às vezes assusta-me até o barulho dos meus passos; o deslizar da minha sombra no chão ou nas paredes. Se falo um pouco mais alto, fazendo eco na sala, receio que a minha voz trespasse as montanhas e atravesse o mar e chegue aos ouvidos do Imperador.

Um dos MENDIGOS, gritando
furiosamente

Morra o Imperador!

Os outros MENDIGOS

Morra!

SACERDOTE

Irmãos, convém refrear o vosso entusiasmo...
Olhem que as paredes têm ouvidos...

MARCOS, pondo-se de pé
e gritando

Também as águas paradas são silenciosas... mas Deus quis que o mar tivesse ondas trovejantes, e deu voz ruidosa às cascatas, estrondo às chuvas torrenciais e clamor aos ventos do temporal. Que somos nós nesta opressão a pedir voz de rebeldia? Almas silenciosas voltadas para o divino, mas clamor de legião erguido ao céu contra a tirania dos inimigos da cristandade. Por isso eu grito como vós, ó meus irmãos: morra o Imperador!

Os outros MENDIGOS

Morra!

SACERDOTE

Cuidado, irmãos, não vá esta «mesa converter-se em laço e prisão.»

EMÍLIA, levantando-se
e indo direita
à porta, põe-se
à escuta

Silêncio! *Vejo alguém a caminho desta casa...
(Os convivas aristocratas levantam-se e fazem menção de fugir.
Mas Marcos, a mão espalmada
ao alto, grita)*

MARCOS

Ficai, cobardes! Ficai mesmo para receber a morte, como quem recebe um efi de dinheiros!

Um dos ARISTOCRATAS

Eu não estou ainda preparado para morrer...

EMÍLIA

Quem vem para nós não tem passos de ser mortal... Dir-se-ia que andã sobre nuvens, como se fosse a própria nuvem; que paira no espaço, como o voo dum relâmpago demorado no seu clarão.

Um MENDIGO

Se vem para prender Luzia, antes me mate.

Outro MENDIGO

Valha-nos ao menos a graça de sermos desgraçados!

LUZIA

Emília, vem ainda longe?

EMÍLIA

Vem do Céu!

SACERDOTE

E se cantássemos o hino, antes da sua chegada?

LUZIA

Talvez o hino seja cantado dentro do nosso coração, sem a nossa voz, sem a nossa boca, mas com a nossa própria alma.

(Subitamente, fora da cena, ouve-se o hino que se supõe corresponder ao hino cantado pelos discípulos de Jesus, na última Ceia, mas só a música. As personagens em cena levantam-se e ficam a ouvir a música, em recolhimento.)

CENA II

Quando a música deixa de se ouvir, entra Santa Agueda, com o mesmo vestido do 2.º acto, e sem os Anjos. Todas as personagens, excepto Luzia, que vai ao Seu encontro, voltam a sentar-se e ficam contracenando. Luzia ajoelha-se diante da Santa, ao meio da cena.

SANTA ÁGUEDA

Aqui estou, Luzia, como no sonho do lago e como na Igreja, onde te apareci. Aqui estou para te dar esta palma.

(Entrega-lhe a sua palma)

Ficarás sabendo agora que está próximo o teu martírio. Levanta-te! Eu é que devia ajoelhar-me a teus pés, porque és digna da adoração da própria santidade.

(Luzia levanta-se)

O espírito adora o espírito. E como tu já começaste a pertencer àquele Reino onde os corpos vestem apenas a sua fisionomia espiritual, sofre todo o martírio que te espera, e que a dor se faça alegria nos ossos da tua humanidade.

LUZIA, chorando

Mártir, Mártir, pedi a Deus a minha morte, e levai-me já convosco! Eu não quero os pés na terra nem os olhos na face nem a palavra na minha boca nem o movimento nas pernas nem as mãos para segurar a palma que me dais! Eu não quero já esta vida que me dá existência entre os que estão a morrer desde o minuto em que nasceram e andam iludidos e risonhos, e são amigos ou inimigos, e lutam para vencer o semelhante, e incham de orgulho e de vaidade dentro dos ossos brancos do esqueleto! Levai-me já convosco! Venha a morte tão depressa como veio a vida, e deixe aqui meu corpo fulminado a Vossos pés!

SANTA ÁGUEDA

Entrarás no reino da Morte pelos caminhos do martírio.

LUZIA

Faça-se então em mim a vontade do Senhor.

SANTA ÁGUEDA

Antes de te deixar, quero que beijes os olhos de Emília.

LUZIA

E por que não haveis Vós de lhos beijar primeiro?

SANTA ÁGUEDA

Assim como curaste a tua Mãe, poderás dar vista aos olhos cegos de Emília.

LUZIA

Eu?! Mas como?

SANTA ÁGUEDA

Como?! Não é verdade que ela já te viu os dedos acesos como velas?

LUZIA

Sim, é verdade...

SANTA ÁGUEDA

Então dá-lhe vista para sempre: Sim, para que veja o mundo com as suas duas faces: uma voltada para o nada que é a vida terrena, outra voltada para o lado que Deus iluminou de eternidade.

(Chamando)

Emília!!!

EMÍLIA, caminhando de braços
estendidos para Luzia

Que queres, Luzia?

LUZIA

Não fui eu quem te chamou...

EMÍLIA

Mas era a tua voz... era a tua boca chamando,
embora me desse a ilusão de que a voz vinha de
além... além deste mundo que nunca vi.

LUZIA

Na verdade, quem te chamou, não é deste
mundo... Desejavas ver quem te chamou, não
como há pouco viste, com os ouvidos, mas *ver* com
os próprios olhos?

EMÍLIA

Sim, desejava... Ainda que depois voltasse às
minhas trevas. Deve ser tão bela!

(Luzia pega nas mãos de Emília e beija-lhe os olhos. Emília é miraculada por Luzia. Fica esfregando primeiro os olhos, como se ainda duvidasse. Depois olha as suas próprias mãos e solta um grito alegre)

Vejo!

(Voltando-se para Santa Águeda, cai de joelhos a Seus pés)

Mártir, Mártir, já Vos tinha visto nos meus sonhos! Eu já Vos tinha visto na flor do canto de uma ave que perfumava todos os dias a manhã dos meus ouvidos!

(Voltando-se para Luzia)

E tu, Luzia, és a minha primeira madrugada, ainda com estrelas no céu!

(Levantando-se e olhando em volta)

Eu vejo! Eu vejo! Sim, vejo como Deus viu que isto era bom... Como não havia de ser boa a obra saída das Suas mãos?

(Apontando as janelas)

Dali vem um oceano de ondas iluminadas. E vem de cima! Quero ver o mar! Quero ver os navios! Quero ver a terra e o céu!

(Vai à janela)

Lá está o luzeiro que Deus pôs no céu para que presidisse ao Dia!

(Ao regressar ao meio da cena, já Santa Agueda tem desaparecido. Não a vendo, fica surpreendida)

Mártir, Mártir! Luzia, para onde foi a Mártir?

LUZIA, apontando-se
a si mesma

Entrou dentro deste templo!

Pancadas fortes na porta

CENA III

Os mesmos e Pascásio, que entra, desabridamente,
de chicote em punho.

PASCÁSIO, aos soldados que entram
logo depois dele

Obrigai esses *cordeirinhos* a sair deste redil! Já!...
Todos... menos esta *donzela*.

*(Pronuncia esta palavra com
ironia cínica, apontando Luzia.
No meio do tumulto e da vozeria
confusa, as personagens que
estavam à mesa saem, violenta-
das pelos soldados que as seguem,
brandindo espadas)*

CENA IV

Pascásio e Luzia

PASCÁSIO, a Luzia

Agora venha cá a *benfeitora* diabólica dos pobres.
(Luzia obedece)

Responderás com a verdade a todas as perguntas.
É verdade que és cristã? É verdade que vives con-
tra as leis romanas?

LUZIA

Tu o dizes.

PASCÁSIO

Deixa-te de palavrss confusas, e responde pão pão, queijo queijo. É verdade que és cristã?

LUZIA

Tu o dizes.

PASCÁSIO

Pois bem, já que *eu o digo*, também te digo que serás obrigada a oferecer sacrifícios aos ídolos da nossa religião — a única verdadeira. E se não os fizeres...

LUZIA

Se essa religião fosse a única verdadeira, não teria eu de fazer outro sacrifício imaculado, com prazer.

PASCÁSIO

Que sacrifício?

LUZIA

Visitar os pobres, os desamparados e as viúvas, e socorrê-los em suas necessidades. É tudo o que posso oferecer. E quando não tiver mais nada para dar, ofereço-me a mim mesma a Deus.

PASCÁSIO

Talvez outro se iludisse com essas lindas falas... Nanja eu, que guardo as leis do Imperador.

LUZIA

Se guardas as leis dos teus príncipes, também eu guardo as leis do meu Deus; se não queres ofender ao teu senhor, também eu não quero ofender ao meu Deus; se temes o teu Imperador, eu respeito o meu Deus e meu Rei; se desejas agradar ao teu dono, eu quero agradar ao meu Salvador. Eis a verdade lançada aos teus ouvidos, sem medo da tua vingança, sem medo de nada! Lançada como a onda aos rochedos, que talvez tenham uma alma ainda mais sensível do que tu. Quem fala em mim não são as palavras da minha boca. É o Espírito do mundo criado, não para obedecer a leis de circunstância, mas para ser Verbo e Acção ao serviço de regeneração do homem.

PASCÁSIO

Depois que gastaste o teu património e fazenda com homens corruptos, falas como mulher perdida, que tem mais força na língua do que vergonha na cara!

LUZIA

Deus te perdoe, que não sabes o que dizes. Deus tenha piedade de ti, porque tens figura humana.

PASCÁSIO

E também tenho esta mão para te *acariciar* a face!

(Dá-lhe uma bofetada. Luzia oferece-lhe a face oposta)

LUZIA

Bate agora deste lado!

PASCASIO

Nas bestas não se bate com as mãos... É assim que se castigam...

(Dá-lhe chicotadas)

LUZIA

A tua religião manda chicotear os inocentes; a minha manda oferecer ao agressor a face direita, depois de se ter sido esbofeteado na esquerda.

PASCÁSIO

Onde está a inocência do teu corpo e da tua alma? Não sei eu que gastas o teu património em banquetes para regalo dos teus corruptores?

LUZIA

Nunca tive corruptores do corpo nem do espírito.

PASCÁSIO

E quem são os corruptores do espírito?

LUZIA

Sois vós, pagãos, que persuadis as criaturas que se deixam vencer pelo medo dos suplícios e com o favor do vosso dinheiro, a que deixem o seu Criador.

PASCÁSIO

Vejo que estás a falar demais... Quando começares a sentir os primeiros açoites nesse corpinho nu

e apetitoso (tenta afagá-la lascivamente), o paleio terá de ceder o lugar aos gritos, aos gemidos e aos pinotes. E acabam as palavras.

LUZIA, repelindo-o

As palavras de Deus não podem acabar!

PASCÁSIO

Pelos vistos, és tu Deus?

LUZIA

Não sou Deus, mas Sua serva. E o próprio Deus disse: quando estiverdes diante dos reis e dos juízes, não vos dêem cuidado as palavras, se a boca se fechar como tímulo de bronze; porque eu serei a palavra do silêncio, iluminada no Espírito Santo falando em vós.

PASCÁSIO

Então o Espírito Santo mora em ti?

LUZIA

Os que vivem castamente são templo do Espírito Santo.

PASCÁSIO

Castamente?! Com que então, vives castamente... Eu te farei levar para um lupanar de

meretrizes, onde será corrompida a tua *imaculada* castidade!

LUZIA, em voz alta

Não há forças humanas que possam violar o corpo, sem consentimento do Espírito! Se tentares corromper-me pela violência, dobrar-se-á a minha coroa de castidade, e não poderás obrigar a vontade a aceitar essa torpeza. Ainda que na tua mão estivesse o meu corpo, não estaria nela a minha alma. Poderás, acaso, fazer parar o vento, se não aniquilares a alma do próprio vento? Poderás sustar o movimento das ondas, se não matares, no coração do mar, o espírito que faz erguer e cair as ondas? Há uma força no mundo que a força dos homens não desfaz. E quando essa força entra no corpo do Espírito que se iluminou de esperança e de fé, é tão eterna como Deus, porque o Espírito é Deus. Por isso te falo com as palavras dessa força! Por isso te digo, sem medo do teu chicote, sem medo das lanças dos soldados ao serviço da tua causa; sem medo da fogueira de pez que acenderás à volta do meu corpo; sem medo da espada que há-de trespassar o meu pescoço, que não deves tardar. Anda! Faz de mim o que quiseres! Começa, como filho do diabo, a atormentar o corpo da minha vida! Por que esperas?

(Quando Luzia está no fim desta fala, Pascásio vai à janela e faz um sinal para baixo)

CENA V

Os mesmos e Soldados, que entram logo

PASCÁSIO, indicando Luzia
com um gesto

É ré de morte! Prendei-a!

(Começa a trovejar. Os soldados tentam levantar Luzia do seu lugar, mas não podem com o seu corpo)

Um dos SOLDADOS

Senhor, é impossível! Pesa mais do que uma montanha!

(Ouve-se vento e trovoada. Os soldados esforçam-se cada vez mais por arrancar Luzia do sítio onde está. Em vão. Pascásio poisa o chicote no chão e tenta ajudá-los)

PASCÁSIO

Impossível?! Era o que mais faltava! Então não havemos de levar esta porca ao matadouro?! Se não for ao bem, vai ao mal! Ela é que tem manhas de mula! Vamos a isto, vá! Peguem-lhes vocês pelos braços e pela cabeça, que eu cá me ayenho com as pernas,

(Mais trovões, cada vez mais fortes. Todos os esforços falham. Os soldados e Pascásio devem dar a impressão de se sentir fatigados. Limpam a testa suada. Luzia mantém-se cada vez mais firme na sua imobilidade. Pascásio torna a pegar no chicote e estala a pita no ar)

PASCÁSIO

Oh! As manhas também se tiram!

(Dá-lhe violentas chicotadas)

Upa! Arre mula!

(Dá estalidos com a língua. Trovões, cada vez mais fortes, e relâmpagos)

LUZIA, de olhos ao alto

«Pai meu, se este cálix não pode passar sem que eu o beba, faça-se a Tua vontade». Só sairei daqui quando Tu quiseres, meu Deus!

PASCÁSIO

Uma junta de bois te levará de rastros até o cárcere.

LUZIA, voltando o olhar
para Pascásio

E dois Anjos descerão do Céu sobre a cabeça desses bois, para que não puxem o meu corpo. Por-

que a força dos bois não se fez para vencer a força do Espírito.

PASCÁSIO

Deixa-te de cantigas! Tu não és nenhuma serra!

LUZIA

Não sou?! Pois não ouviste o que disseram os teus soldados? Que peso mais do que uma montanha?!... É verdade. Porque as montanhas da terra desceram todas dos seus assentos e fizeram-se escadas no meu Espírito, erguidas até o Céu, onde me espera Jesus Cristo.

(Pascásio e os soldados dão gargalhadas de escárneo)

Um SOLDADO

A tipa sofre do capacete! Que raio de paleio!

Outro SOLDADO

Cada maluco, com a sua mania.

PASCÁSIO

A manega faz-se mas é doidinha, para armar à compaixão!

(Dando ordens bruscas aos soldados)

Vá! Apontem as lanças, e toca a fazer uns buraquinhos por onde lhe escorra o sangue! Depressa, suas lesmas! Sem dó nem piedade!

(Os soldados dispõem-se a executar as ordens de Pascásio. Subitamente fuzila um relâmpago formidável e logo estoura um trovão violento e temeroso. No lugar, à mesa, onde esteve Luzia — o de Cristo — projecta-se uma cruz luminosa, do tamanho da cruz onde Jesus foi crucificado. Luzia avança, lentamente, de braços estendidos para a Cruz luminosa e ajoelha a seus pés, de mãos erguidas. As restantes personagens ficam estarecidas de assombro)

Pano

ENCENAÇÃO MUSICAL

O 1.º acto abre com o 1.º Coro da «Paixão Segundo S. Mateus», de Bach: «Venez, mes filles, et pleurez avec moi...», que se repete em surdina, durante a meditação de Luzia, na cena IV, antes da fala de Augusto.

O 2.º acto abre com os primeiros compassos da Toccata e Fuga em ré menor, de Bach, que pode prolongar-se, intermitentemente, ao longo de todo o acto. Ao terminar a ladaíinha, ergue-se novamente mais forte o som do órgão, que se deve ouvir em surdina durante toda a ladaíinha. No final deste acto, pode ouvir-se, acompanhando o «adeus» de Santa Águeda e de Luzia, a aria pastoral do «Messias» de Haendel, «He shall feed his flock like a shepherd».

O 3.º acto pode abrir com a «Marcha Fúnebre» da 3.ª Sinfonia de Beethoven, op, 55, em mi bemol, que se repete em surdina na cena VI, enquanto se ouvem as patas do cavalo de Augusto.

Na cena V deste 3.º acto, poderão talvez ouvir-se em surdina, durante a descrição bucólica de Manuel, os primeiros compassos da Sinfonia Pastoral de Beethoven, op, 68, em Fá.

O 4.º acto abrirá com o motivo da Ceia do Prelúdio do 1.º acto do «Parsifal» de Wagner.

Na cena II, quando aparece Santa Águeda, ouvir-se-ão novamente em surdina alguns compassos da ária do «Messias» de Haendel: «He shall feed his flock like a shepherd».

Na cena III pode ouvir-se o tema da Bênção — da 1.^a cena do 3.^o acto — e o das «Lamentações» do «Parsifal» de Wagner, podendo novamente ouvir-se a ária do «Messias» quando, no fim do acto, Luzia se ajoelha aos pés da cruz.

AUGÚRIO DO INFANTE

I

Quem, de tão longe, chama as ondas mortas
Deste mar imperfeito? E quem me guia
No Promontório, a querer abrir as portas
Que levam ao mistério do meu dia?
Quem é, se não é Deus que principia?

II

Quem chama de tão longe o mar e a terra
Do Promontório, à vastidão do Oceano?
Quem nos manda volver em paz a guerra
Que tem sangrado o *peito lusitano*?
— Alguém, que é mais divino do que humano!

III

Daqui descubro as névoas do encoberto,
Entre as velas das naus e o sol dos mastros...
Que o mundo a ver ainda, ou longe ou perto,
Não recebeu de todo a luz dos astros...
— Portugal a meus pés... ondas de rastros!

IV

Senhor! Senhor! eu sei que não me deste
A luz com que acendeste; o abismo escuro
Do nada que foi tudo o que fizeste,
Desde a terra celeste, ao mar futuro...
Mas estou no amanhã que ao longe auguro.

V

Portugal é apenas a semente
Duma seara maior que há-de romper
Nos campos do Ocidente ao Oriente,
A ver nascer o Sol que vai morrer
Sobre as ondas dum mar que há-de nascer.

VI

Espírito de Espíritos, serei
O mar, o céu e a nau grega ou latina
Que há-de trazer de longe, ao povo e ao Rei,
A glória à grande Pátria pequenina
Que o futuro dos deuses nos destina.

VII

Só eu, que recebi no sangue alento
E fé de duas raças, posso ainda
Acender nova fé no pensamento
Voltado para o mar que o céu não finda...
Só eu e Deus, ó minha Pátria linda!

VIII

Seja mais vida o fogo evanescente,
E lancemos à chama o escudo e a lança!
E busquemos no mar o mundo ausente,
Lá onde o mar chamar aquela esperança
Que só a fé persegue e Deus alcança!

IX

Quem fala aí em tigres e panteras
Escondidos no limo dos penedos?
Homens, ouvi o eco das esferas,
Que transborda na fonte dos segredos
E ilumina de sol monstros e feras.

X

Tenho na mão o mundo lusitano,
Porque há muito o fechei no pensamento...
Um mundo mais divino do que humano,
Já disperso na luz do firmamento
Que nos ombros atlânticos sustento.

XI

Vem da névoa do génesis que fiz
Sair do *Verde Pino* e verde cântico,
— Sementeira das naus de D. Dinis,
Do mais estranho lenho à flor do Atlântico,
Para um mundo fantástico e romântico...

XII

Mundo ignoto a saber, que o não sabemos
Senão de Prestes João, em névoa envolto,
Mas que há-de ser das velas e dos remos
Que hão-de amanhã sulcar o mar revolto,
Solto aos ventos da morte, e à vida solto!...

XIII

Solto à vida que a morte não destrói,
— Glória de Portugal e nova glória!
De um nome indescoberto na memória,
Não do mundo a surgir, mas do que foi,
Para que a luz de Deus nos abençoe.

XIV

Já seu antigo espírito nascido,
Lançado nos espaços, como a pomba
De Noé, vai ruflando o voo erguido,
Mas um voo que sobe, e mais não tomba,
Por *talent de bien faire*, em meu sentido.

XV

E vós, pequeno mar e grande povo,
Vereis mais dilatada a fé e o Império,
Se o velho mundo abrir ao mundo novo
As vias luminosas do mistério
Nos caminhos do Espírito sidério.

